



**A HORA
DA
VERDADE**
E OUTROS ESCRITOS

COLETÂNEA DE TEXTOS DA
ARTICULAÇÃO DE ESQUERDA



*Esta coletânea foi organizada por Valter Pomar.
A produção gráfica é de Caco Bisol e Fabiano Ciabra.
Pedidos podem ser feitos à Valter Pomar/Rogério Sotilli,
rua Dr. Seng 287/91, CEP 01331-SP-SP. Ou pelo telefone (011) 223-7999.*

Índice

<i>Apresentação</i> _____	5
<i>Manifesto aos petistas</i> _____	7
<i>Noventa e três e os próximos anos</i> _____	11
<i>Preocupações de um petista</i> _____	27
<i>O poder, cadê o poder?</i> _____	43
<i>Alguns desafios do PT para 1994</i> _____	59
<i>Carta aos delegados da Articulação</i> _____	79
<i>O melhor ainda está por vir</i> _____	81
<i>À militância do Partido dos Trabalhadores</i> __	85

Apresentação

Esta coletânea reúne alguns textos que a esquerda da Articulação produziu nos meses que antecederam o 8º Encontro Nacional do PT. Inclui, também, uma avaliação do encontro e o manifesto divulgado por decisão do seminário nacional da Articulação de esquerda.

Outros artigos deveriam ser incluídos nesta coletânea. Os leitores sentirão falta, por exemplo, de “Decifra-me ou te devoro”, de César Benjamin; e de artigo de Davi Capistrano, “Tudo que é insólito desmancha no ar”. Importantes para compreender o debate travado no interior da Articulação, nos faltaram condições técnicas para incluí-los na coletânea, ao menos nesta primeira edição. As contribuições de Carlos Eduardo Carvalho e de Claus Germer, e um artigo mais recente de Wladimir Pomar, também ficarão para uma próxima edição.

Entretanto, estas lacunas não prejudicam o objetivo desta coletânea: fornecer, a quem não teve condições de acompanhá-lo de conjunto, uma visão do rico e difícil processo de luta “interna” na Articulação, e seus desdobramentos após o último encontro nacional. Trata-se de uma história sobre a qual existem muitas versões e contradições. Melhor que apresentar mais uma é permitir um contato com a opinião dos que a viveram e fizeram.

Manifesto aos petistas*

O PT, que vinha desenvolvendo, na teoria e na prática, um projeto de sociedade socialista democrática ajustada às condições concretas do Brasil, encontra-se hoje num impasse político e teórico: praticamente interrompeu seu processo de elaboração, rendendo-se, momentaneamente, às discussões ditadas pela chamada agenda da modernidade importada pelos neoliberais tupiniquins.

É inegável que couvemos com o risco, diante do qual sucumbiram inúmeros partidos de origem operária e popular, de nos convertermos num partido da ordem. Em alguns momentos parecem estar esmaecendo os traços que nos distinguiram dos partidos do sistema, como na campanha das diretas, no episódio do Colégio Eleitoral, na recusa aos sucessivos pactos das elites: a contingência de estabelecer alianças, em torno de programas ou de propostas pontuais, transforma-se em objetivo a qualquer custo; a interlocução necessária com a sociedade cede freqüentemente à tentação do senso comum, ao nadar-a-favor-da-corrente, num processo de hegemonia às avessas em que o discurso dominante nos iguala, tornando-nos, portanto, mais palatáveis.

O resultado das últimas eleições — em que fomos o partido mais votado nas capitais, no 1º e no 2º turnos — mostra o potencial de nossa política de acúmulo de forças, de disputa de hegemonia, de participação nas instituições do Estado burguês, de nossa estratégia de ser-governo-para-ser-poder.

Mas algumas das derrotas sofridas nas últimas eleições deixam evidente que o PT perde quando adota comportamento ambíguo — tal como agora diante do governo Itamar, tratado como aliado incômodo, a quem se presta colaboração disfarçada.

O amadurecimento político do PT não pode refrear nosso caráter rebelde nem amainar nossa radicalidade. Chega de bom-mocismo. Nada de domesticação.

Radicalmente democrático, construído de “baixo para cima”, o PT, desafortunadamente, revela sintomas perigosos de burocratização. Nota-se um emperramento dos mecanismos democráticos de tomada de decisão; há um visível distanciamento entre direções e bases; é notório o esvaziamento das instâncias — dos núcleos de base às direções municipais, regionais e nacional; o pragmatismo, a competição, o eleitoralismo correm soltos, esgarçando o companheirismo, a convivência fraterna e a solidariedade. A fragmentação enfraquece o partido, afugenta os filiados e desanima a militância — nosso principal patrimônio.

* A versão inicial do "Manifesto A hora da verdade", foi elaborada por Rui Falcão, deputada estadual e vice-presidente nacional do PT

Cresce entre nós o inconformismo com aqueles que, transformados em “notáveis” por força da militância, fazem tudo para ser mais iguais que os outros. Tanto é verdade que certas “personalidades públicas” do partido tentam submeter o coletivo a seus desígnios particularistas, chantageando a militância e afrontando a democracia interna.

A democracia é a vida do PT. Sem esta seiva, nosso projeto se exaure, fenece. Ninguém, nenhum parlamentar, nenhum prefeito, nenhuma liderança, nem mesmo o Lula, pode se sobrepor às maiorias e às decisões democráticas, legitimamente firmadas no interior do PT.

Afrontando as elites, o PT alargou o conceito e a prática da democracia no Brasil, vinculando o social e o econômico do seu nascedouro à política, à disputa eleitoral e às instituições de Estado, onde as classes dominantes costumam confinar a democracia formal. Para nós, não há democracia sem direito de greve, sem democratização da informação, sem justiça social, sem distribuição de renda e riqueza, sem abolir a exploração.

Agora, porém, impactados pela velocidade dos acontecimentos no Leste europeu e pela desenvoltura das iniciativas do bloco capitalista, concentramo-nos na disputa institucional de forma quase exclusiva, como se a realização necessária de reformas político-eleitorais fosse uma espécie de ante-sala ou pré-condição para avançarmos na direção de transformações estruturais na sociedade brasileira. Sem luta social, sem participação popular, sem mobilização dos trabalhadores — que educa, politiza e democratiza — não extravasaremos os limites atuais, que coonestam a miséria, a fome, a concentração de rendas, de terras, de riquezas e poder, as injustiças, a desagração social.

Historicamente violentas e excludentes, as classes dominantes brasileiras resistem secularmente a transformações estruturais. As mudanças que se impuseram foram conquistadas a ferro e fogo, freqüentemente após as elites terem infligido derrotas aos “de baixo”. Veja-se o exemplo da Abolição da Escravatura e das leis trabalhistas de Getúlio, para ficar em apenas dois casos. Nada indica que este comportamento tenha mudado. Portanto, é ilusório sonhar com uma sociedade de consensos, sem disputas, um capitalismo sem conflitos sociais, bem gerenciado por governos de coalizão, em que acordos setoriais e ações parlamentares pluripartidárias ditem o ritmo, a forma e o conteúdo das reformas. Não é função do PT agradar as elites: nossa aspiração é estar ao lado das maiorias, dos trabalhadores, dos deserdados, contra os de cima, os poderosos, os exploradores.

Tal como vimos assinalando em nossos congressos, é forçoso reafirmar: a construção do socialismo no Brasil será obra de milhões de trabalhadores, num processo longo de acúmulo de forças, através de variadas formas de luta, num processo de ruptura com o atual modelo de desenvolvimento e com o sistema capitalista.

O PT só pode enfrentar a agenda política de curto prazo, que se desdobra no plebiscito sobre forma de estado e sistema de governo, na revisão constitucional e na oposição ao governo Itamar, caso recupere sua tradição radical, popular, democrática, socialista. É inaceitável que, em nome de mal-feitos cálculos eleitorais, nosso partido deixe de apresentar uma alternativa global para a crise

brasileira; é inaceitável que em nome de inexistentes “responsabilidades”, nosso partido não faça oposição firme contra um governo que, não obstante suas diferenças com Collor, é nitidamente conservador; é inaceitável que nosso partido, em nome da urgência de reformas políticas, aceite ficar sob a hegemonia conservadora na discussão sobre sistema de governo. O partido que nós queremos não pode ser aquele que cogita apoiar governos que o PFL também apóia. O partido que nós queremos não pode ser aquele em que dirigentes proclamam-se adeptos da monarquia. O partido que nós queremos não pode mais conviver com isso, sem deixar de ser PT.

Recuperar o espírito de partido, afirmar a democracia interna e superar a fragmentação —que enfraquece o partido, afugenta os filiados e desanima a militância, nosso principal patrimônio— implica, além de um basta às ambigüidades e distorções na política e no perfil partidários, um conjunto de medidas organizativas. Entre elas, derrotar aquelas concepções que não dão importância ao trabalho partidário junto aos movimentos sociais —exatamente num momento em que é preciso superar o atual impasse no movimento sindical—, que defendem o afrouxamento das instâncias como virtude, impedindo seu funcionamento efetivo e ampliando, ao invés de reduzir, a centralização decisória.

Entre os vários desafios do PT, há um central: a elaboração de um Programa de Ação de Governo, que atualize, aperfeiçoe e amplie o PAG-89, mantendo-se as diretrizes de caráter democrático-popular. E que sintetize as grandes reformas estruturais em torno das quais devemos convergir os nossos dispersos esforços setoriais.

A confecção desse PAG, na qual se envolverão vários setores do partido, nossos simpatizantes, apoiadores e aliados, será um momento único para continuar a passar o país a limpo. Exigirá, de nós todos, um cuidadoso trabalho de diagnóstico do país, da realidade conjuntural, das características e particularidades regionais a serem contempladas nas propostas, mas também das diferenças gritantes a serem sanadas para conjurar as ameaças nada folclóricas de secessão na unidade nacional. Requererá, também, um paciente e criativo processo de apresentar propostas e soluções, sem o que nenhuma campanha eleitoral, por mais radical que se apresente, colherá sucessos.

Naturalmente, não ficaremos confinados aos gabinetes: é nesse processo que forjaremos as alianças possíveis para conquistar o governo, sustentá-lo e viabilizar o programa. A disputa de 94 é uma referência importante, um marco decisivo. Mas nosso projeto não se esgota aí, com a vitória ou a derrota. É preciso, desde já, no debate democrático, sem sectarismo, rotulações ou preconceitos, reabrir os caminhos para concretizar nosso sonho, mais vivo do que nunca, de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem repressão nem exploração: a utopia do socialismo democrático.

Comprometidos com estas idéias, nós, abaixo-assinados, conclamamos todos os petistas a se engajarem nos debates e nas disputas políticas que antecedem o 8º Encontro Nacional, quando se definirão os rumos do PT para os próximos anos.

Noventa e três e os próximos anos*

Um fantasma ronda o PT: o fantasma do comunismo. Não o comunismo de que falava Marx, mas sim um comunismo pragmático, eleitoreiro, reformista, típico do velho Partidão.

Comentando a escolha de Wladimir Palmeira para líder do Partido dos Trabalhadores, o deputado José Genoíno teria afirmado que, “com isso, o PT assume uma tendência esquerdizante. Estou preparado para ser minoria”. Dando o troco, o também deputado Jacques Wagner teria dito: “Me surpreendo. Então, ele está à direita?”(1).

A disputa pela liderança foi decidida por apenas 1 voto, pouco tempo depois da direção nacional do PT aprovar, pela mesma diferença, uma resolução que estabelecia um posição mais nitidamente oposicionista do PT frente ao governo Itamar.

Naquela ocasião, Paulo Delgado e José Genoíno deram entrevistas à grande imprensa, externando publicamente seu inconformismo com a posição majoritária na direção nacional. Numa linha semelhante, o secretário-geral do partido, José Dirceu, afirmava que a resolução fora aprovada por uma “maioria eventual”. O que mereceu uma resposta de Jacques Wagner (para quem maioria eterna só no stalinismo) e de Wladimir Palmeira e Sérgio Gabrielli, no *Linha Direta*, onde diziam que “quem assegura a governabilidade é o governo. Não cabe ao PT priorizar a estabilidade. Esta é uma tarefa dos conservadores. Cabe ao PT priorizar as mudanças”(2).

Os dois episódios mostram que o partido está, além de dividido, polarizado. Mostram também que, cada vez mais, o debate partidário será travado publicamente.

Não há porque temer isto. O PT tem influência cada vez mais decisiva nos rumos da política brasileira. É natural que isso se reflita no partido, inclusive através do acirramento da luta interna e do debate público entre suas várias tendências.

Curiosamente, a tendência majoritária do PT, a Articulação, não tem conseguido debater organizadamente as divergências presentes no partido, que são suas também. Isso apesar de termos nos dividido, ou termos sido divididos, na maioria das questões polêmicas. O que, na época dos encontros partidários, cria situações cada vez mais desconfortáveis, com a formação de maiorias para as disputas de direção que correspondem cada vez menos às maiorias formadas em torno de questões programáticas.

* Este texto foi escrito por Valtér Pomar em dezembro de 1992, à época membro do Conselho Deliberativo Estadual e atualmente integrante da Executiva Estadual do PT-SP.

Essa situação, além de incômoda, é insustentável e danosa para o partido. Ademais, do ponto de vista do autor destas linhas, é muito desagradável ver a Articulação ser coletivamente responsabilizada pelas posições expressas por certos "notáveis".

Se a Articulação euquanto tal — ou seja, os militantes que a integram — ainda quiser influenciar coletivamente a vida partidária, então ela terá de travar aquele debate. Esse é o objetivo deste texto: estimular os companheiros da Articulação a promoverem uma discussão *organizada* sobre as nossas divergências políticas.

Como a leitura deixará evidente, este texto não é uma tese, mas apenas um apanhado acerca do que me parece ser o nó do problema: um setor do partido está formulando e aplicando, à revelia das resoluções do partido e das deliberações do 1º Congresso, uma nova linha política, muito semelhante às propostas (derrotadas) do chamado "Projeto para o Brasil".

Infelizmente, os defensores da "nova linha" — que de nova tem muito pouco — não a submeteram ao partido, que vem tomando conhecimento dela aos poucos, através de declarações à imprensa, resoluções pontuais da direção e atitudes políticas surpreendentes para os padrões petistas.

Isto já é suficiente, contudo, para estabelecer a polêmica, de resto extremamente urgente. Afinal, para o partido atuar unificadamente nos próximos anos, será necessário que o 8º encontro nacional debata em profundidade as divergências em relação ao governo Itamar, ao programa econômico de emergência e, inclusive, os contraditórios resultados das eleições municipais — que, se demonstraram nossa força e potencialidade, evidenciaram gravíssimos problemas, que ajudam a entender as derrotas em várias administrações petistas, as dificuldades enfrentadas no estado de São Paulo, os resultados eleitorais abaixo das expectativas etc.

Na encruzilhada

1992 deve ficar na história como o ano da "ética na política". Mas poderia ser lembrado, também, pelo massacre do Carandiru, pelos arrastões, pela vitória de Maluf na eleição paulistana e pela "absolvição" de Quéricia na CPI da Vasp.

Esses sinais contraditórios revelam os limites de um país que vem aperfeiçoando sua institucionalidade democrática, mas que continua hegemônico por uma elite conservadora, num contexto de deterioração cada vez mais aguda das condições de vida da maioria da população.

É improvável que essa situação ambígua prossiga indefinidamente. Mesmo Francisco Weffort, insuspeito de radicalismos, pensa que "são pequenas as chances de sobrevivência da democracia em países que passam por severa e prolongada crise econômica. No Brasil continuamos seu rumo, afundando no pântano de uma permanente crise de governabilidade" (3).

Este problema não é só nosso, nem se restringe ao chamado Terceiro Mundo. Uma de suas consequências é a marginalização econômica, política e social de um setor bastante significativo da população, o que, num contexto de

crise do socialismo, tem fortalecido não exatamente a direita tradicional, mas principalmente movimentos, partidos e candidatos que se apresentam como não-políticos, extra-políticos, anti-*establishment*: Ross Perot, Fujimori, Collor, o nacionalismo e o neonazismo são expressões (diferenciadas, é claro) disso. Quanto à direita tradicional, vem tentando se reciclar, adotando um discurso populista (como fez Maluf).

É evidente que esta nova situação impõe ao PT a necessidade de atualizar sua política. Mesmo com as lacunas conhecidas, foi isso que tentamos fazer no 1º Congresso. Entretanto, as posições mais à direita, derrotadas naquela ocasião, são as que parecem ter maior influência no interior da direção partidária, resultando numa política cujos principais elementos são: o privilégio concedido à institucionalidade, em detrimento da mobilização e organização social; uma política de alianças que perde de vista a necessidade de manter diferenciado o perfil partidário; uma ação governamental que desvincula as dimensões política e administrativa, privilegiando esta última; uma concepção de construção partidária anti-democrática, que facilita a diluição das instâncias, que não colabora para reduzir a distância entre direção e bases, que facilita a autonomização dos "notáveis", a quem se reservam as grandes decisões, à revelia ou inclusive contra as bases; uma concepção que desestimula a ação partidária nos movimentos sociais; um discurso ideológico que abandona progressivamente os valores socialistas, em favor de valores social-democratas e até liberais; e uma estratégia que não apenas perde de vista a necessidade de rupturas revolucionárias, mas que parece apostar num inexistente espírito democrático e legalista das elites brasileiras.

Como sub-produto desta política que joga suas fichas no jogo institucional, em detrimento da organização social e partidária, crescem a falta de ética, o aparelhismo, o desrespeito à democracia, o cupulismo, a disputa de feudos entre parlamentares.

A integração à ordem

A militância está cada vez mais preocupada com a possibilidade de o PT se transformar num partido igual aos outros. O processo está apenas no início, mas já provoca desencanto, angústia, perplexidade e falta de perspectivas em muitos petistas.

O que será de nossa democracia interna, se é cada vez maior a distância entre a base e a direção? O que será de nosso projeto coletivo, se tantas personalidades do partido priorizam seus projetos pessoais? O que será do partido das transformações sociais, se nossa ação política é cada vez mais ditada pelo calendário eleitoral e pelos limites institucionais? O que será de nossa organização de base, se cada vez se dá menos atenção à relação com os movimentos sociais? O que será de nossa unidade de ação, se boa parte do tempo de nossos sindicalistas é gasto em lutas internas, onde se admite todo tipo de baixaria? O que será da diferença, se começamos a realizar alianças que diluem o nosso perfil? O que será do socialismo, se o apresentamos como algo distinto da modernidade e da cidadania?

Para deter a desagregação partidária, não basta, ainda que seja necessária, uma reforma ética. É preciso, antes de mais nada, uma reorientação política. Porque os desvios éticos presentes no PT alimentam-se de uma estratégia eleitoreira, que pretende construir um partido de notáveis e que sucumbe aceleradamente diante da ilusão que encantou o Partido Comunista: a crença na vontade democratizante e reformadora da burguesia brasileira.

Nosso partido está ameaçado, hoje, pelo mesmo mal que vitimou outros partidos de esquerda, que não conseguiram resistir às pressões e à força do *status quo*, levando a cabo em força auxiliar de partidos burgueses — como aconteceu com os comunistas durante a Nova República — ou sendo simplesmente cooptados. Este é o caso dos socialistas, comunistas (e inclusive petistas) que se deixaram engolir pelo PMDB. Descrentes na capacidade de mudança a partir de baixo, superdimensionando as possibilidades da ação institucional/estatal, importantes segmentos do PCB, do PCdoB, do MR-8 etc. terminaram convertendo-se em quadros orgânicos da burguesia, particularmente do quercismo. Um fenômeno similar ameaça hoje o PT, favorecendo as tendências gradualistas, reformistas, eleitoreiras.

Nossa ligação “com as bases”, antídoto natural para os riscos da cooptação, não parece mais ser suficiente. Além daqueles laços estarem fragilizados, já faz tempo que o centro de gravidade da ação partidária reside nos governos, nos parlamentos, nos processos eleitorais.

Extremamente positiva, a força institucional do PT contém contrapartidas: 1) cresceu o número de militantes envolvidos na institucionalidade, como parlamentares, prefeitos, assessores, secretários municipais etc., ao mesmo tempo em que se reduziu a participação da militância não-profissionalizada; 2) aumentou o tempo dedicado pelo partido — seus militantes e dirigentes — às questões institucionais, especialmente eleitorais, ao mesmo tempo em que se reduziu nossa ação organizada junto aos movimentos sociais; 3) cresceu a dependência política e financeira do partido frente ao Estado, ao mesmo tempo em que se reduziram as contribuições militantes.

Na ausência de mecanismos que compensassem estes fenômenos, modifica-se progressivamente o perfil do partido, reduzindo-se a sua sensibilidade diante dos temas populares e sua ligação com os movimentos sociais. Pouco a pouco, o PT elitiza-se.

O movimento sindical cutista também experimenta um processo semelhante. Cresce o peso das máquinas sindicais, dos aparelhos, do número de profissionalizados — sem que isto corresponda a uma ação mais orgânica, a uma maior organização de base —, num ritmo ainda mais intenso do que o experimentado pelo partido. Note-se que a estrutura partidária continua muito aquém do necessário e muito inferior ao porte do braço sindical e do braço institucional.

Este processo de institucionalização resulta de nossas vitórias parciais, e seria pura ingenuidade imaginar que o PT pode crescer sem modificar-se. Maior ingenuidade, entretanto, é só enxergar o lado positivo da institucionalização. É o que acontece com parte da militância, que superestima o papel das disputas eleitorais, em relação a outras dimensões da luta política, social e ideológica. É

em boa parte por isto, aliás, que há pré-candidatos ou candidatos capazes de comer o fígado de companheiros, para viabilizar suas pretensões, mas sempre achando que agem em nome da causa...

Como resultado, o partido perde espaço frente ao candidato, a militância perde peso diante do eleitorado, o programa corre o risco de se converter numa peça eleitoral, o eleitoralismo estimula o individualismo e a atomização da política, servindo de porta de entrada para comportamentos que a prática parlamentar ou governamental terminam solidificando.

A falta de solidariedade, o individualismo e o vale-tudo cresceram no PT à medida que cresceram nossos laços com a institucionalidade. Mas só se tornaram um fenômeno ameaçador quando foram potencializados pela crise do socialismo, pela exaltação dos valores neoliberais, pelo clima de salve-se quem puder típico dos períodos de recessão e também pelo fortalecimento, dentro do partido, dos setores que defendem uma estratégia eleitoreira.

Por isto achamos que superar a falta de solidariedade e o individualismo; combater as mentiras e o mandonismo; extirpar o clima de desconfiança e reestabelecer a democracia interna; evitar que as eleições sindicais sejam tomadas pelos métodos burgueses de disputa; restaurar a solidariedade partidária, socialista e petista... tudo isto exige a criação de *anticorpos* que minimizem a absorção do partido pela institucionalidade; exige restaurar a estratégia democrática e popular, que não se resume em eleições; exige combater a estratégia eleitoralista, que estimula a atomização da ação partidária, o individualismo e o privilégio para os eleitos e mandatários.

Exige, inclusive, a adoção de uma ética que não se limite ao comportamento dos políticos frente à coisa pública, mas que inclua entre seus temas o combate à miséria, à marginalidade, à pobreza —tudo aquilo que Cristovam Buarque chama de “ética das prioridades”.

Naturalmente não podemos nos iludir: numa sociedade como a nossa, é impossível construir um partido puro, imune ao que acontece a seu redor; cabe lembrar, também, que a luta política é espaço propício para o surgimento de comportamentos que, vistos de uma perspectiva socialista, são mais que condenáveis; além disso, os desvios éticos não surgiram agora, já se fazendo presentes noutros momentos da vida do partido; só que hoje o fenômeno atingiu tal intensidade que se constitui numa ameaça à coesão partidária. Entretanto, para conseguir mais ética, é preciso combater a política que facilita a falta de ética: o eleitoralismo, o institucionalismo.

Reafirmar a estratégia

Mais que uma fonte de desvios em relação aos princípios e a ética partidária, o institucionalismo é um jeito de fazer política, de acumular forças, de se relacionar com a população e os movimentos sociais, de conceber a política de alianças. Trata-se de uma estratégia política muito diferente daquela que o partido defende em seus documentos e resoluções, uma estratégia que se alimenta do desencanto frente às alternativas revolucionárias e que se sustenta

numa brutal confusão entre governo e poder.

O PT sempre reservou um lugar importante, na sua estratégia, para a luta institucional e eleitoral. E não apenas temos conseguido ampliar nossa força nos legislativos e nos executivos, como também foi por aí que quase provocamos aquela que teria sido a maior derrota das classes dominantes, em toda a história do Brasil: a eleição de Lula presidente da República.

Contudo, a disputa do poder político envolve muito mais do que a conquista de governos e mandatos. É a luta institucional só contribui para a conquista do socialismo quando combinada com a mobilização social e com a disputa ideológica. Quem esquece isto, quem deixa de ver a luta institucional como uma das dimensões da luta de classes, termina considerando o caminho para o poder como um acúmulo de vitórias eleitorais.

A estratégia estabelecida pelo PT, desde 1987, supõe —explícita ou implicitamente— algumas condições para o sucesso de um governo democrático e popular: o apoio do movimento social organizado, das instituições progressistas e de um arco de alianças políticas e sociais; a adoção de medidas de impacto que, embaladas no apoio inicial que todo governo tende a desfrutar, possam consolidar posições junto ao grosso da população; a capacidade de gerenciar o governo, evitando ao máximo quaisquer pretextos para uma ação desestabilizadora; uma política de relações internacionais que, granjeando apoio na Europa e América, iniba ações golpistas, boicotes e quietais; e a recusa em dissociar os sucessos eleitorais e institucionais de uma perspectiva revolucionária de transformação social.

De 1987, quando se desenhou mais claramente essa política, até hoje, muita coisa mudou. De saída, perdemos o elemento surpresa: as elites sabem de nosso potencial para vencer as eleições. Por isso mesmo, consideram a adoção do parlamentarismo, ao mesmo tempo em que buscam construir alternativas para enfrentar a próxima disputa presidencial, sendo improvável que se repita o ocorrido em 1989, quando as elites, para evitar o mal maior, tiveram que optar por um aventureiro.

De 1987 até hoje, a crise brasileira aguçou-se, aumentando a urgência das reformas políticas, econômicas e sociais necessárias à sua superação e, com isso, sugerindo um início de governo mais radicalizado do que supunhamos em 1987 e esperávamos em 1989.

A situação internacional modificou-se substancialmente: o chamado campo socialista não existe mais, a Europa inclinou-se consideravelmente à direita, evoluiu negativamente a situação na América Latina. Como resultado, os fatores de inibição à política agressiva e conservadora dos EUA são bastante diminutos.

Mais grave que tudo isto, os movimentos sociais encontram-se numa situação difícil, não apenas por efeito da recessão, mas também por conta da crise política que se abateu sobre vários deles, somados ainda às disputas internas ao PT e às desilusões produzidas por parte dos governos municipais petistas.

Por último, a crise político-ideológica que se abateu sobre a esquerda colocou em questão, para muita gente, elementos essenciais da estratégia e do pensamento socialista, como a noção de que não pode haver socialismo sem revolução.

O quadro apresenta-se, portanto, muito mais complexo e difícil do que nos anos anteriores. Como enfrentá-lo? Quais as alterações necessárias em nossa estratégia?

Um horizonte difícil

Quando as coisas estão difíceis, não cabe aos socialistas *esperar* dias melhores; cabe *sim lutar* por dias melhores. Mas é importante ter em mente quais as perspectivas desta luta, quais as forças com que se conta, quais os obstáculos a superar.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que *dias piores virão*. Apesar da onda neoliberal ter esgotado seus atrativos, isso não nos faz prever o início de um período mais positivo para as forças de esquerda. Ao contrário, o recuo das forças socialistas, a ofensiva político-ideológica do capitalismo e o crescimento do conservadorismo racista e militarista de extrema direita são fenômenos que devem durar ainda bastante tempo.

Mesmo sem desconsiderar a possibilidade de vitórias pontuais ou de resultados positivos para a esquerda, devemos estar preparados para uma luta de longo curso e bastante difícil.

Esta maneira de considerar a situação não nos leva a minimizar as potencialidades da luta pelo socialismo no Brasil: somos um dos poucos países do mundo onde existe um movimento político-social de massas, sindical e popular, fortemente influenciado por uma esquerda radical, independente e socialista, que conseguiu acumular significativas vitórias ao longo dos últimos doze anos.

Mesmo aqui, entretanto, temos que considerar o forte impacto — político e principalmente ideológico — da *débâcle* do chamado campo socialista e, de uma maneira geral, da alteração na correlação de forças em nível mundial. Some-se a isto o efeito devastador de uma prolongada recessão, cujos efeitos são reforçados pelas conhecidas mudanças no processo de trabalho, que atingem em cheio a classe trabalhadora, especialmente seu setor industrial. E, finalmente, é preciso levar em conta o fenômeno, já comentado, da cooptação pela institucionalidade.

Entretanto, não é só o campo popular que enfrenta graves problemas. No Brasil, a burguesia tem motivos de sobra para estar preocupada: a abertura planejada pelos militares foi atropelada pelas diretas-já; a transição negociada sob Tancredo resultou na instável Nova República de Sarney; a Constituinte de centro-direita resultou numa constituição, sob vários aspectos, mais progressista do que eles desejavam; as eleições diretas quase resultaram na vitória de um socialista; e o paladino do neoliberalismo revelou-se príncipe da corrupção.

A instabilidade política, principal marca dos últimos quinze anos, possui uma causa básica: nem as elites conseguiram impor completamente seu projeto aos trabalhadores, nem a oposição democrática e popular conseguiu reunir forças para impor um caminho alternativo ao das classes dominantes. Como resultado, a situação econômica e social do país vem deteriorando-se progres-

sivamente, sem que se consiga dar início a um novo ciclo de desenvolvimento, mesmo do ponto de vista do capitalismo.

É improvável que esta situação se estenda por muito mais tempo —e, se o fizer, será às custas da estagnação, do agravamento das condições de vida da população, e de tornar crônica a crise política.

São basicamente três os desenlaces alternativos para esta situação: ou bem a burguesia impõe uma derrota profunda à organização sindical e popular, aos partidos de esquerda e aos setores reformistas da sociedade civil, o que nas condições atuais exigiria uma ruptura com a legalidade; ou bem a burguesia coopta um setor da oposição democrática e popular, estabelecendo o tão sonhado pacto social; ou as forças de esquerda conseguem virar o jogo. O objetivo do PT deve ser no sentido de viabilizar este último desenlace. É a partir desta perspectiva que enxergamos nossa intervenção na conjuntura atual.

A instabilidade pode ser democrática

A instabilidade no Brasil é social: a decadência, a marginalização, a piora nas condições de vida estabelecem uma tensão surda, um ruído de fundo, uma guerra civil de baixa intensidade. A instabilidade é econômica: há mais de uma década fala-se da crise do modelo econômico, sem que outro tenha sido erguido no lugar. A instabilidade também é, evidentemente, política; não custa lembrar que até ontem Fernando Collor era celebrado por ter introduzido “novos temas” na agenda nacional. Vê-se agora que “novos temas” eram aqueles.

Diante de um país tão instável, as elites —e não só elas— promovem uma espécie de culto à estabilidade. Assim tem sido celebrado, por exemplo, por importantes órgãos da imprensa brasileira e internacional, o afastamento de Collor e seu julgamento: como uma prova da maturidade da nação. Enfim uma crise de porte é enfrentada por meios constitucionais.

A moral da história é bem diferente da exposta acima. Mais uma vez ficou evidente a profunda instabilidade do país. Mais uma vez ficou patente a incompetência das elites em gerar um projeto nacional que possibilite superar a crise e deflagrar um novo período de crescimento do país.

Essa situação nos faz lembrar que, no Brasil, as grandes mudanças sociais e políticas sempre foram produto combinado de acordos por cima e golpes de força articulados pela classe dominante. A tentativa presente —de transitar para um novo período histórico, com acordos por cima, mas sem o recurso a golpes ou medidas do gênero— é em boa medida inédita e, do ponto de vista das elites, sem sucesso.

Isto decorre de duas razões principais: a primeira é que não se construiu um consenso, ou algum tipo de hegemonia, entre as classes dominantes, sobre o projeto nacional que substituirá o modelo parido pela ditadura e atualmente moribundo.(4)

Isto, por sua vez, impossibilita aos militares apresentarem-se como “promotores da nova ordem” (leve-se em conta, também, os desgastes da recente experiência ditatorial; o novo contexto internacional; a proposta de criar uma

força armada internacional, reservando-se aos militares tarefas policiais; e a desestruturação do aparelho produtivo estatal, que juntos provocam bastante confusão entre os militares).

A outra razão é também simples: a oposição democrática, popular e socialista vem conseguindo, até agora, obstaculizar as tentativas que a burguesia tem feito para aplicar o(s) seu(s) projeto(s).

Nisso reside o paradoxo da situação: não temos força suficiente para impor o nosso projeto (que não está tão claro qual seja), mas eles também não conseguem aplicar completamente o deles (que tampouco está claro). Em parte porque não existe o projeto da burguesia; em parte porque somos fortes demais para sermos derrotados apenas por meios institucionais — e, na ausência de maiores riscos à dominação burguesa, não parece ser possível, nem parece valer a pena adotar, de momento, outros meios.

Incapazes de nos derrotar, as classes dominantes fazem seguidas tentativas de cooptar a esquerda, que até o momento vinham se chocando contra a nossa teimosa insistência em dizer *não*. Nisso pesavam tanto os vínculos sociais do partido, que o punham em guarda contra os acenos das elites, quanto a orientação estratégica do PT, que pelo menos até agora vinha se mantendo distante do tradicional adesismo comunista. É exatamente por isto que nos preocupa a atitude do PT diante da crise do governo Collor.

As classes dominantes fizeram de tudo para evitar que a crise atingisse também o projeto neoliberal e as elites que o sustentaram. Para isso, elas desenvolveram toda uma operação ideológica, que visava estabelecer um cordão sanitário que protegesse — a elas e a seu projeto — da podridão collorida.

Diante disso, era de se esperar que o PT mirasse não apenas Collor, mas também o projeto neoliberal e as elites. Não foi esse o tom, entretanto, da intervenção do partido no movimento Fora Collor. A partir de uma posição correta — a necessidade de estabelecer alianças que garantissem o impeachment —, nos colocamos muitas vezes na posição de fiadores do processo e, em nome disso, agimos com cautela desnecessária na hora de defender nossas próprias posições.

Para afastar Collor, preservando a “agenda modernizante”, as classes dominantes desenvolveram também uma operação política, para comprometer a oposição democrática e popular com o esquema de poder que seguiu-se ao *day after*.

Nesse particular, o sucesso da operação foi praticamente completo. Incorporaram-se ao governo Itamar não apenas quase todos os partidos de esquerda, mas até o PT foi comprometido — pois participou das discussões sobre a composição do governo e da indicação (envergonhada) de Walter Barelly —, situação que poderia ter se agravado se o Diretório Nacional, numa histórica votação, não tivesse deixado claro que nosso lugar é na oposição.

Nesse episódio todo, o comportamento da executiva nacional do PT revelou uma tendência muito forte à conciliação. O que teve início ainda antes do movimento Fora Collor, quando o partido adotou uma tática recuada. O que teve prosseguimento durante o movimento Fora Collor, com a aproximação do PT e dos setores da oposição conservadora, com o risco de confundir perfis — coisa

que não ocorreu, em boa medida, graças ao “sectarismo” de nossa base. O que fica também evidente na discussão sobre o governo Itamar, quando alguns querem participar do governo, e outros consideram como nossa tarefa contribuir para a governabilidade de Itamar.

Essa tendência conciliatória presente na executiva nacional do PT vincula-se a uma concepção incorreta que vem crescendo no partido, acerca do papel do PT e das eleições de 1994. Trata-se de uma somatória de posições, de atitudes e de concepções que abrem caminho para uma estratégia alternativa, profundamente diferente daquela que o PT vem defendendo ao longo dos últimos anos.

O institucionalismo

A hipótese estratégica central do PT é conhecida: nosso caminho para o poder *passa por ser governo*. Trata-se, sem dúvida, de uma política bastante arriscada — como de resto a experiência chilena já demonstrou.

Afinal, mesmo desalojadas do governo federal, as elites manterão suas relações internacionais, seu poder econômico, sua influência sobre os meios de comunicação e as forças armadas, sua presença no legislativo, no judiciário e noutros níveis do executivo e da burocracia governamental — e, a partir de lá, tudo farão para cooptar, submeter, desestabilizar ou, no limite, inviabilizar a execução do programa democrático e popular.

Por isso, criar as condições para uma vitória eleitoral — por exemplo, em 1994 — é também criar as condições que tornarão possível aplicar o nosso programa, ou seja, governar. E é dos desdobramentos concretos da vitória e da ação governamental que pode, ou não, resultar um avanço no sentido do socialismo.

Ocorre que um programa democrático e popular atenta, necessariamente, contra interesses solidamente estabelecidos, porque está estruturado em torno de um objetivo central: incorporar ao Brasil, à vida econômica, social, política e cultural, a enorme maioria de nosso povo, que encontra-se marginalizada. Uma operação desta magnitude supõe impor uma derrota profunda às elites.

Considerado de um ponto de vista estritamente eleitoral e institucional, trata-se de um problema de difícil solução: afinal, a maioria das forças políticas que podem se aliar a nós rejeita a radicalidade das reformas que propomos; assim, ou bem não conseguiríamos vencer, por falta de alianças; ou bem não conseguiríamos governar, por falta de aliados.

A solução que setores do partido têm apresentado para este problema é muito simples: trata-se de rebaixar nosso programa, viabilizando assim a criação de um arco mais amplo de alianças, o que possibilitaria tanto a vitória eleitoral quanto o governo. É claro que isto dilataria no tempo a execução das reformas necessárias ao país. Mas seria um caminho mais seguro do que o aventureirismo de querer vencer e governar sozinhos.

O bom senso deste argumento é apenas aparente e esconde um paradoxo: supondo que fosse factível compor, em torno do PT, o arco de alianças com que sonham tantos setores do partido, teríamos como resultado não um governo

democrático e popular, disposto a realizar reformas estruturais na perspectiva do socialismo; mas sim um governo cujo limite máximo seria enfrentar a crise brasileira, nos marcos do capitalismo.(5) Noutras palavras: a aliança não se daria em torno de nós ou de nosso programa, mas em torno de outro programa e forças políticas.(6)

Pode até ser que um governo federal petista não consiga aplicar o programa democrático e popular e que, efetivamente, termine mantendo-se nos estritos limites do capitalismo. A questão, contudo, não é saber se conseguiremos ir até o final na aplicação do programa, ou se ficaremos pela metade; o que está em questão é saber se nós vamos *tentar criar as condições* para aplicar até o final nosso programa. O risco que se esconde por trás dessa busca desesperada pela ampliação do leque de alianças é, já de saída, desistirmos de boa parte de nossos objetivos.

A história é bastante cruel com quem age desta maneira. Conseguiríamos no máximo a desconfiança e o desânimo de nossas bases sociais e eleitorais, sem conquistar outros setores. E, diga-se de passagem, sem reduzir a animosidade das elites contra nós(7) —como demonstrou a recente campanha eleitoral, especialmente na cidade de São Paulo.

O mais grave, contudo, é a hipótese que está subjacente àquela proposta: a de que o Brasil poderia experimentar, sem rupturas maiores, uma sequência de governos reformistas, democráticos e progressistas. Somente este horizonte torna razoável defender que o PT suavize agora suas reivindicações e adote uma estratégia gradualista.

Quanto pior, pior

As forças de esquerda precisam pensar mais sobre as consequências políticas da acelerada degradação das condições de vida da maioria de nosso povo. Há mais de uma década que as liberdades políticas vêm se ampliando, há mais de uma década que os movimentos sociais pelejam por reformas parciais, e há mais de uma década aumenta o número de pessoas que estão abaixo da linha da miséria.

A miséria, quando se apresenta desorganizada, é facilmente manipulável pelas forças de direita, que a utiliza não apenas como instrumento de pressão contra os assalariados e os setores médios, mas também como reserva eleitoral e, inclusive, pretexto para defender governos fortes e soluções policiais para as questões sociais, o que encontra apoio inclusive entre os próprios miseráveis — que aliás parecem ter ganho muito pouco com a democracia.

Sabemos que, por mais revolucionário que seja um governo federal petista, o processo de elevação das condições de vida da maioria do povo será necessariamente lento. Por isso mesmo, trata-se de *correr contra o tempo*, porque as demandas são enormes e certamente serão amplificadas diante de um governo de esquerda, que desperta expectativas de mudança rápida.

Se não soubermos administrar estes elementos — a expectativa, a esperança, que aliás são os principais motivos que levam as pessoas a votar num partido

socialista—, se o principal componente de nossa estratégia for a moderação, corremos o risco de ser abandonados exatamente pelos que confiaram em nós.(8)

A alternativa —temida por alguns, sonhada por outros— de um governo moderado, que decepcionaria os setores mais radicais de nosso eleitorado, mas que conseguiria levar a cabo reformas de base no país, não nos parece sustentável nem convincente. Cabe perguntar: o povo sustentaria um governo que não o defende? A direita permitiria um governo de esquerda sem apoio popular?

O Chile mostrou que a estratégia gradualista, moderada, do passo-a-passo, pode terminar em tragédias maiores do que o aventureirismo vanguardista.

Sem ilusões

A política apresentada por setores do partido —rebaixar o programa, ampliar o leque de alianças, moderar a oposição, reduzir o horizonte de nosso governo— nos parece a pior tática possível.

Em primeiro lugar, porque a tradição das elites brasileiras nunca foi a de negociar ou tolerar as ações independentes dos “de baixo”. Aqui, ao contrário da Europa, em que a burguesia em parte aceitou, em parte viu-se forçada a deixar que forças de esquerda administrassem por ela a crise do capitalismo, as elites brasileiras não têm largueza de visão nem prática democrática.

Ademais, as elites possuem suas próprias alternativas para enfrentar as eleições de 1994, podendo dispensar uma eventual aproximação com o PT. Mesmo forças que hipoteticamente estariam mais próximas de nós —o PDT, o PSDB—, além de possuírem alternativas próprias, demonstraram um tal nível de vacilação diante do governo Collor que nada garante que, em 1994, aceitem marchar conosco. O PSDB, aliás, mostrou que possui setores suscetíveis inclusive ao malufismo, ao mesmo tempo em que sua principal estrela —o senador Mário Covas— recusou-se a gravar seu apoio a Suplicy.(9)

O caminho para o PT crescer —e inclusive conquistar a base social de outros partidos— é semelhante ao que seguimos durante a Nova República: a oposição radical, sem subterfúgios, sem meios-termos, sem ambiguidades, evitando ao máximo confundir, perante o povo, nosso perfil com o dos demais partidos.

Mostrar nossas diferenças em relação a “tudo que está af” é essencial, inclusive para ganhar o apoio das maiorias desorganizadas, marginalizadas, “descamisadas” da sociedade.(10) Sem ganhar estes setores, será muito difícil sustentar um programa consequente de reformas. Mas para fazê-lo teremos que mudar nosso discurso e nosso jeito de fazer política; executar uma ação governamental que incorpore à atividade econômica os milhões de deserdados sociais —condição imprescindível para lhes assegurar uma cidadania política que não seja meramente formal; e aprender a trabalhar com o imaginário, o simbólico, e nos dotarmos dos mecanismos de comunicação que viabilizam fazê-lo massivamente.

Naturalmente, é improvável que consigamos, no curto espaço de dois anos, dar conta das tarefas acima relacionadas. Entretanto, uma das maravilhas da luta política é que se pode conseguir em um dia o que poderia demorar anos. Por isso

é que só conseguimos conceber a vitória de Lula, em 1994, num contexto de radicalização de paixões, de disputa política aguda, em que nós despontemos como a única força disposta *de fato* a realizar reformas profundas na sociedade brasileira.

Raciocínio semelhante aplica-se ao governo. Uma coalizão de esquerda só se sustentará caso leve até o fim seu programa. É ilusão achar que, transigindo em nossos objetivos, será possível evitar retaliações de uma direita consideravelmente mais forte. Ao contrário, só uma política radical —leia-se, a que vai *até o máximo que nossas forças permitem*— criará as bases populares e institucionais para um governo democrático e popular.

Em resumo: uma política baseada num acordo de cavalheiros, na ampliação do nosso leque de alianças à custa de um programa de reformas mais tímido, bem como à custa da redução do nível de ação e de radicalidade da esquerda, só serviria para reduzir o nosso poder de fogo, debilitando o cacife que poderia forçar outros setores a negociar conosco.

O caminho da conciliação desmoraliza o PT, desfigura a esquerda. Nos faz perder apoios orgânicos e eleitorado. Nos enfraquece. Enfim, é o caminho para uma derrota em 1994.

Eleição sem organização?

Partimos da hipótese de que o caminho para uma vitória eleitoral *consequente* em 1994 deve combinar dois movimentos, em certa medida contraditórios. De um lado, uma oposição radical ao governo de plantão, às elites, à sua política econômica, a seus partidos, que nos apresente como o que de fato somos: uma alternativa a “tudo que está aí”.

Ao mesmo tempo em que firmamos um perfil político-ideológico diferenciado no plano nacional, devemos consolidar apoios sociais, partidários, institucionais, de massa, à política concreta de reformas sociais, econômicas e políticas que estamos defendendo. O que só se fará, aliás, se tivermos estabelecido aquelas diferenças.

Este duplo movimento é necessário para evitar ao máximo que nossa eventual vitória nos encontre sem uma retaguarda social mobilizada e organizada. E isto é fundamental, porque não acreditamos que um governo democrático e popular seja outra coisa senão um governo de crise, de enfrentamentos.

A principal qualidade de um governo democrático e popular deve ser a capacidade de articular apoios políticos, especialmente de massa. Isso exige mais que capacidade de gerenciar o cotidiano; exige mais que competência técnico-administrativa e honestidade.

Se queremos aplicar um programa democrático e popular na perspectiva do socialismo, carece ainda retomar nosso discurso socialista, nosso combate ideológico ao neoliberalismo, nossa crítica aos fundamentos da modernidade que o discurso hegemônico apresenta como disfarce.(11)

É evidente que uma política deste tipo supõe um lugar destacado para a ação orgânica do partido: preservar e ampliar nossa estrutura militante, garantir o bom

funcionamento de nossas instâncias democráticas, integrar a política das bancadas e das prefeituras à política do conjunto do partido, garantir uma efetiva coordenação entre a ação partidária e a ação dos movimentos sociais a nós ligados etc. E tudo isto, por sua vez, pressupõe uma política e uma direção *dispostas a isso*.

Ao mesmo tempo em que nos empenhamos pela vitória de 1994, é preciso também levar em conta os possíveis cenários alternativos. Por exemplo, uma derrota —seja no primeiro, seja no segundo turno—, pode provocar uma crise profunda na militância, que tem sido levada a imaginar a próxima eleição presidencial como *a hora da onça beber água*.

Outro cenário possível é o da vitória da esquerda, mas sob regime parlamentarista e com um Congresso oposicionista. Um terceiro cenário, comum em países como o Brasil, é o da interrupção total ou parcial do processo democrático. Nunca é demais lembrar que crises como a que o país está vivendo agora sempre foram solucionadas *manu militari*.

A existência de cenários alternativos ao *Feliz 94* deve servir como um alerta de que nosso caminho para o poder passa por vitórias eleitorais e por um governo democrático e popular *somente no caso de manterem-se as condições atuais da luta política*. E mesmo nesse caso, o caminho para o poder passa pelas eleições, mas não se limita nem se reduz a elas.

Notas

1. Folha de S. Paulo, 19.12.1992

2. Linha Direta n° 112, de 20 a 26 de novembro de 1992

3. Folha de S. Paulo, 6.12.92

4. Aliás, tenho grandes dúvidas sobre se a burguesia brasileira é capaz de gerar um projeto nacional semelhante aquele que orientou a ação dos militares durante a ditadura. Nesse sentido, a própria burguesia passa por um teste: ela conseguirá, sem ditaduras, sem golpes, sem intervenção militar, formular um projeto hegemônico e ganhar apoio social e político para implantá-lo? Como já disse, tenho dúvidas sobre isso. Até porque uma das condições para a formulação de um projeto desta natureza seria a existência de uma alternativa democrática e popular consistente, o que também não existe de maneira muito clara. Com isso, na ausência —de um lado e de outro— de projetos nacionais mais definidos e antagônicos, o país vai descambando.

5. Como disse o prefeito de Goiânia, Darci Accorsi, "se o Lula assumir a presidência da República, em 1994, o que ele vai fazer é gerir a crise do capitalismo". (Brasil Agora n° 29, de 7 a 20 de dezembro de 1992).

6. É por isso que julgamos extremamente oportuna a crítica que César Benjamin dirigiu às Diretrizes para um programa emergencial de política econômica: "É uma tragédia; estamos perdendo nossa capacidade crítica e deixando de ser um partido de reforma social, justamente no momento histórico em que essa bandeira é mais importante para o Brasil (...) Reformismo, no PT, está virando doença infantil." (Brasil Agora n° 30, de 21 de dezembro a 29 de janeiro de 1993).

7. Afinal, não estamos na França ou na Espanha, onde uma elite mais arejada —é verdade que às custas de duas guerras mundiais, de uma guerra civil, das pressões combinadas do movimento socialista nacional e internacional— aceitou que partidos socialistas executassem o programa neoliberal. Nossa burguesia não é suficientemente esclarecida.

8. Foi em certa medida o que ocorreu em São Paulo. Em 1988 conquistamos os votos “descamisados”, que foram atraídos por Collor em 1989 e por Maluf em 1992. Paradoxalmente, a administração democrática e popular realmente priorizou os investimentos sociais e a periferia. O que reforça a idéia, em nosso entender, de que não basta “inverter as prioridades” administrativas sem, simultaneamente, travar a batalha política —perdida pela administração e pelo conjunto do PT em episódios como o IPTU ou a greve dos condutores. Registre-se que André Singer, numa análise publicada pela Folha de S. Paulo em 13.12.92, argumenta num sentido exatamente oposto.

9. Apesar disso, há setores do Partido embevecidos com a possibilidade de compor uma aliança com o PSDB ainda no primeiro turno de 1994, fingindo não ver que sua atitude na eleição paulistana sinaliza qual a perspectiva do PSDB: tentar ocupar o centro, que as dificuldades do quercismo ameaçam deixar vago. E para isto, nada mais improvável do que uma aliança entre o PSDB e o PT —salvo se o PT quiser ocupar lugar secundário nesta aliança.

10. Numa palestra feita no Instituto Cajamar, Eric Hobsbawn bateu exatamente nesta tecla: para ele, vivemos um período histórico onde as forças anti-establishment de direita têm conseguido capitalizar a insatisfação popular contra a política e os políticos. A vantagem relativa do PT é exatamente não ser visto como parte integrante do establishment. Cauteloso, Eric Hobsbawn acrescentou a esta última frase um “hasta la fecha”...

11. Isso supõe, como diz Emir Sader, em artigo publicado no Brasil Agora nº 25, de 12 a 25 de outubro de 1992, enfrentar “o risco da cooptação da esquerda por parte das elites tecnocráticas derrotadas na versão Collor, mas revividas política, ideológica e tecnocraticamente em parte não desprezível da oposição”; enfrentar “a força ideológica acumulada pelo neoliberalismo, inclusive na esquerda e no próprio PT”, expressa por exemplo numa “estranha comunidade de parlamentares e economistas, que convivem no Congresso de forma promíscua ideologicamente, como se os imperativos técnicos da economia se impusessem sobre as prioridades políticas e sociais. Basta recordar como o plano Collor chegou a ser saudado por economistas do PDT, do PMDB e do próprio PT”

Preocupações de um petista sobre os rumos do partido*

Com a queda dos governos comunistas no Leste Europeu, as elites ocidentais declararam e mandaram publicar o final vitorioso da “guerra civil mundial”, iniciada em 1917: os comunistas não representam mais nenhum tipo de perigo às burguesias do planeta. Eles próprios foram varridos por aqueles que diziam defender e representar. Agora, os veículos de comunicação capitalistas são os primeiros a assumir a tese da “força do exemplo”, muito utilizada pelo stalinismo durante a guerra fria. E a tal “força do exemplo” demonstra que o comunismo foi incapaz de satisfazer as massas sob seu poder, não garantiu liberdades nem democracia e fracassou drasticamente na condução da economia. Venceu o *american way of life*, é o que se diz.

Se a derrocada do comunismo trouxe uma certa “tranquilidade escatológica” para as elites econômicas do planeta e, principalmente, do Terceiro Mundo, não resolveu nem resolverá a profunda miséria e devastação em que estão atoladas suas populações. Mas, para os donos do dinheiro desses territórios de excluídos sociais, o importante era e é passar a idéia de que o capitalismo é insuperável. “Além do capitalismo e da economia de mercado, o que poderá existir?” “Já tentaram o comunismo e veja no que deu.” “A livre iniciativa gera o progresso e o intervencionismo estatal é o atraso, é resquício de idéias destruídas junto com o modelo comunista.” “Ruim assim, pior de outro jeito.”

Na verdade, pouco importa se os donos do dinheiro acreditam ou não na impossibilidade histórica de ultrapassagem do capitalismo, o decisivo é observar que agem como iconoclastas ideológicos com a finalidade de manter tudo como está. Concordam com reformas ou mudanças, desde que elas não diminuam seu poder econômico e político atual -- o que inviabiliza qualquer reforma que de fato altere as condições de vida de amplos segmentos da população. As elites endinheiradas atribuem “durabilidade e virtude social àquilo que elas próprias usufruem” (Galbraith), e somente elas usufruem de algum conforto no terceiro mundo, por isso defendem arduamente as estruturas sociais que garantem sua condição de elite. O comunismo denunciava estas elites e apontava para as massas a utopia de um mundo melhor. Os comunistas desnudavam seu papel submisso e entreguista frente às elites econômicas das “potências centrais

*Este texto foi escrito por Sérgio Amadeu da Silveira, em janeiro de 1993, à época membro do CDE-SP e hoje do Executiva Estadual do PT-SP

do imperialismo". Os comunistas atacavam sua vontade nacional pusilânime, sua falta de projeto para o conjunto da sociedade. Mas o comunismo acabou. Aliviadas, assim, as elites do terceiro mundo! Quem agora iria importuná-las? Colocar em risco seus privilégios? Ficar apouquentando? Quem?

Galbraith indicou que durante a década de 80, os Estados Unidos estavam vivendo a década da cultura do contentamento, com elites agindo impetuosamente para o seu conforto e contentamento imediatos, pouco importando-se com as consequências futuras de suas políticas atuais, com a proliferação da miséria e da violência social. Só que a cultura do contentamento lá era sustentada por uma maioria de eleitores satisfeitos. Mesmo assim, a pressão da crise social já apontava para o ruir da corda. Círculos de pobreza cresciam e passavam a circundar as cidades do maior Produto Nacional Bruto do mundo. Assim, surgiu a reação à política executada nos últimos 12 anos pelos Republicanos. O contentamento dá lugar às dúvidas para com o futuro.

Imagine então aqui, neste quintal do planeta. Aqui temos uma elite igualmente imediatista e egoísta. Entretanto, aqui vivemos numa "desindustrialização endividada" (R. Kurz), e fazemos parte das "regiões do mundo onde a vida tem pouco a oferecer" (Galbraith) para a grande maioria de pessoas. A pressão da miséria começa a se manifestar de formas atemorizadoras até mesmo para nossas elites anti-populares e anti-sociais. A idéia da vitória do capitalismo como "o melhor dos mundos", a panacéia neo-liberal do "Estado Mínimo", a crença nas forças invisíveis do mercado, que pareciam empolgar até a *intelligentsia* brasileira, em especial muitos expoentes das esquerdas, começa a desanimar e a gerar dúvidas. Ainda bem, pois como bem escreveu Jorge Luis Borges, a dúvida "é um dos nomes da inteligência". E não é preciso tê-la em demasia para perceber que as crenças liberais adaptam-se apenas às necessidades e ao conforto dos privilegiados.

Em breve, 80% da população mundial viverá em países subdesenvolvidos. Um mundo de 6 bilhões de habitantes onde a maioria esmagadora se encontrará alijada da cultura, da tecnologia, dos padrões mínimos de qualidade de vida e, portanto, de qualquer consciência ecológica. O pior é que nesse mundo onde "tudo é mercadoria", a nova ordem mundial não abre nenhuma perspectiva de futuro para as massas superpopulosas e desempregadas do hemisfério pobre, transformando-as em meros "sujeitos monetários desprovidos de dinheiro" (R. Kurz). Parece que Frederic Jameson acertou profundamente ao falar que "o capitalismo ainda não tem futuro no Terceiro Mundo". Assim, novamente, após o impacto da queda do "socialismo de caserna", timidamente recoloca-se a necessidade da idéia de uma nova sociedade; no mínimo, está posta a busca de uma nova estrutura social dentro das relações capitalistas de produção.

Nesse quadro, as elites presentem que não é hora de "baixar a guarda". Se o anti-utopismo é uma realidade presente, se o socialismo foi profundamente ferido com o desmonte dos seus "parentes" comunistas, se os social-democratas estão sem alternativas para a crise fiscal advinda do *welfare state* ou para seu revigoramento, se é forte a idéia de que o capitalismo é a "forma definitiva, racional, da sociedade e do Estado" (Hegel), se no Terceiro Mundo ainda é

potente o catecismo liberal (patéticamente distante da realidade), também as condições objetivas do sistema, a miserabilidade e exclusão das amplas maiorias, inerentes ao subdesenvolvimento, apontam para a uma política de precaução em relação ao que sobrou das esquerdas. É preciso desmontar as fontes criadoras de novas energias utópicas. É preciso desmoralizar a idéia de buscar a transformação social, de ter projeto de mudança radical. É preciso desqualificar tudo que não for pragmático. É preciso liquidar o foco potencial de arregimentação política dos sujeitos de um possível novo projeto ou de outras utopias.

Novos "comunistas"

No Brasil, as batalhas políticas em torno das eleições municipais de 1992 mostraram que as elites encontraram novos "comunistas", aos quais devem oferecer o mais duro combate. O novo espectro não "ronda a Europa", mas "anda a volta de Brasília" e dos principais centros do país. Seria completamente irresponsável encará-los como "idealistas", "sonhadores", é necessário estigmatizá-los, mostrá-los como perigosos inimigos. Os novos "comunistas", os novos "comedores de criancinhas" chamam-se "petistas". O foco possível de transformações radicais, no quadro político nacional, não é o PMDB, muito menos o PDT, tão pouco encontra-se no centrismo-adesista do PSDB. Ou está no PT ou está por vir. Afirmar isto nem de longe significa colocar-se como "dono da verdade". Significa apenas constatar que quem ainda procura expressar a radicalidade nesse país é o PT (e algumas forças minoritárias, de extrema esquerda). Significa dizer que quem procura (independente de conseguir) formular propostas de mudanças profundas, que alterem o processo de apropriação da riqueza produzida, é o PT. Ou não?

O PT precisa se preparar para o embate ideológico com as elites endinheiradas do país. O jogo que a elite procura é o de eliminação. "Eu não tenho nada contra nenhum fulano, só não quero o PT mandando aqui". Elimina-se também domesticando, fazendo o "petista" deixar o "petismo". Adocicado e tornado palatável, o PT "será um bom companheiro das elites no cenário político" para enfrentarem juntos, sem riscos e atritos, "os impasses do sistema". Para isso, o PT precisa ser "menos arrogante", "perder sua intransigência", "aprender a negociar". É óbvio que o PT precisa avançar, que foi muitas vezes sectário, mas não podemos nos converter num PSDB de estrela, pois quando a elite exige "fim da intransigência" é aquilo que não podemos deixar de ser intransigentes.

O que o PT não pode deixar de lado, sem ser liquidado como expressão da radicalidade das massas despossuídas? Esta é uma pergunta que todo petista deveria estar procurando responder nesse momento de crise teórica (de caminhos e paradigmas) e de desabrochar de uma inteligência pragmática, que ganha força no interior do partido e se dispõe a conduzi-lo pelo complexo cenário político nacional. Do que o PT não pode abrir mão?

1) O PT não pode abrir mão de buscar formular uma alternativa societária ao capitalismo. 2) O PT não pode abrir mão de reivindicar o poder para os trabalhadores -- mesmo que a interpretação desta idéia atualmente nada tenha a

ver com a estatização dos meios de produção, tendo mais a ver com a reivindicação de "poder do trabalhador" como cidadão. Não pelo papel que ocupa na produção, mas pela sua qualidade de cidadão, consumidor, usuário de serviços públicos e privados. Pelo fato de não ter a propriedade dos meios produtivos, o trabalhador não pode tornar-se carente de condições de vivência cotidiana pela opressão, material ou psico-cultural, oriunda das desigualdades geradas pelas relações de propriedade. 3) O PT não pode abrir mão de lutar, no imediato, pela distribuição de renda que passa pela desconcentração da riqueza. 4) O PT não pode perder de vista a idéia de conflito, sob pena de alinhar-se com as elites que deveria destroçar, e descaracterizar sua ação política. 5) O PT não pode abrir mão da idéia de hegemonia. Assim, poderá melhor preparar-se para a arena política, com menos insegurança, mas sem ingenuidade, estando disposto a trabalhar com a construção de alianças estratégicas e táticas, buscando dirigí-las, e também dando a devida importância a atuação no plano simbólico e imaginário dos variados segmentos da população que procure neutralizar ou atrair.

As elites querem minar o PT. Batendo de frente. Acusando-nos de "baderneiros". "Vagabundos". "Incitadores de greves", que por sua vez "foram responsáveis pelo desemprego". "Radicais e incompetentes". "Só sabem falar, porque quando estão com a mão na massa não fazem nada". Formulam rótulos para cada segmento, produtos de sua ira para todos os níveis de inteligência ou ignorância de sua base social. Mas se pnderem despersonificar ou domesticar o PT tanto melhor. Basta fazer o partido sentir-se anacrônico, isolado e dizer a todos que suas posições de princípio são principistas, que sua fibra na defesa de políticas que distribuam a renda é utopismo, irresponsabilidade e intransigência, incompatível com o espírito democrático. Basta divulgar que sua proposta de impor limites à racionalidade econômica e colocá-la a serviço da sociedade e da diminuição das desigualdades sociais, nada mais é do que o antiquado e derrotado intervencionismo e agigantamento do Estado, inviáveis para a modernização do país. Basta alardear que a defesa de um projeto nacional global que não esteja submetido à vontade do G-7, nem das grandes corporações, que resguarde no Estado setores estratégicos para o desenvolvimento autônomo (autônomo não é sinônimo de isolado), não passa de "visão terceiro-mundista", "isolacionismo provinciano" de uma "esquerda nacionalista", "saudosos do comunismo".

Enfim, o combate ao PT será cada vez mais intenso. Devemos estar aptos para as batalhas. Isso é guerra ideológica. Não podemos vacilar na defesa do partido, como vacilamos na disputa pela Prefeitura de São Paulo. O ataque do PDS, no horário eleitoral gratuito, através de um clip de aparência inocente, foi o mote catalizador de toda a trama e rol de blasfêmias anti-petistas. Serviu para concentrar as atenções, vulgarizar um discurso certo e criar um estigma desgastante, principalmente nos segmentos mais jovens da população. Acharmos graça. Alguns até gostaram. Mas não respondemos. Não defendemos o partido. Toda vez que não defendemos o partido, estamos abandonando nossa história e nosso projeto coletivo. Estamos simplesmente corroborando com nossa inviabilização como projeto futuro.

Apesar de vivermos um momento nacional de apatia, de participação de baixa intensidade, quando “qualquer palavra ou sentença que insinuem relações que não sejam pragmáticas tornam-se suspeitas” (Horkheimer), diante desse flagrante momento de inação pública, o PT deve repensar sua atuação, procurando ficar fora da política convencional das nossas elites, as mesmas que, como muito bem escreveu Arnaldo Jabor, fizeram da “política uma ficção, um balé desconectado do processo social e cada vez mais incapaz de operar mudanças”.

Quem deve reconhecer-se no discurso e na ação do PT ?

Apesar das elites endinheiradas e patrimonialistas partirem para ataques mais pesados e mais generalizados contra o PT, temos a possibilidade de crescer. Cresceremos se assumirmos a luta (ao invés de fugirmos dos embates) e se vencermos as batalhas do cotidiano político e cultural. Não se busca uma nova hegemonia da sociedade sem lutar para destronar as idéias que compõem a hegemonia presente.

Uma grata surpresa foi notar que muitos petistas, após a vitória do Maluf, não se envergonharam, ainda hoje estão com adesivos do nosso candidato em seus veículos, como um misto de inconformismo, de alerta e de afronta ao adversário. Digo isso como exemplo de que temos uma poderosa rede de opinião pública ativa que nos credencia a travarmos essa guerra ideológica, essa disputa pela hegemonia da sociedade, a partir de posições sólidas.

O PT precisa recuperar-se de sua paralisia interna, de suas estruturas extremamente “chatas” e pouco flexíveis. O PT tem tudo para tornar-se uma grande força entre a juventude e ampliar sua influência no conjunto dos trabalhadores. Mesmo diante dessa crise econômico-social em expansão, que aponta para o individualismo em excesso, para a inércia da vida coletiva e do pensamento crítico, dou razão a Habermas quando indica que “a esperança da humanidade de emancipar-se de sua incapacidade (...) e de circunstâncias vergonhosas de vida, não perdeu sua força”. O PT deve assumir a luta pela realização das esperanças.

Mas quem deve identificar-se com o PT ? Quem deve reconhecer-se no PT ? Quem deve ter esperança no PT ? Todos ? Seria bom ? Mas isso me parece improvável. Então, quem ?

Responder esta pergunta afirmativamente não é fácil devido a crise dos nossos paradigmas. Responder que quem deve reconhecer-se no PT é o conjunto dos trabalhadores e a juventude, é uma solução vazia e ao mesmo tempo incompleta, pois inúmeros segmentos do pequeno e médio empresariado começaram a ter no PT sua opção política. Assim, enquanto trabalhamos os conceitos e reconstruímos nossa base teórica, devemos responder pela negativa a questão acima. Sem resposta é que não podemos nem devemos ficar.

Quem não deve identificar-se com o PT ? Certamente, do ponto de vista social, os grandes capitalistas e os latifundiários, os dirigentes e executivos dos oligopólios e das multinacionais. Do ponto de vista político, todos aqueles que

querem a manutenção da estrutura sócio-econômica vigente, do centro à direita, todos aqueles que são anti-democráticos, os que querem restringir ou estagnar a ampliação da cidadania e os anti-humanistas.

Reflexões sobre a ação do PT

Um partido influente e grande deve abrigar todas as formas de organização capazes de sustentar e ampliar sua influência e ação. Estruturas pouco flexíveis, que não permitem variações e acomodações diferenciadas, são o caminho certo para o arrefecimento da participação no seu interior.

Qual deve ser o objetivo da "organização" de um partido? Perguntando de outra forma: quais as necessidades que a estrutura de um partido deve estar apta a satisfazer?

A estrutura orgânica do PT deve responder basicamente a dois objetivos: primeiro, permitir que o partido consiga encaminhar suas propostas políticas, principalmente quando estas impliquem em mobilizações da opinião pública nas suas mais variadas formas; segundo, assegurar a democracia interna, ou seja, permitir que os petistas tenham efetivamente o poder de aprovação de programas, propostas e das direções do partido.

Sobre o primeiro objetivo é necessário esclarecer alguns pontos. Para que o partido consiga encaminhar suas propostas (sejam elas quais forem: a aprovação de um projeto, a rejeição de uma política federal, a eleição de seus candidatos etc.) quanto mais disseminada na sociedade estiver sua estrutura, melhor. Portanto, o partido precisa incentivar a constituição de inúmeros coletivos, que podem ter as mais variadas funções ou tarefas, as mais diversas formas de reunião e atuação. O núcleo de base territorial deve continuar existindo, mas o partido deve estimular a criatividade de formas organizativas, como por exemplo: coletivos de debates, grupos de difusão de idéias e cursos, núcleos de estudos e pesquisas, grupos temáticos, reunindo técnicos sobre determinado assunto, etc. Tudo isso e não apenas os núcleos territoriais devem ser considerados "bases organizadas do partido".

A base organizada do partido é vital para que possa ter uma rede permanente de influência e mobilização dos vários segmentos sociais. Mas a participação no órgão de base não deve ser entendida como a participação em um culto religioso. Isto tem levado a uma ritualização da participação, o que afasta da militância inúmeros petistas. Ninguém aguenta participar de algo que gira em torno das mesmas discussões, a maior parte do tempo discutindo sua burocracia interna e com pouco ou nenhum poder de decisão.

A direção do partido, ao mesmo tempo que deve INCENTIVAR os petistas a se organizarem das formas mais criativas e operativas, deve agir como um "Estado-Maior", cuidando da constituição de núcleos nas áreas (regiões, categorias, para abordar temas) que politicamente considere estratégicas. Ou seja, o PT deve combinar o espontâneo com o induzido, deve abrir espaço para as diversas propostas de ação ao mesmo tempo que abre caminho e implanta-se onde a ausência de organização partidária seria extremamente problemática.

Sobre o segundo objetivo da organização, ou seja, que ela expresse e assegure a democracia interna, devemos combinar rigidez e agilidade. Rigidez na garantia que a vontade da maioria seja efetivada, mas também em assegurar a todos as mesmas condições de informação, debate e exposição de propostas. A agilidade cada vez mais será importante para a democracia interna, pois é preciso forjar processos de informação e convocação que assegurem uma maior participação dos petistas numa série de decisões políticas-chaves.

As estruturas de decisão devem continuar regionais, de base territorial, mas é preciso que contemplem todas as formas de participação organizada de sua localidade. Ou seja, os vários núcleos, grupos e coletivos são chamados a eleger seus representantes para os Encontros Zonal, Municipal e Estadual. Obviamente, esses núcleos, grupos e coletivos elegeм seus representantes de acordo com os número mínimo de participantes exigidos.

Um dos grandes empecilhos para uma maior democratização do PT é sua distância demasiada dos seus "simpatizantes", muitos dos quais não estão filiados por falta de oportunidade. Temos na capital paulista um pouco mais de trinta mil filiados, sendo que poderíamos ter facilmente uma rede superior a cem mil. Mas pouco adianta termos filiados, se não temos um mecanismo de contato e informação capaz de sintonizá-los com a vida partidária. O partido deve criar condições para corresponder-se frequentemente com seus filiados, comunicando-os através de informativos que estimulem a sua leitura (tal como o *Linha Direta*), fugindo dos folhetos do tipo *Diário Oficial*.

Partido de notáveis ?

Quantas e quantas vezes não ouvimos companheiros do PT afirmarem "é preciso retomar os núcleos", "a direção do partido é responsável pela desativação dos núcleos de base", "se a orientação fosse outra, até hoje teríamos centenas de núcleos funcionando" etc.

O que ocorreu na verdade? Os níveis de participação nas estruturas do partido foram gradativamente sendo reduzidos. Uma série de fatores contribuíram para isto. Não foi a direção que desmobilizou os núcleos, foi a redução da participação nos organismos de base que fez com que a direção tentasse gerar novas formas participativas. Não cabe aqui discutirmos se foram certas ou equivocadas.

Na história mundial dos partidos de esquerda, não é novidade o fenômeno da redução da participação voluntária e do crescimento de estruturas profissionais. O grande problema é encontrar um caminho alternativo que recuse as visões românticas sobre a participação militante que desconhece completamente as razões objetivas da diminuição da participação e que combata a tendência dos partidos à oligarquização, ou seja, a tornar-se um mero "partido de notáveis". As visões românticas querem a "volta ao passado", clamam pela solidariedade do momento de fundação do partido, pela militância constante, pelas exaustivas reuniões semanais (como se a reunião dominical fosse o próprio momento de lazer do militante e, para alguns, certamente o é), em geral encaminham o partido para o "basismo".

Mas o maior problema na atualidade não é o “basismo”. É a tendência a “notabilização”. Como se expressa essa tendência? Na substituição das instâncias executivas de direção pela opinião de “notáveis” ou de “grupos de notáveis”, que passam a expor publicamente suas propostas em detrimento das posições do partido. O partido vai deixando de ter direções que dão tratamento coletivo aos problemas da esfera pública, pois estes problemas passam a ser de competência exclusiva de parlamentares e algumas personalidades com “cidadania partidária”. Outra manifestação do “partido de notáveis” é a proliferação de esquemas eleitorais mais poderosos que a própria estrutura do partido. Esses esquemas devem ser corretamente denominados de “máquinas eleitorais”. Sua existência é inevitável, uma vez que o peso dos parlamentares no partido é impossível de ser rebaixado, levando cada vez mais militantes procurarem se legitimar pelas urnas ou a continuarem como representantes da população. As máquinas eleitorais assumem as mais variadas formas, e acabam envolvendo gabinetes, escritórios e atuação sindical. O grande nó das máquinas eleitorais é o possível efeito deletério sobre outras motivações da esfera partidária. Explico: as montagens de máquinas eleitorais não podem transformar o partido num grande mercado político, onde a moeda seja o voto recebido ou a receber no processo eleitoral. As máquinas não substituem os órgãos dirigentes, pela sua limitação de objetivos não estão aptas a desenvolver ações estratégicas; por exemplo, não substituem a ação de bancada. Ocorre que se as máquinas não tiverem sua atuação limitada, acabarão desestruturando o partido e transformando-o em “fórum de notáveis”. Para esclarecer o que digo tome-se por base o PMDB: as bases reúnem-se raramente, as poucas vezes que o fazem é para escolha dos delegados aos encontros superiores, que são vitais para a montagem das chapas de candidatos do partido às eleições majoritárias e proporcionais. Quem controla os diretórios de base, em geral são parlamentares, que empregam os seus presidentes, secretários e cabos eleitorais na administração pública. As direções, nacional ou estaduais, reúnem-se excepcionalmente, pois a maioria das decisões políticas do partido são tomadas pelo líder da bancada parlamentar, pelo governador, pelos deputados mais notáveis. Sinta a diferença de peso da atual direção nacional do PMDB para a direção estadual paulista. A direção nacional passou a existir quando foi tomada de assalto pelo “notável” e ex-governador paulista, Orestes Quércia. Como Quércia não possui mandato parlamentar, transformou a presidência do PMDB numa vitrine que o deixe em evidência. Na verdade, Quércia é dono de uma das mais azeitadas e pesadas máquinas político-eleitorais que nossa história conheceu. Enfim, o PMDB é a reunião de parlamentares e suas máquinas, ou se preferir, dos caciques e suas tribos.

Para os fins do PMDB, ser um “partido de notáveis” é o suficiente. O PMDB não tem como objetivo realizar a transformação social. No máximo prega reformas. Mas a maioria mesmo de seus integrantes querem o poder para si e para seu grupo político, nada mais que isso. Trata-se de um ajuntamento de interesses que não colocam nem colocarão em risco a ordem política, econômica ou social. Trata-se de um partido da ordem, que se prepara para fazer o maior número de administradores e parlamentares a cada eleição.

Para o PT, transformar-se num “partido de notáveis”, é completamente incoerente com as necessidades mínimas de seus fins. O PT é um partido anti-capitalista, não-liberal, radicalmente democrático, que busca um projeto autônomo para a nação, que apesar da confusão define-se como socialista. Só estas caracterizações genéricas já são suficientes para deixar claro que suas tarefas não dispensam uma estrutura capaz de mobilizar, organizar, fazer frente ao peso do poder econômico com a participação militante, educar e incentivar as pessoas a exercerem uma cidadania ativa como princípio de uma sociedade futura, criar uma opinião pública culturalmente mobilizada, definir ações estratégicas e constituir grupamentos e coletivos igualmente estratégicos etc.

O PT deve aprender a conviver com as múltiplas formas de organização dos petistas, entre as quais estão as estruturas dos gabinetes parlamentares (muitas das quais já são máquinas eleitorais), os esquemas sindicais e, mais recentemente, as consultorias e institutos organizados e dirigidos por petistas. Conviver é saber respeitar seu valor e saber utilizá-los nos encaminhamentos políticos definidos pela direção do partido, é colocá-los sob a coordenação das direções nacional, estaduais e municipais do partido.

Partido com estrategistas

Castoriadis denominou “elucidação” o trabalho pelo qual os homens tentam “pensar o que fazem” e “saber o que pensam”. Nunca o PT precisou tanto elucidar seu projeto. Vivemos um período de pragmatismo completamente insustentável. O PT parece desprovido da capacidade de pensar coletivamente fora de objetivos eleitorais. Parece rejeitar questões de longo prazo. Aparenta acomodação de sua reflexão política e econômica e de sua disposição (antes permanente) de crítica. Indica sinais de cansaço, de direitização. Começa a pensar em negociação sem antes saber o que negociar e, o mais importante: o que é inegociável. Dá mostras que está assumindo a teologia dos resultados ínfimos mas benignos. Será que o PT está transformando-se em mais um dos “partidos libertados do jugo da teoria e tornados pragmáticos”? (Habermas)

Um partido não se mantém transformador se não tiver perspectivas transformadoras. Isso já ouvimos dito de outras inúmeras formas, muitas e muitas vezes. Mas, também gostaria de utilizar essa idéia numa outra dimensão, sem invalidar a primeira: um partido não se mantém transformador se, quando tiver oportunidade de executar propostas transformadoras deixar de fazê-lo.

O PT parou. Parou momentaneamente de procurar o caminho transformador. Será isto uma afirmação exagerada? Caso seja, então onde estão sendo elaboradas as propostas e programas para o país? Como está articulado o atual “programa econômico de emergência” do PT com sua proposta mais global para a nação? Afinal, estamos a menos de um ano de 1994. Em 94 teremos que apresentar um projeto consistente e global para o Brasil. Ou não teremos? Não estamos alimentando a idéia de fazer o companheiro Lula presidente? Ou iremos aplicar o PAG da campanha de 1989? Mas o projeto do PT para o país não se resume a um plano de governo. Ou se resume? Se o PT não parou, momentane-

amente, de procurar um projeto político abrangente, estratégico, onde se localizaram os esforços para a sua elaboração? No Governo Paralelo? Mas não é muito pouco? Supondo que o Governo Paralelo tenha sido o nicho formulador do PT, porque suas propostas não foram irradiadas pelo partido, para serem divulgadas, massificadas e levadas à opinião pública? Ou será que não acreditamos mais na necessidade de processos formadores de vontade e opinião? Talvez o pragmatismo da modernidade tenha considerado o conceito "hegemonia" um tanto ultrapassado. Sendo assim, pouco importa a veiculação e o combate de idéias na sociedade. Quem sabe tudo agora resolve-se "técnicamente". A crise econômica, a inflação, o reaquecimento econômico, a solidificação nacional da tecnologia de ponta, "tudo é problema técnico, que se resolverá tecnicamente". "O resto é ideologismo." Vai me dizer que não tem gente pensando assim? Inclusive, se o pragmatismo venceu a "especulação" e o "utopismo", o projeto global para o Brasil torna-se um assunto técnico, que pode contar com a colaboração "de todos"...os técnicos. Mas é óbvio que isto é um desatino.

Não estou clamando por um programa socialista, daqueles que a Causa Operária redige desde sua fundação (e que possui aplicabilidade em qualquer país do mundo, graças a sua perfeita genérico-superficialidade pitoresca). Falo do projeto estratégico do PT. A visão que temos sobre qual o papel desse país no concerto internacional, as políticas básicas que apontam para a transformação das estruturas sócio-econômicas, a gradação destas mudanças, a identificação dos inimigos da extensão da cidadania e das ações redistributivas da riqueza, nossa avaliação sobre a intensidade dos conflitos com tais segmentos, entre outras questões chaves.

Por que estamos atrasados na formulação de um projeto estratégico para o país? Porque sem ele não temos um norte estratégico, objetivos estratégicos a serem conquistados. Porque sem divulgarmos seu conteúdo, sem defendermos suas principais idéias, sem arregimentarmos forças intelectuais, políticas e sociais que o encampem, não conseguiremos viabilizá-lo como alternativa hegemônica.

É mais ou menos assim: o PT está esperando as eleições presidenciais para eleger Lula presidente. Eleito, o que fará? Quais as mudanças principais que realizaremos? Quem serão os principais adversários dessas mudanças? Qual a base de apoio real que as idéias que queremos transformar em propostas de ação têm na sociedade? Atualmente, se questionarmos cada um dos principais dirigentes do partido sobre essas questões, teremos as mais diferentes respostas. Se juntarmos os principais economistas do partido e fizermos os mesmos questionamentos, constataremos igualmente o descompasso. Se perguntarmos aos sociólogos e cientistas políticos do partido sobre isso, o resultado será a total descoesão. Então, se esse cenário é verdadeiro, cabe a direção agir estrategicamente e passar a criar fóruns de formulação, os quais necessariamente não devem ser restritos ou excludentes, nem estar entregues a uma ou outra estrela (ou notável, se preferir). Da mesma maneira que a direção do Partido organiza uma disputa eleitoral, define um cronograma de tarefas e os responsáveis pelas mesmas, deve constituir fóruns e tirar responsáveis, determinar prazos e alocar

recursos, na busca de um projeto estratégico para o Brasil, que embasará os planos de governo e os programas emergenciais, permitindo que o partido se dedique a encontrar definições sobre como articular medidas de curto prazo às suas metas finais.

Também é estratégica a vitória POLÍTICA E ADMINISTRATIVA das gestões do PT nas prefeituras, que são centros irradiadores de opinião. É mais do que evidente que a Direção Nacional deve acompanhar de perto o desenvolvimento dessas gestões, dando-lhes todo o apoio que for necessário.

Por outro lado, além das formulações de dimensão estratégica, temos algumas operações de mesmo valor em vários campos. Por exemplo, para disputarmos o governo paulista, seja numa frente restrita ou com o PSDB, precisaremos agir estrategicamente já neste ano: realizar o diagnóstico preciso da situação sócio-econômica do estado e da máquina estatal; pensar propostas que poderão atrair segmentos sociais e políticos, dando especial atenção ao interior; gerar e sustentar uma poderosa oposição ao Maluf na capital e ao malufismo no conjunto do Estado; formular uma política para enfrentar a "pemedebização" do Ministério Público, o descontrole das Polícias e o relacionamento com a cúpula do Judiciário; entre outras.

Sem dúvida, não poderia deixar de comentar a problemática do socialismo como estratégica. Será que o socialismo, para o PT, foi "reduzido a uma idéia reguladora" (Habermas), a um sinalizador que corrige e aponta direções sem nunca ser tentado no plano do real? Não seria coerente procurarmos incluir em nosso projeto estratégico as medidas socializantes que consideramos válidas? Ou não será por aí? O fato é que considero as medidas socialistas possíveis. A definição das mesmas e o modo de aplicá-las são perguntas que, como escreveu Habermas, "não podem ser respondidas a contento de maneira teórica, e portanto precisam ser transformadas em questão prático-política". Isso se não nos rendermos ao antiutopismo pragmático e a *realpolitik*.

Sem ações estratégicas não se busca a hegemonia, não se penetra na "rede de mundos intersubjetivamente divididos e comunicativamente estruturados".

Considerações sobre a conjuntura e a governabilidade

Estamos vivendo um momento político extremamente rico e complexo. Há menos de cinco meses, milhares de jovens tomavam as ruas, manifestações gigantescas rolaram pelo Brasil afora. Um presidente caiu, acusado de corrupção. Um show de legalidade e democracia: impeachment, processos na Justiça, posse do Vice-Presidente Itamar Franco. Nas eleições municipais, o reflexo dessa rica conjuntura nacional foi menor do que o esperado pelas esquerdas. Em vários lugares, a direita venceu. São Paulo e a Grande São Paulo é o melhor exemplo. A mesma direita que elegeu Collor, o sustentou e foi sustentada por ele (e, quem sabe, também pelo PC Farias?), saiu vitoriosa. Alguns chamaram a eleição de Paulo Maluf de "esquizofrenia coletiva". Mas será mesmo? Provavelmente não. Collor não caiu devido a sua política econômica anti-social, concentradora de renda e recessiva. Collor caiu por ter exagerado. Collor roubou e do modo mais

ostensivo e descuidado. As próprias elites tiveram que se somar ao movimento pelo afastamento de Collor. Enfim, deixá-lo lá era colocar em risco o conjunto das instituições. Para que correr tanto risco, se além da exagerada ladroagem, Collor não conseguia conduzir o país para a recuperação econômica? As elites, a direita, também participaram da derrubada de Collor. Alguns corruptos, cínicos e notórios, pediram a cabeça de Collor em nome da “moralidade”, da “boa política” e para a continuidade dos “negócios”, nas mãos “de quem entende”, e “quanto mais rápido arrefecer a onda moralizadora, melhor!” Além disso, a maior parte da população não vincula candidatos aos partidos, nem classifica os políticos por suas opções ideológicas e tão pouco dá muita importância as ligações que estes políticos cultivam para se manterem na esfera pública. Assim, a ligação de determinados candidatos a Collor ficava muito difícil, ou ainda, para uma grande parte do eleitorado pouca importância tinha na definição de seu voto. Também cabe ressaltar que o peso da conjuntura nacional na definição do voto local é bastante relativo. Dependendo do grupo social ao qual pertence o eleitor, seu voto é decidido quase que exclusivamente por fatores locais (avaliação da gestão anterior, interesses imediatos articulados pelo clientelismo político, dimensão simbólica do perfil do candidato a Prefeito etc.).

Agora que as ruas estão vazias de manifestantes, voltamos ao nosso padrão de normalidade. E qual é este padrão? O de baixo potencial de indignação e, ao mesmo tempo, de grande explosividade. Participação política de pequena intensidade é combinada com uma cidadania pouco ativa, um espírito cívico “acomodado”. Mas estas parecem ser características de sociedades pouco organizadas do ponto de vista democrático, com diminuto impulso ao envolvimento coletivo e permanente de seus cidadãos. Por exemplo, a sociedade é incapaz de questionar a ineficácia e a ineficiência do Estado em garantir a segurança pública, ao mesmo tempo que acoberta grupos de extermínio e explode em linchamentos. Ainda, nosso padrão de normalidade comporta grandes preconceitos, disseminado pelas elites e assumido pelas massas pauperizadas, e uma importante racionalidade cínica, dos extratos superiores e das classes médias. Repare bem: toda essa “normalidade” é articulada diariamente apenas pelos veículos eletrônicos de comunicação, principalmente a TV. E nenhum desses veículos desenvolve uma programação que procure superar nossa “normalidade”, ao contrário, aliciam expectadores manipulando seus desejos no nível do reforço do senso comum, ou seja, da mais atraente “normalidade”, a normalidade do preconceito, da acomodação, da explosão desorganizada, da atomização, da cidadania meramente formal, do convívio entorpecido com as profundas injustiças, do elevado grau de aceitação da violência cotidiana.

Apontadas essas impressões sobre nossa sociedade e sobre aspectos de nossa cultura política, volto a enfocar o atual momento político, onde prolifera com força a preocupação com a chamada “governabilidade” do país. Muitos dos nossos companheiros petistas partilham dessa preocupação, alguns chegam a defender a participação do PT no Governo Itamar. Sustentar o atual governo federal para enfrentar a crise econômica e retirar o país da paralisia, melhorando

as condições de vida da população, para que se aplique um plano de emergência que vá nesse sentido. Enfim, alegam que para tanto é preciso assegurar a "governabilidade" ao Sr. Itamar. Vamos analisar tais argumentos.

O termo "governabilidade" só começou a ser uma preocupação mais efetiva para o PT depois de 1988, quando passou a administrar inúmeras prefeituras. A partir daí, principalmente os administradores petistas e alguns parlamentares passaram a desenvolver mais o raciocínio político, considerando a idéia da governabilidade como decisiva. Mas, na verdade, quando se fala em governabilidade quer se evitar a não-governabilidade. A maioria dos petistas empregam o termo governabilidade no sentido dado pelo cientista político norte-americano Samuel Huntington, que trabalha com a hipótese da não-governabilidade advinda da crise de natureza estritamente política. Ou seja, "a governabilidade de uma democracia depende do relacionamento entre a autoridade de suas instituições de Governo e da força de suas instituições de oposição".

Se a nossa sociedade, agora vivendo a sua "normalidade", não for incitada pelos partidos políticos e algumas poucas organizações civis a pressionar o governo, estaremos assegurando a governabilidade. Mas para que mesmo assegurar a governabilidade? Para encontrarmos saídas para a crise e recuperarmos a economia, permitindo que se melhore as condições de vida do povo. Esta é a lógica: os partidos políticos podem "aliviar" o governo da grande demanda social, impedir a erosão de sua legitimidade e sustentar suas medidas, aprovando-as mediante acordo no Congresso nacional. E como se "alivia" o governo? Os partidos espriam a convicção da "inevitabilidade" e "correção pragmática" das medidas adotadas pelo governo, lutando por reduzir as expectativas dos grupos sociais para o imediato, sempre apontando para um futuro melhor para todos. Dissemina-se a ideologia da "tolerância", "sem a qual não haverá saída", prega-se a idéia de que "todos perderão um pouco hoje para ganharem amanhã", e demais versões do "primeiro vamos crescer o bolo para depois dividirmos".

O poder autoperpetuante do ideário do não-conflito assume com a tese da governabilidade seu ponto máximo. Às vezes que expressam solidariedade aos excluídos e pedem um compromisso pela expansão de direitos, reais e formais, para as vítimas do capitalismo, é solicitado calma e paciência, juízo e responsabilidade públicas. Para quem não aceita esses apelos atira-se com acusações de radicalismo e intransigência. O objetivo é nitidamente isolar e desgastar quem não aceita o "pacto de governabilidade": "afinal, todos aceitaram! Por que só eles radicalizam? Por acaso, só eles têm razão?"

Talvez com receio das manobras para impor o isolamento ao PT muitos companheiros rendem-se a idéia do "pacto de governabilidade", "do consenso", "da união nacional", ou qualquer que seja o novo nome que adquira. Outros a assumem por pura confusão, emanada da enorme força ideológica da teoria do não-conflito. Recentemente, um petista de primeira hora afirmou ser incoerente desenvolvermos a política de buscar condições de governabilidade nos municípios que administramos ao mesmo tempo que não asseguramos essas condições ao Governo Itamar. Afirmamos no mínimo duas grandes questões que precisam ser enfrentadas pelos petistas.

Primeiro. Ao aderir, hoje, ao governo Itamar para fugir de um possível isolamento social, o PT estará fugindo de seu compromisso com as mudanças profundas que o momento exige.

Segundo. Não existe incoerência alguma em realizar oposição parcial ou sistemática ao governo federal e reivindicar o apoio geral às forças políticas dos municípios que administramos. É óbvio e elementar mas precisa ser dito.

Mas por que alguém é levado a acreditar na possibilidade dessa incoerência? Por causa da força adquirida pela ideologia dominante. As elites transformam seus interesses particulares em necessidades gerais da sociedade, suas opiniões em verdades e seus desatinos em sábios dizeres. Isso ocorre principalmente pela disputa ideológica. Essa supremacia ideológica na sociedade traz a hegemonia política da mesma, o que lhes assegura a condução dos negócios do Estado. Nem sempre isso ocorre, é claro. As elites muitas vezes perdem a hegemonia política da sociedade, o que pode culminar com sua derrota eleitoral. Entretanto, quando uma força de esquerda quebra a hegemonia política das elites econômicas, ela precisa imediatamente preparar-se para travar a luta ideológica, pois terá no seu cotidiano o conservadorismo, o preconceito e maneiras de pensar cultivadas durante séculos, em colisão com sua gestão política.

Nos municípios onde vencemos as eleições, seja porque a direita se dividiu seja porque nos tornamos força conjunturalmente hegemônica, devemos procurar transformar nossa hegemonia conjuntural em hegemonia estrutural. Isto só será possível caso realizemos as mudanças que beneficiem claramente nossa base social e que avancem na conquista de outros segmentos da sociedade. Isto só é viável através de políticas de governo, reforçadas por uma correta atuação no plano simbólico da cidade. Portanto, é vital que possamos governar para transformar. É essencial que busquemos o consenso social em torno de nossa proposta de mudanças, é decisivo reivindicar o apoio de todos e fundamental atacarmos o radicalismo da direita e sua estreiteza em não apoiar nossas proposições. Respeitados os princípios de moralidade e definidos os rumos das mudanças, uma força de esquerda que busca ser hegemônica deve procurar atrair até as forças de centro para apoiar e participar de sua gestão.

Esclarecidos estes dois pontos, surge um outro importante. Se de fato a crise econômica e social é dramática, se é preciso fazer algo urgente para conter a miséria, se não podemos mais conviver com tamanha inflação e com essa cruel recessão, porque o PT não apresenta à sociedade suas medidas para superar essa crise? Porque não luta pelo apoio popular às suas medidas? Porque não trava uma luta pela conquista da opinião pública para suas propostas de superação da crise? Porque não massifica o ataque contra as propostas econômicas do Governo Itamar? Ou será que as propostas do Governo Itamar são as nossas propostas? Ou, pior que isso: não conseguimos formular propostas efetivas com o mínimo de consistência?

Esta última pergunta me preocupa, porque numa sociedade complexa, cada vez mais a formulação de políticas para as grandes questões e entraves nacionais requer um envolvimento de dirigentes, especialistas e militantes, num processo de continuidade. Pouco adianta o dirigente formular sem o embasamento técnico

necessário ou o especialista ter convicção da solução mas não convencer o dirigente ou ambos encontrarem proposições que não ganhem a militância e nem possam ser por ela modificadas. O partido tem a obrigação política com os milhões de deserdados que sempre procurou representar. Deve deixar de lado as mesquinhas disputas internas por espaços e romper com a acomodação de formulação, principalmente romper com a acomodação do seu pensamento econômico, apresentando à nação alternativas para a crise que evitem novo processo concentrador de riqueza e apontem no sentido do desenvolvimento.

Por fim, o partido deve pensar e repensar a nação. Deve pensar estrategicamente. Deve pensar a longo prazo. Deve refletir sobre qual deve ser o papel do país no novo cenário internacional. Então, porque não começar os processos de formulação de políticas complexas?

O poder, cadê o poder?*

*Do Palácio de Inverno
ao Palácio do Planalto,
passando pelo Palácio da Moneda*

“O Brasil não é o Chile, que não é o Uruguai, que não é a Argentina, que não é o Brasil...”

Uma das mais reiteradas experiências para quem, de uma maneira ou de outra, acabou percorrendo o ciclo de golpes militares do cone sul da América Latina, foi a da incredulidade, em cada país, de que se repetiria ali, de alguma forma, o que já estava ocorrendo nos países vizinhos.

No Brasil, até 1964, golpe militar era coisa boliviana, argentina, de repúblicas bananeiras, situadas numa longínqua América Central —que, na denominação genérica da época, incluía o Caribe.

Para os chilenos e os uruguaios, a solidez de seus tradicionais sistemas políticos, compreendidas aí as Forças Armadas, impedia a repetição de situações de golpe militar e, menos ainda, de massacres repressivos. Já os argentinos, apoiados numa longa cultura de golpes militares, consideravam que a força de suas organizações de esquerda, somada ao forte movimento sindical, tornavam impossível qualquer consolidação de um regime militar.

Já se sabe como essas convicções se revelaram ilusórias e desmoronaram em prazos curtos. Os tempos de ditadura militar foram relativamente diferenciados, os de redemocratização também mas, olhados *a posteriori*, é impossível não englobar o conjunto das transformações do cone sul no mesmo processo histórico, em que as particularidades se subordinaram a uma evolução geral, relativamente homogênea. As ilusões sobre a absoluta especificidade de cada processo histórico não apenas foram desmentidas, como elas se constituíram num obstáculo para que as forças de esquerda de cada país pudessem assimilar os seus aspectos gerais.

A sombra da cordilheira

Uma experiência específica no cone sul da América Latina ressalta por seus aspectos diferenciados: a do governo da Unidade Popular chilena, entre os anos 1970-73, em que, sob a presidência de Salvador Allende, apoiado centralmente nos partidos socialista e comunista, se tentou colocar em prática uma plataforma anti-capitalista dentro dos marcos institucionais.

Por razões evidentes, o interesse da militância política brasileira se volta para a experiência chilena —ou deveria fazê-lo— quando a esquerda do nosso

*Este artigo foi escrito por Emir Sader em março de 1993. Atualmente, Emir integra o Conselho de Redação da Teoria & Debate

país tem possibilidades reais de chegar ao governo federal em 1994 e tentar colocar em prática um governo democrático e popular.

As perguntas são igualmente evidentes: deu errado no Chile, por quê? Tinha necessariamente que ter dado errado? Em que errou a esquerda chilena? Em que medida a situação brasileira reproduz situações similares ou se diferencia substancialmente da chilena? O que há de comum entre o quadro em que Salvador Allende chegava à presidência, em 1970, no Chile, e aquele de uma eventual vitória de Lula em 1994, no Brasil? O que fazer para, nesse caso, não repetir o caminho do Chile? O que deve ser resgatado, o que deve ser modificado?

Não vamos fazer aqui uma análise e balanço da experiência de governo de Allende, mas apenas abordar aqueles pontos que parecem mais importantes para encarar uma eventual experiência de governo do PT.

“Você sabe com quem está falando?”

O PT é uma novidade radical na esquerda brasileira e mesmo latino-americana. Suas raízes estão na própria temporalidade diferenciada da história brasileira em relação aos outros países do continente. Fatores de relativo “atraso” se transformam em elementos favoráveis, caracterizando o que já foi chamado por Trotsky de “privilégio do atraso”. A liquidação da esquerda anterior, por exemplo, por sua relativa debilidade, abriu campo para o surgimento de uma nova esquerda, desvinculada dos erros mais gritantes daquela força derrotada — dentre os quais estavam o atrelamento ao aparelho de Estado, as alianças subordinadas com frações burguesas, as posições internacionais de vinculação acrítica à URSS, a rigidez organizativa, a falta de criatividade política e cultural. Pôde ser deixada de lado, também, a concepção que visualizava o assalto ao aparelho estatal como a forma central de resolução da questão do poder dos trabalhadores.

Depois da acumulação de forças inicial, como alternativa opositora, crítica, portadora de um projeto de alternativa hegemônica das forças democráticas e populares, independente frente às forças burguesas, o PT foi se inserindo na institucionalidade, de início de maneira vacilante, depois como único caminho possível de colocação em prática de seus projetos.

O problema que se coloca não é o do caminho trilhado, mas o da forma como essa opção foi feita — sem reflexão sobre o significado dos passos que foram sendo dados.

Sem pensar, por exemplo, de que maneira a atuação institucional deve ser levada a cabo para potencializar e ser potencializada pelas lutas dos movimentos populares, sem colocar os dois planos em contradição. Ou, em outras palavras, como compatibilizar esse novo nível de atuação com seus projetos originais de construir uma alternativa de poder centrada na força dos trabalhadores. Não que esses projetos fossem intocáveis, mas qualquer transformação no seu sentido deveria ser enfocada como tal e assumida ou rejeitada conscientemente. Senão seria deixar-se tragar por alguns dos mesmos problemas da esquerda anterior — afirmar um programa socialista, mas não construir uma alternativa ao capitalismo; falar de hegemonia do proletariado, mas subordinar-se a projetos de frações

burguesas. No caso do PT, pior ainda, porque sua autonomia em relação ao Estado burguês, sua priorização da justiça social, sua denúncia da corrupção de um poder isolado e autonomizado em relação à cidadania, fazem dele o portador de elementos muito mais concretos e radicais de construção de uma alternativa realmente nova de poder e de sociedade. Deixar naufragar esses princípios pela via dos fatos seria propiciar uma derrota ainda mais grave do que as anteriores, pela dimensão das esperanças que o PT suscita.

Aí se coloca a questão: o PT pode repetir, no Governo, o fracasso do governo Allende? Pode se deixar engolir e paralisar pela institucionalidade construída para o governo das minorias sobre as maiorias? Pode ser vítima de alianças que descaracterizem o conteúdo fundamental de seu programa de transformações, centrado nos trabalhadores, ao invés de ampliar e aumentar o seu potencial mediante aquelas alianças? O PT pode, enfim, uma vez no governo do Brasil, fracassar — seja pela via da renúncia formal, seja pela via dos fatos — aos postulados fundamentais de transformação da sociedade e do sistema político na direção da democracia radical, solidária e humanista? Ou ser derrotado e derrubado por não saber despertar a consciência, ajudar a organizar e colocar-se à cabeça do movimento pelos direitos de cidadania do conjunto da população brasileira?

As ironias da história

Nenhuma vitória revolucionária repetiu as anteriores: cada uma negou-as, reafirmando algumas leis gerais. Sempre que os trabalhadores e os partidos de esquerda tentaram repetir esquemas de movimentos anteriores, falharam, seja porque as condições eram outras, seja porque os adversários já se haviam adaptado às novas situações e estavam em condições de responder melhor aos novos desafios.

Os fracassos repetem mais seus antecessores, ou porque os novos protagonistas não se debruçaram suficientemente sobre eles, ou porque se consideram acima de qualquer parâmetro passado. De qualquer forma, as derrotas ensinam mais do que as vitórias. Estas dificilmente podem ser repetidas sob a mesma forma, enquanto aquelas podem ser revestidas de repetições com poucas adaptações.

O triunfo da revolução cubana não se repetiu. Vinte anos depois, os nicaraguenses venceram de maneira criativa, mas fracassaram quando, já no poder, não souberam renovar sua própria criatividade, foram soberbos em julgar que seu caminho específico os eximia dos problemas que os cubanos enfrentavam — que, segundo eles, vinham do atrelamento à URSS e não das dificuldades gerais de construção de uma sociedade que rompa com o capitalismo em condições de atraso econômico e de cerco imperialista. Confiaram mágicamente no mercado capitalista e foram tragados por ele e pelas forças que fazem melhor uso dele. Se constituíram num bom exemplo de como a atitude de não analisar triunfos e reveses com detenção, modéstia e criatividade, pode condenar uma força política a não incorporar os triunfos e a repetir as derrotas.

A prática costuma ser impiedosa com os erros teóricos, não porque a teoria

prime sobre a prática, mas porque a transformação do capitalismo em socialismo exige um processo consciente de reflexão e de ação por parte de milhares de pessoas. A teoria nada mais é do que essa consciência. O hábito, o costume, o empirismo, tendem a repetir o velho, o consolidado pelo mercado, as seculares relações capitalistas, que contam com isso para se multiplicar.

O caminho de Santiago

A citação preferida de Allende era retirada do poeta espanhol Antonio Machado: "Caminhante, não há caminho, faz-se caminho ao andar". Servia como frase de efeito, para ele escapar de perguntas embaraçosas sobre os caminhos que o ambicioso projeto de transformação do capitalismo chileno em socialismo deveria tomar diante das situações concretas que tinha que enfrentar.

Não significava isso que a Unidade Popular não tivesse um programa, uma estratégia, que se apoiasse apenas na habilidade individual de Allende para resolver no dia-a-dia os problemas que fossem surgindo. Havia um programa, elaborado por uma comissão dos melhores economistas do país, que previa a expropriação de um grupo central de grandes empresas monopolistas, que controlavam a economia chilena e, nessa condição, impunham na lógica privatizante, exportadora de capital e privilegiadora do consumo de luxo à economia e, por meio dela, à sociedade e ao Estado chilenos.

Essas empresas constituíram uma área de propriedade social, uma espécie de esfera pública que, junto a empresas mistas e empresas privadas, formariam uma nova economia, em que o eixo seria dado pela primeira. Empresas fundamentais para a economia (as grandes empresas do cobre, por exemplo), assim como o sistema financeiro, o comércio exterior, as grandes empresas de comercialização e as atividades consideradas estratégicas (como a produção de energia elétrica, transportes, comunicações) comporiam a área de propriedade social. Se formaria assim um eixo socializado da economia, dirigido pelo Estado, com participação dos trabalhadores.

O Estado chileno, por sua vez, também seria gradualmente transformado, mudando sua natureza de classe, de um Estado burguês para um Estado popular. O Parlamento seria substituído por uma Assembléia do Povo, como órgão único a nível nacional, ao lado do qual seriam criadas várias instâncias de base de participação popular, como órgãos de democracia direta.

Se produziria uma transformação gradual do aparelho estatal e, junto às relações econômicas, das relações de poder na sociedade. O socialismo surgiria como resultado de uma transformação do caráter da economia privada em economia pública e da democratização radical das estruturas de poder na sociedade e no Estado.

O que começa bem pode acabar mal

Conhecido o final da história, é fácil, retrospectivamente, definir que aquilo ia acabar mal. Muitas razões explicam a derrota, num país que tinha tido uma

continuidade democrática maior do que a maioria dos países do primeiro mundo, derrota que abriu campo para um massacre sem precedentes e para uma ditadura militar que se transformaria em modelo cruel desse tipo de regime.

São tantas as razões do fracasso que não basta uma delas para dar conta da derrota. Sabê-se que uma dessas razões foi a ação das Forças Armadas que, como instituição fortemente hierarquizada do aparelho estatal, conseguiu passar ao largo do processo de democratização do Estado e, valendo-se do monopólio do uso da violência, rompeu com as regras constitucionais e assumiu o poder político mediante um golpe militar.

A Unidade Popular tinha uma concepção segundo a qual as Forças Armadas chilenas possuíam um caráter popular, eram "o povo de uniforme" (como o PCB também costumava falar no Brasil), uma exceção em relação às outras forças armadas —, quando foi formulado o programa da Unidade Popular, já haviam acontecido os golpes no Brasil (1964) e na Bolívia (1966) e esses países se encontravam inequivocamente sob ditaduras militares.

Apoiavam-se na origem dessas forças armadas nas guerras de independência — como em tantos outros países do continente —, que lhe teriam dado uma conotação nacional e popular; e na continuidade institucional do país, que tinha escolhido todos os seus presidentes por meio de eleições populares, desde 1830 (com as exceções de 1891 e do período 1924-31). A essa visão se somava aquela que, partindo da composição social dos membros das Forças Armadas, sem levar em conta sua estrita hierarquização, falava de uma instituição representativa das classes médias e dos setores populares e, portanto, solidária aos interesses e alianças desses setores.

Poder dentro do poder?

Mas essa concepção equivocada não era um resíduo numa visão geral correta sobre o poder político. Na realidade, aqui residia o fulcro dos problemas que sustentavam a estratégia da Unidade Popular: numa visão economicista e aparelhista do poder. Os partidos socialista e comunista eram marxistas: acreditava-se que, em virtude da determinação em última instância das questões econômicas, ao alterar-se radicalmente as bases materiais do poder político, este tenderia a expressar aquelas modificações.

Por outro lado, a estratégia de poder se voltava para o aparelho de Estado. Primeiro seria conquistado o governo, fazendo-se do executivo o trampolim para ir, pouco a pouco, estendendo o novo poder, até modificar globalmente a sua natureza de classe.

O poder não era concebido como um conjunto de relações, mas como algo a ser conquistado: suas bases econômicas, por um lado, seu lugar de direção política, por outro. Equivocavam-se nos dois lados: o capital é uma relação social e não se limita a propriedades a ser apropriadas. Assim, a preocupação central do governo era a expropriação, o estabelecimento da propriedade estatal das empresas e não o seu controle. Tornava-se mais difícil a batalha, porque a expropriação dependia de uma maioria com que Allende não contava no

Congresso. E, além disso, o fetichismo da propriedade aprisiona também a burguesia, que acredita que seu poder reside, em última instância, na posse jurídica da propriedade e, portanto, se aferra firmemente a ela. Enquanto que bastava conseguir implantar, até pela via dos fatos, um controle dos trabalhadores sobre a produção — metas, abastecimento, custos —, para poder impor normas gerais à economia. Mudariam-se as relações sociais, sem depender necessariamente de choques com o Parlamento, que tantos desgastes trouxeram ao governo Allende.

Por outro lado, a simples intervenção nas empresas estratégicas, sem uma reinserção da economia chilena no mercado internacional, levaria a produção a situações de impasse, sem financiamentos, sem abastecimento de matérias-primas, sem esquemas de comercialização.

Quanto ao aparelho de Estado, Allende se viu, desde o começo, cercado pelas outras instâncias estatais: o Parlamento, o Judiciário, a burocracia e, logo, as Forças Armadas. Estas, ao ser pegas em flagrante tentativa de golpe antes mesmo da posse de Allende, deveriam ter seus comandos radicalmente renovados. Naquele momento, os próprios oficiais, conforme relatos posteriores, estranharam que Allende continuasse a obedecer o acordo com a Democracia Cristã, para não tocar nos oficiais das Forças Armadas, mesmo depois que estes participaram da ação de sequestro do então comandante-em-chefe do Exército, tentando simular um ato de esquerda, que resultou na morte do comandante.

A concepção subjacente à estratégia de poder da Unidade Popular era a de que existiria uma “dualidade de poderes dentro do aparelho de Estado”, conforme explicitou um intelectual comunista naquele momento. Haveria uma situação revolucionária, sem que ela se expressasse em dois poderes externos, mas imbricados um no outro. Isto justificaria a estratégia institucional da UP, que evitava qualquer construção de novas bases de poder externas ao aparelho estatal, já que era dentro deste que se gestava o novo Estado. Qualquer ação de construção de órgãos de poder popular era caracterizada como divisionista em relação às estruturas sindicais, as únicas admitidas como formas de organização e representação popular além do Congresso.

Ao economicismo unia-se um gradualismo institucional, que subestimava a correlação de forças real que sustentava o poder burguês. Significativa foi a ação de Allende ao nacionalizar as minas de cobre do país, em mãos de empresas norte-americanas. Num documento bem elaborado, ele conseguiu provar que, pela média das taxas de lucro das empresas de mineração em escala mundial, aquelas empresas haviam obtido no Chile um lucro excedente que, somado, correspondia precisamente ao que se deveria ter pago como indenização pela expropriação das empresas. A proposta de Allende foi aprovada por unanimidade pelo Congresso chileno, depois que foi caracterizada como um ato patriótico pelo governo.

A resolução institucional e legal do caso não esgotava o tema. Era necessário preparar o povo e as forças de esquerda para as reações do capital estrangeiro, que não demorariam. Se a vitória de Allende já havia sido recebida de forma extremamente negativa pelo governo dos EUA — dirigido pela

dobradinha Nixon/Kissinger-, a nacionalização das empresas de mineração detonou o processo de desestabilização internacional e interna do governo de Allende. A aprovação pela unanimidade do Parlamento não significava que a direita —incluída a Democracia Cristã, partido de centro que gradualmente foi selando uma aliança estratégica com a extrema-direita— estivesse convencida ou disposta a defender a medida. Sua atitude foi a de não se desmascarar diante da unanimidade popular a favor da medida.

A medida, que parecia confirmar a estratégia da Unidade Popular, de cortar o rabo do cachorro pouco a pouco, julgando que ele não se dava conta, é um bom exemplo da subestimação das múltiplas dimensões das relações de poder, situação da qual é preciso tirar muitas lições.

As represálias começaram no plano internacional, com o cerco financeiro ao Chile. Se estenderam ao plano interno, com o boicote empresarial, provocando o desabastecimento, o mercado negro, o locaute, a hiperinflação, o desemprego e a desestabilização econômica do país. Ao mesmo tempo, entidades norteamericanas, com organismos dentro do Chile, financiavam movimentos grevistas de técnicos e empregados das minas de cobre, de choferes de caminhão, comerciantes, médicos e outros setores-chave da economia, com a participação direta da Democracia Cristã e seu sindicalismo de classe média.

O governo de Allende, preso à institucionalidade, foi ficando cada vez mais afogado dentro do aparelho de Estado, sem apelar para a construção das bases de um poder alternativo, que combinasse as ações do governo com iniciativas populares e com a transferência crescente, para órgãos populares, das funções estatais boicotadas pelo aparelho burocrático.

O primeiro ano de governo de Allende foi o de maior popularidade. Sem tocar na estrutura produtiva do país, apelando apenas para a capacidade produtiva ociosa, com tabelamento de preços, aumentos salariais, reabsorção do desemprego, produziu-se uma reativação econômica de fôlego curto. As empresas responsáveis pela produção para o consumo popular não estavam na lista das empresas estratégicas e o governo não dispunha de nenhum controle sobre elas. Foi por aí que o boicote se iniciou, anulando as conquistas populares mediante o desabastecimento, o mercado negro e os aumentos de preços.

Enquanto isso, a grande maioria dos órgãos de imprensa desenvolvia uma crescente campanha de desestabilização do governo, paralelamente às greves mencionadas, ao desabastecimento, ao cerco econômico externo. Allende e seu governo se amarravam à institucionalidade, sem capacidade nem vontade de deslocar o plano dos enfrentamentos para a luta de massas, atuando desde o governo e desde as mobilizações populares e os nascentes órgãos de poder popular que os setores mais radicalizados da esquerda incentivavam.

Mesmo quando —esgotada a possibilidade de obter dois terços dos votos no Parlamento e assim depor Allende através de um golpe branco—, os partidos de oposição se lançaram diretamente ao golpe militar, a Unidade Popular não mostrou decisão para mudar o campo principal dos enfrentamentos, passando do plano institucional, onde Allende estava cada vez mais amordaçado, para o da luta de massas.

Uma primeira tentativa de locaute por parte dos grandes empresários — em setembro/outubro de 1972 — foi neutralizada pela resposta dos trabalhadores e dos estudantes, que conseguiram manter as empresas funcionando. Mas o governo não aproveitou para intervir maciçamente naquelas empresas e colocá-las sob direção dos próprios trabalhadores. Quando se deu a primeira tentativa de golpe militar — em julho de 1973 —, Allende tampouco se valeu dela para colocar na reserva e punir os oficiais golpistas, os mesmos que, dois meses e meio depois, o deporiam.

Os setores mais à esquerda tampouco souberam superar a alternativa luta institucional *versus* luta revolucionária, luta desde o governo *versus* luta de massas. A esquerda se dividia, enquanto a direita se unia, combinando a luta legal com a luta golpista, a luta por dentro do aparelho estatal com a desestabilização levada a cabo por grupos de sabotagem, as greves em setores-chave para a economia e o cerco pelos meios de comunicação. Essa combinação, que a esquerda não soube levar a cabo, foi realizada com sucesso pela direita.

O poder não é uma coisa

A esquerda subestimou fatores fundamentais de poder, como o capitalismo internacional, as Forças Armadas, os meios de comunicação, elementos que contaram decisivamente para o outro campo. E subestimou a força popular, sua capacidade organizativa, criativa, sua possibilidade de construir um novo poder na sociedade, articulado com o poder do governo federal.

Ao pensar as relações de poder centradas exclusivamente nas relações econômicas internas e nas relações políticas institucionais, a esquerda operou um reducionismo que lhe terminou sendo fatal. Se em parte essa concepção foi influenciada teoricamente pelo auge do estruturalismo althusseriano, para o qual as classes e os sujeitos sociais seriam apenas suportes de estruturas sociais, em cuja sobre-determinação residiria o peso decisivo da causalidade social, não foi apenas isso que respondeu pela concepção então predominante na esquerda chilena.

A tradicional orientação dos partidos comunistas definiu o marco geral em que foi formulada a estratégia e o programa da esquerda chilena. O Partido Comunista do Chile — que, junto com o uruguaio, foram os únicos grandes PCs de base operária do continente —, era caudatário da visão que o VII Congresso da Internacional Comunista havia desenhado para os PCs, na sua versão para a periferia do capitalismo.

Duas referências articulavam essa visão: uma, a da *tomada do poder*, exemplificada de forma restritiva na invasão do Palácio de Inverno, fazendo abstração de todo o processo de crise do poder czarista e de construção de uma alternativa de poder revolucionário. A outra, a estratégia de alianças subordinadas com frações burguesas para, mediante a ocupação gradual de espaços no aparelho de Estado, reverter a natureza mesma da relação de forças e da estrutura do aparelho estatal.

Nas duas permanece a mesma concepção *do poder como uma coisa a ser conquistada*, mediante um golpe, um assalto (a guerra de movimentos) ou a

ocupação gradual (a guerra de posições). Se essa concepção coisificada do poder ficava mais patente nos movimentos insurrecionais, ela também presidia, embora através de um código diferente, a concepção institucional de luta pelo poder.

No caso chileno, a expropriação dos grandes meios de produção e a ocupação gradual do aparelho estatal revelavam essa concepção coisificada do poder. No plano econômico, mais do que a propriedade, o fundamental era a apropriação, o controle sobre os movimentos do capital, o desenho de uma nova estratégia de acumulação.

Se a nacionalização das minas de cobre era indispensável para esse objetivo, ela poderia assumir a forma de uma propriedade social compartilhada entre trabalhadores, técnicos, o Estado, cooperativas e proprietários privados. Mas a confiança em que o aparelho de Estado chileno era o espaço privilegiado de construção do novo poder levava à estatização e às batalhas pela propriedade estatal das empresas, desconsiderando a luta pelo controle dos trabalhadores ou outras formas de controle e redirecionamento da circulação do capital.

No plano político, a apropriação do aparelho estatal era confundida com a resolução da questão do poder. A defesa física e simbólica do Palácio da Moneda por parte de Salvador Allende, que heróicamente resistia, com um fuzil na mão e um capacete de mineiro na cabeça, ao bombardeio levado a cabo por aviões e canhões, foi a cena final da concepção que levou o governo popular a ser cercado dentro do aparelho de Estado, transformado em armadilha pela própria idéia de que sua tomada seria o objetivo estratégico central do novo poder. Foi subestimada a construção de um novo poder, apoiado em novas bases sociais, articulando os elos do aparelho estatal recuperáveis para a estratégia popular com os novos embriões de poder que surgiam nos bairros, nas fábricas, nas empresas, nos campos, nas escolas, em meios de comunicação.

O poder é uma relação social, da mesma forma que o capital. A alteração de sua natureza, a construção das bases de um novo poder é, portanto, um processo político, entendido este como síntese das relações econômicas, sociais, institucionais, ideológicas e militares.

Do estrategismo à miséria da estratégia

“O poder está na boca do fuzil”. “A infra-estrutura determina a superestrutura”. “O poder está em todos os poros da sociedade”. “Quem domina as consciências tem o poder”. Cada uma dessas afirmações, reducionistas se tomadas isoladamente, dá conta de um aspecto da realidade. A construção de uma estratégia de poder para as classes subalternas depende, antes de tudo, da análise do poder das classes dominantes. Porque se trata de um processo simultâneo de desarticulação do poder dominante e da construção de um novo poder.

A melhor estratégia não é a que “resolve de uma vez por todas a questão do poder”, porque sendo o poder uma relação social, ele estará sempre posto na sociedade. A correlação de forças se altera, nem tudo é possível a todo momento, a questão do poder nunca é resolvida definitivamente.

A melhor estratégia tampouco é aquela que finge que a questão do poder não existe. Isso é possível só para quem não acredita que o capitalismo se articula em torno de antagonismos fundamentais, em todos os seus planos de existência — econômico, social, político, ideológico. São os adeptos da chamada “engenharia política”, aqueles que consideram que as soluções dos problemas viriam de boas e engenhosas disposições das coisas, das pessoas e dos seus interesses, de forma a atender, dentro do sistema atual, a todos, sem postergar, marginalizar, prejudicar a ninguém. Tudo seria uma questão de artimanha, de habilidade, de malabarismos técnicos.

As teorias da modernização nas ciências sociais se desenvolveram e tiveram sucesso entre nós até os anos 50, com essa ilusão. Depois, se impuseram as realidades dos conflitos, das contradições, das rupturas, que nem os acordos de elite conseguiram conjurar ou diminuir. A melhor forma de ser vítima inerte das contradições sociais é tentar fazer como se elas não existissem. Allende, de alguma forma, tentou, desesperadamente, introduzir transformações radicais no capitalismo chileno, sem preparar as forças populares para os duros efeitos que os interesses afetados desatariam contra seu governo.

“O poder ua boca do fuzil” revela a absolutização das relações de força militares, num determinado estágio dos enfrentamentos de classe. A frase de Mao-Tse-Tung refletia um nível de conflito em que a instância militar se havia tornado decisiva, na guerra de libertação contra os invasores japoneses e contra um governo capitulador diante das forças estrangeiras, apoiadas pelos Estados Unidos. Era uma situação de guerra, no sentido estrito da palavra.

Ainda assim, a afirmação é restritiva. A guerra do Vietnã, por exemplo, foi ganha pelos vietnamitas por suas vitórias no campo de batalha, mas também por suas vitórias ideológicas e políticas no plano internacional, inclusive dentro dos EUA. Todos estes elementos potencializavam a força militar vietnamita, desembocavam num debilitamento militar e moral das tropas norteamericanas. O militar era, assim, um elemento político-militar, que sintetizava todos os outros fatores da correlação de forças.

A afirmação de que “a infra-estrutura determina a super-estrutura”, por sua vez, ainda que corresponda a uma causalidade histórica de inquestionável validade, não basta para compreender os fenômenos do poder e, principalmente, para traçar estratégias de luta pelo poder. Aquela afirmação significa que as condições econômico-sociais determinam as possibilidades e rumos do processo de transformações políticas. Foi baseado nela que Marx previu que as condições de transformação do capitalismo em socialismo tenderiam a dar-se nos países de maior desenvolvimento relativo das forças produtivas.

Ocorre que ao maior desenvolvimento do capitalismo correspondeu um maior desenvolvimento da classe operária e da burguesia, mas não um maior grau de acirramento das contradições sociais, por razões de ordem econômica, social, política e ideológica, alguns dos quais foram analisados por Lênin em *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*.

O líder da Revolução Russa resumiu os paradoxos da situação afirmando que é mais fácil tomar o poder num país atrasado como a Rússia, mas é muito

mais difícil construir o socialismo do que num país mais desenvolvido como a Alemanha. Em resumo: à maior fragilidade do poder dominante na Rússia corresponde também um maior atraso nas condições materiais para a construção do socialismo, o que fazia, para Lênin, que a Revolução Russa, para ser o primeiro capítulo da história mundial do socialismo, tivesse que ser imediatamente sucedida pela revolução em países como a Alemanha ou a Inglaterra.

A questão, que está na base mesma dos problemas de raiz enfrentados pela Revolução Russa, demonstra como não se pode sustentar uma visão mecanicista, baseada de forma direta nas condições sócio-econômicas, das contradições sociais e sua resolução política. O socialismo não deve vir nem dos países mais ricos, por sua riqueza, nem dos mais pobres, por sua pobreza. O desenvolvimento de um processo de superação do capitalismo e construção de uma sociedade socialista estão condicionados por fatores econômicos e sociais, mas eles se articulam com elementos de ordem política e ideológica.

O socialismo não é resultado mecânico do desenvolvimento das forças produtivas ou das contradições sociais. Sem sua mediação pelas correlações de força nos planos político e cultural, nenhum processo dessa ordem poderá resultar. Veremos mais adiante que condições são essas e como elas se colocam no Brasil atualmente.

“O poder está em todos os poros da sociedade”. Com as teorias da microfísica do poder desenvolvidas por Foucault, o pensamento político pôde avançar muito na desmistificação das visões que concebem o poder como uma coisa, materializada no aparato estatal, cujo controle determinaria quem detém o poder. Foi o resultado do amadurecimento de concepções muito mais fecundas acerca das conexões entre as relações sociais e o poder político e na diversificação das formas de exercício do poder.

No entanto, a versão dada por Foucault —no primeiro volume de sua *História da sexualidade*— desemboca numa diluição do poder político que, estando em todos os poros da sociedade, termina não estando em lugar nenhum, impossibilitando qualquer ação social para sua transformação. Daí as consequências pessimistas que ele extrai para a construção de qualquer forma de contra-poder, elas também inevitavelmente permeadas pelo poder e seus tentáculos avassaladores.

Se o poder não se concentra no aparelho estatal, é aqui que ele articula suas diferentes expressões —no plano econômico, social, militar, ideológico (incluindo os dois meios de comunicação), como uma espécie de *nó de vários nós*. É pela integração nesse circuito do aparelho estatal que se constitui, propriamente dito, o poder político das forças dominantes. Qualquer contradição antagonica e constante entre essas formas de expressão do poder implica em graves desarticulações nas modalidades de reprodução das relações de poder na sociedade. O controle do aparelho estatal representa a dimensão material mais direta do exercício do poder político e representa um elemento fundamental — embora não suficiente— para que uma força ou um conjunto de forças se torne hegemônico na sociedade.

“Quem domina as consciências tem o poder”. Esta visão também capta uma dimensão do poder social, cada vez menos contornável, ainda mais numa

sociedade como a brasileira, onde a televisão exerce influência política e ideológica como em nenhum outro país no mundo. Nenhum poder hegemônico pode se constituir sem acertar contas com esse poder, sem desarticulá-lo e reconstruí-lo ou sem se somar a ele ou pelo menos neutralizá-lo.

Não se deve, por nenhum motivo, diminuir a importância da constituição das forças alternativas de pensamento social, em todos os planos: da visão crítica sobre o consumismo capitalista à solidariedade social com os pobres, da tolerância na convivência com os outros à crítica do saber à serviço da reprodução das elites dominantes. A instância ideológica e cultural, tanto tempo subestimada na luta pela hegemonia alternativa das classes subalternas, é formalmente reconhecida como campo fundamental de ação pelas direções políticas de um partido como o PT; mas ainda trata-se de um reconhecimento formal, não implicando na dedicação das energias e criatividade que o assunto requer.

No entanto, também aqui não cabe subestimar as outras dimensões do poder político. Sua fundação nas relações econômicas, suas expressões sociais, suas projeções organizativas, suas forças político-partidárias e também sua dimensão estatal. Senão poderíamos recair em concepções fundadas na impermeabilidade de um poder social fundado no monopólio dos meios de comunicação, traçando assim um destino quase incontornável.

A política não é a "arte do possível"

Se até um certo momento a esquerda pecou pelo estrategismo, pelo sobredimensionamento da luta direta pelo poder — refletida de forma mais clara nas concepções que privilegiam a idéia de um "assalto ao poder" — depois, em particular na trajetória do PT, passou a primar pela ausência de reflexão estratégica.

O PT nasceu sem uma definição ideológica prévia e esta aparece como uma de suas características positivas diante de uma esquerda excessivamente ideologizada, debruçada sobre a discussão das formas de assalto ao aparato de poder político, sem integrar as condições sociais e ideológicas de um poder alternativo; uma esquerda dividida em torno de concepções relativas à Revolução Russa e à trajetória do movimento comunista internacional, mas sem enraizamento na história e nas condições sociais do Brasil.

Logo, porém, com o crescimento do PT e o rápido esgotamento do PMDB e das forças que haviam assumido a direção política do processo de transição democrática, o PT se viu rapidamente projetado para o centro da vida política, foi se inserindo na institucionalidade, primeiro através de parlamentares, depois de prefeitos, posteriormente — mesmo que de maneira informal ou desautorizada — de ministros. Essa inserção foi definindo uma estratégia ou assumindo os supostos de estratégias implícitas na institucionalidade, sem maior reflexão sobre seu significado.

A apologia da falta de definições programáticas e estratégicas foi se tornando altamente negativa. O PT foi demonstrando uma grave incapacidade de fazer a teoria de sua prática, de assimilar o sentido de sua ação como partido,

de atribuir conscientemente um significado à sua atuação. Não era mais possível entender a natureza do PT exclusivamente a partir de suas origens sociais. Ele já se havia constituído como força política, já ocupava espaços institucionais, já se relacionava com outras forças sociais mediante alianças políticas. De um estrategismo artificialmente colocado, a esquerda passava a uma miséria da estratégia, a um empirismo que pretende que seu significado seja imediatamente cristalino, que por definição seja representante de um projeto alternativo, não comprometido com o *status quo*, inenso aos erros da velha esquerda, daqui e de fora. Pelos exemplos citados no início deste texto, se vê que esta é a melhor forma de ser condenado a repetir os erros do passado, embora evoluídos numa nova roupagem.

Centrar a estratégia do PT nas formas de chegar ao governo federal é outra forma de considerar o poder como uma coisa. É considerar que desde o aparelho de Estado estão dadas as condições de transformar o país, estabelecendo uma política de alianças que não se baseia na unificação de todos os setores sociais subalternos, na necessidade de isolar os adversários, de construir uma força social alternativa que dê base de apoio ativo a uma hegemonia democrática e popular. Mas sim uma política de alianças que tem como horizonte conseguir os votos necessários para ganhar a eleição, no máximo para garantir apoio parlamentar depois das eleições. Se trata de uma redução institucionalista da política, retirando-lhe as relações de poder que necessariamente a permeiam.

É se esquecer de que, sem afetar interesses poderosos no Brasil, nada de importante poderá ser feito no caminho da democracia e da cidadania integral para todos. É recair nas especulações dos que fazem da política a arte da "engenharia", dos que interpretam a política como "arte do possível", como a prática de não afetar os interesses de ninguém, abolindo os interesses e as relações de poder. O melhor caminho para o desastre é o de desconhecer suas reais dificuldades. Não aprender das duras derrotas do Chile e da Nicarágua é um início de viagem para o mesmo destino, embora por vias diferentes.

Elementos de estratégia para hegemonia das classes subalternas

Para as classes subalternas se trata de mudar radicalmente as bases do poder — substituir o poder das elites dominantes pelo poder dos trabalhadores e do povo em geral. Esse processo, por sua radicalidade, exige uma revolução democrática na nossa sociedade, uma ruptura com as estruturas de poder vigente, que abra caminho para a construção de uma sociedade radicalmente diferente da nossa — solidária, justa, ética, humana.

Muita coisa mudou desde as barricadas da Comuna de Paris, desde o assalto ao Palácio de Inverno, desde as guerras de guerrilha na China, em Cuba e no Vietnã. Muita coisa é diferente porque a estrutura da sociedade brasileira é diferente daquelas ou porque mudou o período histórico. Cada estratégia depende da estrutura de poder contra a qual ela atua e do projeto histórico que se propõe. Sua definição, portanto, está em função das alterações das estruturas de poder e das reformulações do projeto de sociedade alternativa que se busca.

O panorama internacional não deixa muitas margens de manobra para um governo democrático e popular, diante da política excludente das grandes potências. Pela primeira vez desde muito tempo, o primeiro mundo não tem discurso a propor ao terceiro mundo. Nunca foi tão grande a concentração de riqueza, de tecnologia, de meios de comunicação de massas e de capacidade militar em torno do hemisfério norte, enquanto as 3/4 partes da humanidade, que vivem no sul, estão excluídas dos bens que a humanidade criou.

Nenhuma política que se adapte às normas da ordem internacional reinante, pode cumprir com os requerimentos básicos que um governo tem que atender internamente. Sendo assim, somente uma articulação com aqueles não privilegiados pelos mega-mercados —como a América Latina, a China, a Índia, o conjunto das nações do hemisfério sul— pode gerar uma correlação de forças diferente da atual, para renegociar as relações com as potências industrializadas. Sem isso, um governo democrático e popular será inevitavelmente refém dos bancos internacionais, do FMI, do grupo dos 7, cuja política é malthusiana, é excludente, é socialmente genocida em relação às grandes massas da humanidade, que não poderão chegar aos níveis de vida que o primeiro mundo atingiu, partindo de suas políticas colonialistas, neocolonialistas e imperialistas, renovadas pela espoliação financeira e tecnológica atual.

É claro que um governo dirigido pelo PT pode encontrar muitos aliados dentro do próprio hemisfério norte, a começar pelos partidos social-democratas europeus, centrais sindicais, grupos remanescentes da esquerda, entidades não governamentais. Quanto mais corajoso em enfrentar os agudos problemas sociais do país e sua vontade política de resolvê-los positivamente, maior a capacidade de capitalizar as melhores energias subsistentes em várias partes do mundo. O mais importante é que a política internacional de um governo democrático e popular deve considerar as relações de força externas como uma realidade específica sobre a qual é preciso atuar, no afã de buscar apoios, de aumentar a solidariedade com os povos do hemisfério sul e com todos os discriminados e marginalizados, inclusive dentro do hemisfério norte. Necessita-se de uma política de princípios e eficaz.

A via insurrecional gera um período excepcional de tomada rápida de consciência por parte de milhões de pessoas, diante da simplificação e radicalização das contradições essenciais da sociedade. Ela pode contar com uma força ideológica, de mobilização social, de organização política para colocar em prática transformações profundas. É o momento quando “o extraordinário se torna cotidiano”, segundo as palavras de Lênin e de Che.

A via institucional abre, mediante o acesso ao governo, um processo de transformações de outro tipo. Mas para ganhar a radicalidade necessária, a “via institucional” precisa, para poder triunfar, da mobilização social, da força ideológica e da organização política das grandes maiorias populares.

O atual quadro de desmobilização social, de defensiva no plano ideológico por parte da esquerda, de restrita capacidade organizativa no plano político, constitui um marco profundamente desfavorável para uma vitória eleitoral do PT nas eleições presidenciais e para a atuação do governo, ameaçando deixá-lo

afogar-se nas teias de um aparelho de Estado feito para o governo das minorias sobre as maiorias, para a reprodução do *status quo* e não para sua transformação pela raiz.

Disto se trata quando se diz que a esquerda pode deixar uma concepção de *poder como coisa*, assaltando o aparelho de Estado, para cair em outra, que considera que a modificação radical da nossa sociedade tem no acesso ao governo sua alavanca fundamental e praticamente única. As experiências de governo do PT a nível municipal já foram suficientes para demonstrar o caráter inerte dos aparelhos burocráticos, da estrutura jurídica que bloqueia transformações fundamentais da natureza social dos poderes municipais. A nível nacional, isso dá garantias consistentes às elites dominantes, de que serão bloqueadas as tentativas de transformação radical *desde dentro*.

Um projeto de hegemonia das classes subalternas requer, portanto, a combinação da luta institucional com uma plataforma programática que unifique as grandes maiorias nacionais, a mobilização constante destas em torno de organizações que assumam paulatinamente responsabilidades de poder local e a permanente luta ideológica para demonstrar convincentemente a superioridade social e moral dos valores da democracia radical, do humanismo, da solidariedade e da ética. As políticas de alianças sociais e políticas têm que estar subordinadas a estes objetivos e não subordiná-los. Lutamos para construir um novo bloco no poder que, pela primeira vez no Brasil, possa representar diretamente à grande maioria da nossa população. Isso significa, antes de tudo, a unificação social do povo, em função da qual devem estar as alianças políticas, como expressões dos setores a unificar.

Essa plataforma necessita tocar e modificar substancialmente as relações de poder que se articulam em torno de eixos nevrálgicos da sociedade brasileira — a propriedade social da terra, a democracia nos meios de comunicação de massa, a superação da asfixia provocada pelas dívidas interna e externa, entre outros. Em torno dela se requer a mobilização e adesão profunda das amplas maiorias do país, para que possam ser enfrentadas as represálias que os setores privilegiados desatarão contra um governo democrático e popular. Essa adesão terá que ser muito maior do que o simples voto, tem que ter a força de quem joga nela o seu destino, a sua dignidade de ser humano, cujo resgate é perseguido como objetivo central pela plataforma democrática e popular.

Por último, nada substitui a disposição de lutar para ganhar, a vontade de derrotar as elites responsáveis pelas injustiças, pela exploração, pela apropriação privada de bens públicos, pelo abandono de qualquer sentimento de solidariedade social, expressos no encaminhamento acelerado de uma sociedade de *apartheid*, cada vez mais configurado entre nós. Ter o direito a triunfar supõe a vontade de triunfar, a disposição ao sacrifício para construir essa imensa força hegemônica dos explorados, oprimidos e humilhados, cuja superioridade social, política e moral é a única garantia de vitória da revolução democrática, sem a qual o poder continuará a ser sinônimo de espoliação, alienação e domínio das minorias.

*Alguns desafios do PT para 1994**

Não deveria constituir qualquer surpresa o fato do PT encontrar-se frente a inúmeros desafios. Afinal, em seus 12 anos de vida, ele não tem feito outra coisa. Enfrentar e vencer desafios, dos mais simples aos mais complexos, tem sido sua tônica. Em certa medida, pode-se dizer que seu crescimento e sua forte presença na vida nacional devem-se a sua disposição de não fugir dos desafios que inimigos, e também amigos, não se cansaram de interpor em seu caminho.

É verdade que hoje os desafios apresentam-se muito mais complexos. O PT não só ocupou parcelas importantes de poder, a chamada institucionalidade, como transformou-se numa alternativa real de governo, dentro das regras do jogo estabelecidas pelas próprias elites. A tal ponto, que setores dessas mesmas elites cortejam o partido e suas personalidades, oferecem-lhe posições importantes na máquina estatal e lhes acenam com a possibilidade de compartilhar das decisões que orientam os rumos do país.

Não por acaso, diante dessas múltiplas pressões da realidade política, muitos petistas embarçam-se. Agora mesmo, na ânsia de servir ao país, como co-responsáveis pelo impeachment, alguns apressam-se a fazer qualquer concessão para evitar a ingovernabilidade e manter a estabilidade política. Sob a influência da degradingolada do Leste Europeu, procuram livrar-se das polarizações burguesia x trabalhadores e direita x esquerda, como conceituações anacrônicas, e proclamam situar-se numa nova era, em que empresários e trabalhadores, direita e esquerda, amadureceram e aprenderam a dialogar democrática e civilizadamente, pelo bem de todos.

No lado oposto, há militantes que enxergam nessa situação uma verdadeira crise de identidade e exigem o retorno do PT às origens. Outros, não chegando a esse extremo, se perguntam até que ponto aquelas posturas se chocam com o projeto socialista democrático do PT e até que ponto as ambiguidades políticas que se entrecruzam no partido podem descaracterizá-lo e transformá-lo num partido da ordem, justamente dessa ordem selvagem que domina o Brasil. Contra esses temores, os autoproclamados renovadores empunham a bandeira da democracia radical e reafirmam que com ela o partido não perderá o rumo.

Tudo isso já seria motivo suficiente para que se tentasse esclarecer as

**Este texto foi escrito por Wladimir Pomar, em abril de 1993. Atualmente, Wladimir milita no PT de Angra dos Reis.*

diferentes opiniões através de um debate democrático, buscando os pontos de unidade política que permitam ao PT continuar enfrentando com sucesso seus desafios. A tradição histórica do PT consagrou o método de discussão dos problemas políticos concretos como o melhor para alcançar esse objetivo. Embora o debate das diversas utopias que povoam nossas mentes seja válido e importante, não tem sido ele que consegue incorporar a militância ao debate na amplitude que seria desejável.

Os maiores avanços na construção do pensamento petista ocorreram justamente quando conseguimos definir uma série de questões estratégicas através da elaboração das questões táticas e políticas concretas. Por isso, talvez fosse útil, na presente discussão, tentar esclarecer as questões estratégicas que nos afligem por meio do debate de três problemas que se colocam com muita força na ordem do dia da atividade do PT: a possibilidade de conquista do governo central em 1994; a tática para enfrentar a posição do governo Itamar; e a necessidade de elaborar um programa de governo para superar a crise nacional.

O que segue é uma breve contribuição ao debate desses desafios.

1994: preparar-se para vencer?

Aparentemente, essa é uma pergunta sem motivo. A média da militância petista acredita que o PT, tendo Lula como candidato à presidência em 1994, possui todas as condições para vencer e chegar lá. As eleições municipais de 1992, se não sufragaram o PT como ele esperava, levaram-no à vitória em capitais importantes e ampliaram o número de prefeituras administradas pelo partido. Indicaram, além disso, um nítido crescimento da esquerda. As pesquisas mais recentes também apontam para um crescimento das preferências eleitorais pela candidatura Lula, seja porque o PT tem demonstrando certa coerência política, seja porque a profundidade da crise econômica e social faz com que grandes parcelas populares se voltem para o PT e para Lula como alternativas capazes de dar um basta à miséria e à situação de degradação a que chegaram as massas do povo brasileiro.

Se essas condições apontam para a viabilidade da candidatura Lula, não são poucas as preocupações em relação à capacidade do PT assumir o governo e enfrentar a complexa e difícil situação crítica que o país atravessa. Tais preocupações já foram apresentadas abertamente pelo PSDB e estiveram subjacentes à postura temerosa de muitos quadros e militantes durante a campanha presidencial de 1989. Em nosso próprio meio, não eram poucos os que temiam a vitória de Lula e certamente foram muitos os que se sentiram aliviados com a nossa derrota. Hoje, a disposição de alguns quadros do partido em conquistar aliados a qualquer custo relaciona-se muito menos com a ampliação de nossas forças e muito mais com a ânsia de conquistar confiabilidade ante nossos adversários. Supõem que só assim poderemos garantir a governabilidade, caso Lula saia vitorioso.

Essas preocupações são pertinentes e deveriam ser discutidas francamente,

já que interferem em nossas opções estratégicas e táticas. Depende de nós, em quaisquer circunstâncias, a manutenção da governabilidade? Depende de nós o surgimento e a manutenção de um clima de instabilidade política? Depende de nós evitar a polarização e as possibilidades de confrontos e rupturas? Se a resposta a essas questões for afirmativa, evidentemente só nos restariam dois caminhos possíveis.

Ou evitamos um acúmulo abrupto e pouco consistente de forças, representado pela vitória eleitoral, desistindo de conquistar a presidência; ou recuamos da maior parte dos pontos do programa democrático popular, assumindo um programa social-democrata esmaecido, palatável pelas elites. Neste último caso, acabaremos por ter um programa dificilmente aceito pelas grandes massas, o que nos levará também à desistência de conquista da presidência. Com isso, talvez possamos escapar da responsabilidade pelos confrontos ou rupturas que venham a ocorrer.

Entretanto, dificilmente, poderemos assegurar a estabilidade e a governabilidade de quem quer que seja. Há pelo menos uma década o Brasil vive um constante clima de instabilidade política, decorrente do aprofundamento da crise econômica e social e da incapacidade das forças políticas dominantes em solucioná-la. Perdura há muito tempo um equilíbrio instável entre as diferentes forças políticas, de tal modo que as elites dominantes foram obrigadas a aceitar a arena da democracia como seu campo de disputa.

A vitória de Collor, em 1989, não chegou a representar uma ruptura nesse equilíbrio. Ao contrário, mostrou uma sociedade polarizada entre dois projetos excludentes. Para que Collor ampliasse sua vitória e impusesse uma derrota definitiva à esquerda, teria que consolidar a frágil hegemonia conquistada durante a campanha eleitoral, aplicar com êxito seu projeto neoliberal e romper o equilíbrio de forças a seu favor. No entanto, o neoliberalismo foi um fracasso no tratamento da crise. E as falcatruas em que o príncipe das elites e sua gang se meteram, acabaram por desgastar sua hegemonia, romperam a seu desfavor o equilíbrio de forças existente e fizeram surgir um novo equilíbrio, ainda mais instável.

Para superar essa situação de instabilidade, logo após o impeachment talvez o mais acertado tivesse sido convocar eleições gerais, em lugar de empossar o vice. Isso teria permitido alcançar uma nova legitimação pelas urnas e talvez criado as condições para o surgimento de uma hegemonia capaz de encaminhar a solução da crise brasileira. Em vez disso, assumiu o vice, embora com o suporte da quase-frente nacional que se armara para decretar o impeachment, o que, aparentemente, lhe daria as condições para estabelecer aquela hegemonia política e encaminhar a solução dos problemas.

A heterogeneidade das forças que davam sustentação a Itamar apontava, porém, em outro sentido. Nenhuma força se destacou como hegemônica, Itamar e seus apoios foram incapazes de apresentar um projeto para retirar o país da crise, o calendário político está precipitando a disputa presidencial de 94 e o equilíbrio de forças permanece muito instável. E, dado o andar da carruagem presidencial, nada indica que Itamar ainda seja capaz de reverter essa situação

e fazer a balança de forças pender a seu favor. A instabilidade e momentos de ingovernabilidade deverão continuar marcando a situação política pelo menos até as próximas eleições.

É preciso ainda levar em conta que a esquerda dificilmente conseguirá unificar-se de forma mais consistente, em torno de um programa comum, no período que antecede o pleito de 1994. Mesmo incluindo nesse campo o PSDB e o PDT, há uma escassa propensão para convergir os pontos de vista em torno de um programa de governo e, menos ainda, aceitar Lula como cabeça de chapa.

O PDT não pode fugir à sina de tentar, mais uma vez, transformar Brizola em primeiro mandatário. O PSDB trabalhava a hipótese da aliança com o PT, mas no caso do parlamentarismo: Lula seria o candidato a presidente-relações-públicas, enquanto a chefia de governo caberia ao PSDB. Na possibilidade da vitória do presidencialismo, o PSDB considera que seu crescimento nas eleições municipais lhe deu credencial para disputar o primeiro turno com chances reais de sucesso.

Como complemento a essas dificuldades no campo da esquerda, houve um crescimento da alternativa de direita, que procura unificar forças em torno de um grande partido, dirigido por Maluf, com um discurso reciclado e uma nova postura "social". Maluf trabalha a hipótese de congregar as principais forças conservadoras em torno de um nome confiável (ele próprio), já no primeiro turno. Essa unificação ainda não é um fato consumado: há divergências de grupos de interesse, há descompassos regionais e outros fatores que podem manter o conservadorismo desunido na primeira rodada eleitoral. No entanto, não se pode descartar a priori essa hipótese de uma direita unida, liderada pelo PPR.

Acrescente-se a essas dificuldades o amortecimento que acometeu os movimentos sociais, de onde o PT tira sua principal força, e as tendências internacionais, francamente desfavoráveis às esquerdas, e teremos os principais elementos que instilam nas fileiras do PT e das esquerdas nacionais o medo da conquista do governo, o medo da instabilidade política, o medo dos confrontos e das rupturas, mesmo as chamadas rupturas democráticas, o medo da ingovernabilidade, o medo de possuir um programa que seja considerado radical e o medo de não conquistar a confiabilidade dos adversários.

Para que o PT se decida conscientemente a disputar o governo em 1994 e se prepare para vencer, é de fundamental importância espantar esses medos. A instabilidade política, a possibilidade de confrontos e rupturas e as dificuldades para alcançar a governabilidade, dependem do PT somente num grau muito pequeno. A crise brasileira tornou-se ainda mais aguda depois de dois anos e meio de experimentos neoliberais colpidos. O país entrou em recessão profunda sem debelar a inflação. O desemprego atingiu ferozmente os trabalhadores e ampliou a massa de indigentes a um nível insuportável. A violência transformou-se numa das principais características do país, particularmente nos grandes centros urbanos. Aqui se vive uma guerra civil não declarada.

Todos os mecanismos de combate à crise, patrocinados pelo neoliberalismo, resultaram numa maior concentração de capitais, rendas e terras, enquanto a marginalização social atinge até setores das classes médias.

A situação chegou a um tal ponto de deterioração, sem perspectiva de solução, que o neoliberalismo vê-se acuado ante o próprio fracasso. Seus principais valores — livre mercado, modernização, desestatização, abertura da economia, Estado mínimo — passaram a ser questionados, obrigando-os a preocupar-se com os aspectos sociais e a travestir-se com eles.

Na esteira do fracasso de Collor, a burguesia busca manter seu programa modernizante, cujos aspectos negativos mais evidentes são os altíssimos custos sociais. Mas já não quer mais apresentar-se como adepta do neoliberalismo, mas sim de um liberalismo pragmático com preocupações sociais.

O problema é que o programa modernizante, mesmo que nele sejam introduzidas modificações que permitam reduzir seus custos sociais, tem uma natureza excludente que tende a eliminar esses redutores. Cria-se assim um conflito de orientações, cujo resultado mais viável é um novo agravamento dos custos sociais, em especial se levarmos em conta as influências negativas, sobre a situação brasileira, das dificuldades de crescimento econômico do mundo desenvolvido.

Em tais condições, não pode haver perspectiva de diminuição sensível do quadro de miséria da sociedade brasileira, nem qualquer indicação de que a burguesia se disponha a reduzir sua voracidade concentradora de capital. É preciso muita boa vontade para supor que o empresariado, em particular o dos oligopólios, tenha amadurecido e esteja disposto a reduzir seus lucros em benefício do bem geral. Não há um exemplo sequer de que isso tenha acontecido, apesar da brutal crise recessiva, nem de que isso venha a acontecer sob o poder de diálogo dos trabalhadores nas câmaras setoriais ou outro fórum qualquer. Todas as concessões aparentes do empresariado estão sempre respaldadas por trocas vantajosas nos tributos ou em outros itens de suas relações com o Estado e/ou a sociedade.

A presente trégua social e o diálogo “amadurecido” que ocorrem em função da estagflação não passam de uma parada momentânea na tendência de aguçamento das polarizações. E, portanto, da instabilidade política, de confrontos e de rupturas. Essa tendência só pode ser revertida se ocorrerem pelo menos duas situações:

a) a burguesia sofre uma derrota esmagadora e se submete a um programa de redistribuição de renda e de eliminação da miséria (o que só é viável, no mínimo, através de reformas na agricultura —agrária e agrícola—, na economia informal, no sistema oligopólico de domínio da economia e no Estado;

b) a burguesia impõe uma derrota esmagadora, consolida seu poder, inclusive por meio do apoio militar, e realiza seu programa modernizante, apesar dos custos sociais.

Pode-se argumentar que essa segunda hipótese não tem futuro porque conduzirá o país a um grau de miséria tão intenso que o fará ingressar na barbárie. Isso pode até ser verdade, mas não significa que a burguesia não pode levar a cabo tal programa. Há vários exemplos, em outros lugares, que apontam para essa possibilidade. E quanto à barbárie, o capitalismo está conseguindo fazer com que parcelas significativas de nosso povo já estejam vivendo na carne e nos

ossos essa experiência aterradora.

Para fugir dessa dualidade, vários pensadores esforçam-se por demonstrar que precisamos aceitar o fim das ideologias, o fim das polarizações, o fim da dicotomia esquerda x direita. A democracia, sem adjetivos, em sua radicalidade, seria capaz de evitar essas disjunções irreconciliáveis. Infelizmente, para eles e para todos nós, os números e os dados frios da realidade apontam para situações bipolares de miséria e riqueza, de escassez e opulência, de expropriação e concentração, situações que se tornam cada vez mais excludentes por força da lógica perversa do funcionamento do sistema vigente. Infelizmente, é a própria burguesia que a toda hora nos faz lembrar de sua existência como classe exploradora e expropriadora e da existência dos trabalhadores e marginalizados como classes exploradas e expropriadas. É ela que a todo momento apela para nosso espírito altruista e de desprendimento em relação à riqueza e ao poder, mas é incapaz de abrir mão, o mínimo que seja, de seus privilégios econômicos, sociais e políticos.

A democracia, então, é fundamental não porque amaine ou dissolva essas disjunções e polarizações, mas porque permite ao lado de cá, dos expropriados e marginalizados, lutar por suas aspirações, ampliar seu círculo de influência, disputar a hegemonia e o poder com os mesmos direitos da burguesia e não como se fossemos criminosos tentando arrancar o doce da boca da criança.

Bem que a burguesia se esforça para parecer o bebê indefeso. Quanto mais radical for a democracia, quanto mais amplo for o círculo de sua ação, quanto maior for a participação dos indivíduos como cidadãos plenos, mais claros e transparentes aparecerão as contradições, as polarizações, as ideologias, os campos políticos. E mais clara deverá aparecer a necessidade de liquidar privilégios e injustiças e forjar uma sociedade mais justa e mais solidária. Por tudo isso, a democracia radical só pode ser uma condição de luta, de resolução da dualidade, com a derrota da burguesia.

Pode ocorrer, ainda, que nenhuma daquelas duas hipóteses se concretize. Há a possibilidade de que nenhuma força consiga uma vitória esmagadora sobre as demais e que a situação de equilíbrio instável perdure por tempo indefinido. Isso, de qualquer maneira, deve continuar afundando o país no pântano da indecisão e nos conduzindo à barbárie por caminhos menos claros e definidos.

O que pretendo concluir daí é que o PT está diante de poucas opções, como frequentemente costuma acontecer com as forças políticas. Dos riscos, talvez o menor seja, paradoxalmente, vencer para tentar atender às expectativas e às aspirações de milhões de brasileiros que, objetivamente, só terão alguma chance de minorar seus sofrimentos se o PT e seus aliados executarem seu programa de reformas democráticas e populares.

Um parêntese

Alguns tremem só de ouvir falar em instabilidade política, confrontos e rupturas. Associam esses termos, automaticamente, a assaltos ao poder, violência revolucionária, luta armada e outras locuções que agora são tidas como aberrações e geradoras inevitáveis de autoritarismo. Por isso, sinto-me obrigado a abrir esse

parêntese para evitar certas interpretações apressadas.

Não comungo da idéia de que toda violência seja geradora de autoritarismo. Por essa lógica, não poderia existir no mundo nenhum país democrático, já que todos sofreram processos históricos violentos, uns mais, outros menos. Entretanto, considero que a violência só deve partir dos trabalhadores como resposta ou reação. Em outras palavras, a bandeira da disputa pacífica — que inclui as greves, as manifestações de rua e outras formas de confrontos e mobilizações massivas — pela conquista do poder pelos trabalhadores, através das regras de jogo estabelecidas pela própria burguesia, deve ser nossa. Se as classes dominantes romperem essas regras, colocarem a nu, com desfaçatez, a violência encoberta que praticam no cotidiano, nessas circunstâncias os trabalhadores poderão ser obrigados a responder à violência com a violência. E isso pode ocorrer, como frequentemente ocorre, independentemente da vontade e da orientação dos partidos de esquerda.

Um esclarecimento a mais: quando falo em trabalhadores respondendo à violência, refiro-me a grandes massas em movimento e não a grupos vanguardistas que pensam expressar os sentimentos e a vontade dos trabalhadores. Dito isso, é preciso compreender os confrontos e rupturas dentro da mesma lógica. Nem todos os confrontos e rupturas descambam para a violência armada. A prática histórica da luta popular e operária tem sido a de reivindicar, tentar negociar, esgotar todos ou quase todos os recursos de pressão negociadora antes de partir para algum tipo de confronto. A burguesia e o Estado sempre alegam que os trabalhadores romperam intempestivamente as negociações, procurando responsabilizá-los pelo confronto. Embora isso às vezes possa ocorrer, a regra geral tem sido a de partir para o confronto em virtude de se chocarem com uma burguesia impermeável a concessões! Só as faz quando se vê forçada.

Ora, se isso é verdade em relação às reivindicações e aspirações do cotidiano, quem garante que a burguesia amadureceu a ponto de aceitar reformas que devem, inevitavelmente — se queremos mudar o quadro social brasileiro —, tocar em muitos de seus privilégios? Quem garante que, apesar de mobilizarmos todo o arsenal possível de pressão, a burguesia não obrigará o povo a confrontos perigosos, mesmo que não-armados, antes de entregar anéis e penduricalhos?

Cada confronto desses pode ou não significar uma ruptura na ordem vigente. Se a batalha da reforma agrária for vencida pelos trabalhadores, mesmo que a terra produtiva dos empresários agrícolas não seja tocada, isso representará uma ruptura importante no sistema de monopólio territorial. Se os recursos do Estado brasileiro forem direcionados para financiar os pequenos e médios produtores rurais e formar poderosos estoques reguladores, pode-se conseguir as condições básicas para golpear economicamente os oligopólios do setor alimentício. Será outra ruptura importante e um passo decisivo para eliminar a inflação. Nesse sentido, cada uma das reformas democráticas e populares a serem introduzidas na sociedade brasileira para retirá-la da crise em que está afundada pode representar uma ruptura econômica ou social.

Nada pode ser mais ilusório do que supor que seja possível realizar essas reformas por consenso. Por mais esmagadora que possa ser a vitória eleitoral da

candidatura Lula, respaldada por um amplo arco de alianças, a execução do programa de reformas terá que mexer com os privilégios dos setores tradicionalmente dominantes da sociedade brasileira, mesmo que essas reformas sejam, como tendem a ser, eminentemente democráticas, de modernização democrática do capitalismo.

É de supor, como consequência, que confrontos e rupturas deverão contribuir para um clima de constante instabilidade política e de difícil governabilidade, pelo menos durante o período de mudanças e de superação da crise, por mais que a democracia seja radicalizada. Conscientes dessas armadilhas que a situação brasileira nos reserva, e das opções nada agradáveis que temos pela frente, talvez o mais acertado seja nos prepararmos para vencer em condições de enfrentar tempestades. Além de exorcizar aqueles medos que têm tornado ambíguas várias posturas políticas do PT, seria conveniente elaborar um novo programa de governo, definir com mais nitidez nossa política de alianças, procurando ampliá-la sem descaracterizar o caráter democrático popular do programa, reposicionar nossa tática de oposição frente ao governo Itamar, preparar nossa campanha presidencial tendo como eixo central uma campanha de grandes massas, procurar contrapor à agenda liberal uma agenda de mobilização social e realizar um intenso trabalho de contatos internacionais com vistas a criar, pelo menos, um clima de neutralidade em relação às mudanças que devemos introduzir no Brasil.

Itamar, Itamar

O plebiscito em torno da forma e do sistema de governo está embaralhando as cartas das alianças e das atitudes frente ao governo Itamar. Mas, paradoxalmente, seus resultados devem acelerar as definições. A postura diante do governo Itamar vai se tornar o centro da tática de todas as forças políticas. Aliás, a nítida perspectiva de vitória da República e do presidencialismo precipitou as coisas mesmo antes do 21 de abril, levando o PDT a romper com o governo e fazendo com que o PSDB mais uma vez se veja às voltas com suas indecisões.

Essa é a consequência natural das ambiguidades e do amorfismo que assaltou o governo Itamar. Tomando a bandeira da estabilidade política como o mel capaz de atrair a esquerda, Itamar conseguiu abrir canais bastante largos de diálogo com esse setor político, à medida que verbalizou fortemente seu inconformismo com a miséria, com a ação dos oligopólios e com outros problemas crônicos da sociedade brasileira. Por esse caminho, conseguiu enfeitar seu ministério com presenças marcantes da esquerda e da centro-esquerda e criar uma expectativa favorável em áreas propensas a acreditar na boa vontade dos homens públicos, esquecendo-se do seu passado e dos interesses a que estão ligados.

Por outro lado, Itamar colocou nos postos chaves do poder homens ligados ao conservadorismo e ao neoliberalismo, na prática realizou concessões reais aos oligopólios e suas preocupações com a miséria e demais questões sociais ainda não conseguiram transbordar das comissões que mandou formar.

Sob mil pretextos, os diversos escalões do governo continuam dominados pela máquina montada por Collor e, de concreto, continua sendo levado a cabo o programa modernizante do príncipe das elites. A cada dia que passa, o governo Itamar se parece mais com o governo Sarney na inoperância para resolver os problemas que realmente afetam toda a sociedade, com o agravante de que é o programa collorido que se encontra em execução.

Um rumo desse tipo só pode levar a um fim melancólico, na melhor das hipóteses no estilo Sarney. A direita se deu conta disso desde o início e não vacilou em declarar-se na oposição, para extrair dividendos a serem usados em 94. Nem mesmo a nomeação de um homem de sua inteira confiança, como Eliseu Resende, fez com que mudasse de posição. A direita está segura de que o frentão ambíguo que Itamar procura montar, sem programa definido de governo, dificilmente será capaz de enfrentar a crise. O que sobre é a disputa de 1994 e ele procura estar preparada para enfrentá-la.

A esquerda, porém, e o PT em particular, titubearam. Uma parte embarcou com armas e bagagens no barco de Itamar e muitos ainda não se deram conta de que navegam numa nau sem rumo. Acreditam sinceramente que estão fazendo o melhor pelo país e pela manutenção da estabilidade e da governabilidade e confundem isso com a manutenção da democracia. Outra parte ficou na dúvida entre ser ou não ser oposição, acabando por marcar nossa postura também com a marca da ambiguidade.

O PT precisa dar por encerrado seu momento de indecisão. Pouco adianta reconhecer que Itamar não é igual a Collor, que fomos co-responsáveis pelo impeachment e que o governo do vice é cheio de contradições. O que interessa reconhecer é que a natureza das contradições que envolvem o governo Itamar o tornam incapaz de solucionar a crise brasileira em benefício da maioria da população. Comprometer o PT com um governo desse tipo significa colocar em risco nosso compromisso com os trabalhadores e com a maioria do povo e, assim, colocar em risco o próprio futuro político do PT. O que significa, entre outras coisas, deixar o PT e Lula fora da disputa presidencial de 1994.

O que precisamos é denunciar a preponderância da direita nos postos-chaves do governo Itamar; denunciar a prática de fazer concessões aos oligopólios, apesar das diatribes verbais contra a indústria farmacêutica e outras; denunciar a ineficiência governamental em atender a merenda escolar, em impedir o alastramento das epidemias, em impedir o mínimo que seja o alastramento da fome e da miséria.

É evidente que o PT não pode ser somente um partido de oposição, de denúncias, do não. O partido precisa apresentar um programa para tirar o país da crise, um conjunto de propostas capazes de criar uma vontade nacional, de mobilizar os milhões de cidadãos e marginalizados deste país para alcançar o objetivo comum de suplantar a miséria e começar a viver uma vida mais digna. Mas apresentar um programa desse tipo ao governo Itamar, na suposição de que ele seja capaz de implementá-lo é uma doce ingenuidade. O Programa de Segurança Alimentar, entregue por Lula ao presidente Itamar, como contribuição do PT à luta contra a miséria, dificilmente sairá dos meandros burocráticos das

comissões formadas para implementá-lo. Por maiores que sejam os esforços dos bem intencionados envolvidos na tarefa. O problema não consiste em que só o PT seja capaz de aplicar um plano dessa envergadura, que exige reformas estruturais. Um governo democrático popular, do qual o PT faça parte, que tenha sido estruturado com base num programa que contemple as reformas necessárias, certamente estará capacitado para efetivar as medidas de superação da miséria no Brasil. O problema consiste em que a natureza do governo Itamar não o capacita para a mesma tarefa.

Em consequência, deveríamos traçar uma tática mais firme de oposição ao governo Itamar, diferenciando-nos da oposição de direita justamente no caráter de nossas propostas democrático populares.

Pressupostos de um programa

A campanha eleitoral de 1989 forneceu ao PT uma valiosa experiência no processo de elaboração de seu Programa de Ação de Governo. Hoje, olhando para trás, após atravessar o vendaval do programa neoliberal colhido e comprovar o agravamento de todos os problemas econômicos e sociais do país, é possível reconhecer que aquele programa não passava de uma boa carta de intenções.

Evidentemente, é possível resgatar o método democrático de elaboração e uma série de itens importantes que apontavam para a solução da crise. Com a experiência acumulada, podemos afirmar a necessidade de elaborar um programa de governo não somente para ganhar as eleições, mas fundamentalmente para tirar o Brasil da crise, para acabar com a fome e a miséria, para criar uma nova perspectiva para nosso povo.

Entre os pressupostos do programa daquela época, que convém resgatar com mais força, destaca-se a necessidade de tomar o programa de governo como base para as alianças que o PT deve construir. Em outras palavras, nosso programa de governo deve preocupar-se com a necessidade de manter uma ampla base de apoio social e político para as mudanças e medidas que pretende implantar.

Nesse sentido, o programa deve preocupar-se em atender, prioritariamente, às aspirações dos setores e segmentos sociais que constituem a esmagadora maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias e os pequenos e médios empresários. Esses setores podem transformar-se numa força imbatível, se forem unificados em torno dos pontos que são nevrálgicos para a solução da crise brasileira. Dentro dessa visão, é essencial que a ação do governo democrático popular esteja voltada para manter esses setores como sua base fundamental de sustentação.

Em outros termos, falando a partir de uma postura negativa, o programa deveria evitar atingir interesses daqueles setores e segmentos. Isso significa que, mesmo alguns de seus interesses corporativistas não deverão ser atacados pelo programa, embora sejam atrasados e perniciosos. Correríamos o risco de jogar um ou vários desses setores no campo adversário. Nosso programa deveria

centrar fogo em romper os privilégios e atacar os interesses daqueles que detêm a chave para a solução dos problemas mais agudos da sociedade brasileira: os oligopólios, cartéis, latifúndios e conglomerados financeiros.

Bem vistas as coisas, não é difícil detectar que segmentos dos trabalhadores e das classes médias conquistaram vantagens relativas que se cristalizaram como interesses corporativistas. Quando a direita ataca os funcionários públicos e os funcionários das estatais, é lógico que ela estende maldosamente a todos eles as vantagens que alguns conquistaram, a fim de levar a opinião pública a aceitar o desmonte do Estado e a alienação do patrimônio público, além de fazer crer que aí reside a causa dos problemas do Brasil. Ela parte de dados reais, mas parciais, procurando desviar a nossa pontaria dos alvos que verdadeiramente devem ser atingidos.

Se somarmos todos os privilégios que porventura alguns segmentos dos trabalhadores e das classes médias tenham conquistado, tal soma nem de longe pode ser comparada aos privilégios que os oligopólios, cartéis, latifúndios e conglomerados financeiros detêm. Os principais responsáveis pelos desajustes da economia e pela dívida social brasileira são esses setores dominantes. Foram eles que imprimiram ao Brasil a modernização conservadora que resultou na enorme dívida externa de mais de 100 bilhões de dólares, no crescimento desmesurado do Estado e de sua dívida interna, na expropriação desenfreada de milhões e milhões de pequenos e médios agricultores e sua transformação em mais de 30 milhões de indigentes urbanos. É fundamentalmente a eles que se deve o fracasso de praticamente todos os planos e programas anti-inflacionários, a elevação constante do custo de vida, a prática de preços administrados acima da inflação, as pressões sobre o Estado para a obtenção de privilégios fiscais e outros, a obtenção de lucros extraordinários, independentemente da crise inflacionária e/ou recessiva, a concentração cada vez mais intensa de capital e das terras.

Tendo isso em conta, deveríamos ter uma política transparente em relação aos empresários. Evidentemente, a maioria não se enquadra no grupo dos oligopólios, cartéis, latifúndios e conglomerados financeiros. Nesse sentido, deveríamos então tentar neutralizar ou ganhar uma parte dessa maioria para o programa democrático popular, considerando que sua atividade econômica ainda pode ser útil para o crescimento brasileiro. Mas devemos, ao mesmo tempo, ser publicamente claros de que não consideramos possível resolver a crise brasileira sem cortar os privilégios daqueles setores minoritários e dominantes.

A crise brasileira não poderá ser superada se os privilégios dos oligopólios, dos latifúndios e dos conglomerados financeiros não forem rompidos. Por isso mesmo, outro pressuposto deveria ser a consciência clara de que esses setores, por mais minoritários que sejam, possuem poder econômico e político, possuem influência sobre a opinião pública, mantém relações com os mais diferentes setores sociais. E vão se aproveitar dessas vantagens para resistir ao máximo, para sabotar o Programa de Ação do governo democrático popular e impedir sua execução. Vão fazer, aliás, o mesmo que fizeram toda vez que seus privilégios foram ameaçados, mesmo de leve.

Por isso seria ilusão supor a possibilidade de conformar uma união

nacional para tirar o Brasil da crise, com a adesão de todo o empresariado a um governo democrático popular, do mesmo modo que seria estreiteza política considerar que todo o empresariado se colocará contra nosso governo. É correto buscar o apoio de uma parte do empresariado, mas não se pode perder de vista que teremos que nos chocar justamente contra a parte dominante. Nessas condições, a busca desse apoio deverá ser transparente, de tal modo que a maioria dos setores sociais que pretendemos representar e beneficiar não se confunda com as nossas ações junto aos empresários. Mesmo porque a resistência dos setores dominantes só poderá ser superada se a base social de apoio do governo não somente for mantida, mas também mobilizada de forma efetiva para dar suporte às mudanças. Embora toda e qualquer mudança deve estar embasada em certa viabilidade técnica, é no campo político que elas podem ser realmente resolvidas. E nesse campo, as conquistas democráticas e populares só são efetivadas quando contam com a pressão da mobilização massiva, com a mobilização de milhões de interessados em sua execução. O que, por sua vez, só é possível se houver clareza dos inimigos e dos motivos contra os quais esses milhões devem mobilizar-se.

Um programa para tirar o país da crise

A compreensão desses pressupostos deveria nos levar a elaborar um programa que contivesse as principais medidas e mudanças necessárias para tirar o país da crise. As grandes massas da população devem identificar Lula e o Programa de Ação do governo com suas aspirações e expectativas. Ao mesmo tempo, devemos nos comprometer com as mudanças que são politicamente capazes de efetivação.

Não pretendemos tratar todas aqui. Mas há algumas que merecem destaque e um debate mais intenso. Por exemplo, já nos referimos à importância da democracia, do aumento da participação popular nos negócios públicos, da criação de novos e maiores mecanismos de participação da sociedade civil nos assuntos políticos. Isso é essencial para o processo de mobilização social.

As mudanças que almejamos só poderão ser concretizadas se os direitos democráticos forem ampliados, se a população tiver condições de se mobilizar e pressionar efetivamente e se as instituições sociais e políticas forem permeáveis à pressão popular. A bandeira democrática não é nem pode ser, assim, uma simples declaração de intenções ou algo secundário de nosso programa.⁴ A democracia é essencial para a concretização de todos os pontos do Programa de Ação do governo democrático popular.

Se isso é verdade, não menos verdadeiro é o fato de que a maioria da população só se mobilizará se sentir que o governo democrático popular está adotando medidas eficazes para resolver os problemas da fome, do emprego, do custo de vida e do bem-estar da população. A burguesia, em geral, defende o ponto de vista de que primeiro é preciso resolver o problema da inflação, fazer a renda global crescer e aumentar a eficiência da economia para, só então, resolver os demais problemas. De certa maneira, conseguiu impingir à sociedade

que essa deveria ser a pauta de solução da crise brasileira.

É certo que hoje, além da miséria, desemprego, produtos caros e outras mazelas que infernizam a vida da população, temos que enfrentar também as consequências da inflação, a ineficiência tecnológica e a estagnação da renda global. Entretanto, nossa própria história já demonstrou que a burguesia é bem capaz de conseguir controlar a inflação, elevar a eficiência tecnológica e fazer crescer o produto interno bruto, sem mudar em nada a situação de fome e desemprego, por exemplo. Ao contrário, em certas circunstâncias, pode até piorá-la. Por isso, entre outras coisas, nossas medidas para dar solução a tais problemas não podem ter a mesma natureza das medidas propostas pela burguesia, mesmo que no horizonte imediato das mudanças que propomos, não conste a extinção ou desapropriação do capitalismo.

A lógica das medidas previstas em nosso programa deve consistir em atacar as causas da miséria e da inflação. Assim, por exemplo, se adotarmos uma série de medidas articuladas para elevar a produção, particularmente a produção agrícola e a produção de bens de consumo de massa, ampliando o mercado produtor e o mercado consumidor, estaremos avançando no caminho para romper com os oligopólios, baratear o custo de vida, ampliar a oferta de emprego, debelar a inflação e diminuir a miséria.

Essas medidas dizem respeito, principalmente, à realização da reforma agrária (acesso de mais de 10 milhões de lavradores à terra e à produção), à realização de uma verdadeira reforma agrícola (duplicar ou triplicar, num espaço de tempo relativamente curto, a produção agrícola, em particular a produção de grãos) e ao estímulo à economia informal (liberando-a dos encargos legais e fiscais por um par de anos e ajudando-a a expandir-se para atuar como grande absorvedora de mão-de-obra e produtora de bens de consumo de massa baratos).

Pode-se alegar que tais medidas são de natureza capitalista, que o capitalismo pode adotá-las e que elas não garantem que se rompa o domínio dos oligopólios sobre a economia e a sociedade brasileiras. Em parte isso é verdadeiro. A rigor, a reforma agrária visa ampliar o número de proprietários individuais da terra, o número de capitalistas agrícolas. É uma reforma capitalista democrática. Entretanto, no Brasil ela só pode ser realizada se pelo menos os latifúndios improdutivos forem desmembrados. Teoricamente, o aumento da produção também poderia ser realizada pelos atuais capitalistas agrários. Eles detêm quase todas as terras, principalmente as mais férteis. Possuem uma base técnica considerável, vivendo um intenso processo de verticalização agro-industrial. Têm acesso aos financiamentos com juros subsidiados dos bancos oficiais e são os maiores beneficiários da rede de assistência técnica governamental e particular. Apesar disso tudo, a produção agrícola brasileira não consegue há vários anos superar a casa das 70 milhões de toneladas.

A maior parte das terras agricultáveis serve somente para reserva de valor. Grande parte dos financiamentos é desviada para outros fins. A produção comercial está quase inteiramente voltada para o mercado externo e a parte que sobra para o mercado interno é cara, elevando o custo da força de trabalho. Tão ou mais grave do que o monopólio da terra, é o oligopólio exercido por algumas

poucas empresas gigantescas sobre a comercialização agrícola. Nessas condições, são essas empresas que determinam, afinal das contas, o que e quanto produzir, assim como os preços. Para reverter essa situação, é necessário liquidar, em primeiro lugar, o monopólio da terra, através da desapropriação das terras agricultáveis não utilizadas ou improdutivas. Isso dará condições de acesso à terra a milhões de pequenos e médios lavradores, causando uma verdadeira reviravolta na produção de alimentos para o mercado interno. Desde que, é lógico, haja financiamento, assistência técnica e garantia de preços a esses pequenos e médios agricultores, ajudando a modificar o perfil da produção agrícola e dos preços dos alimentos, contribuindo de forma decisiva para a retomada do crescimento de toda a economia. Mas é preciso, também, manter e ampliar a atual base técnica de produtos de exportação, aumentando a participação do Brasil no mercado mundial.

É lógico que esses resultados não poderão ser alcançados se permanecer o atual sistema oligopolizado de comercialização. Será imprescindível detonar esse sistema, combinando meios econômicos e administrativos comandados pelo Estado. Este, através de mecanismos apropriados, deve capacitar-se para adquirir a produção dos pequenos e médios lavradores e utilizá-la como estoque regulador para impedir a especulação e os preços de oligopólios. Além dessa ação no terreno econômico, os oligopólios devem ser enquadrados numa legislação dura contra o abuso de poder econômico.

Idêntico tipo de observações cabe para a economia informal. Ela é, atualmente, responsável por uma parcela considerável de empregos, pela produção de grande parte dos artigos de consumo de massa e pela comercialização de uma gama considerável de mercadorias a preços mais baixos do que no mercado formal. Produz e comercializa, entretanto, na clandestinidade ou na semiclandestinidade, vivendo à mercê de mafias "protetoras" formadas por policiais, fiscais do governo e outros elementos do submundo social. Não são poucos os médios e grandes comerciantes que se aproveitam da economia informal para sonegar impostos e elevar seus lucros. Os pequenos e médios capitalistas que estão mergulhados nesse tipo de economia, por outro lado, aproveitam-se de sua situação irregular para explorar impiedosamente sua mão-de-obra, que não tem carteira assinada, percebe salários inferiores e não goza de qualquer tipo de direitos garantidos ao trabalhador.

Liberar a atual economia informal brasileira dos pesos que a fizeram submergir na clandestinidade, liberando-a de encargos legais e fiscais por um certo período e estimulando sua expansão, poderia elevar substancialmente a taxa de empregos e a produção e comercialização de bens de consumo de massa a custos menores. Atuando economicamente através de financiamentos, assistência técnica, incentivos fiscais e mecanismos para facilitar a parceria de micros e pequenas empresas com médias e grandes empresas, o Estado poderia estimular a legalização dos diferentes segmentos da economia informal e garantir os direitos adquiridos dos trabalhadores.

Com reformas desse tipo, de largo alcance, de certo modo subvertemos a lógica de resolução dos problemas mais agudos da crise brasileira. A inflação

deixa de ser atacada pela ótica exclusiva da moeda (deficit, juros, reservas etc.) e passa a ser combatida a partir da ampliação dos mercados produtor e consumidor. Evidentemente, será indispensável fazer acompanhar essa ampliação com adequadas políticas tributária, cambial e de juros e manter os gastos governamentais dentro de parâmetros que impeçam desequilíbrios orçamentários. Porém, ao contrário das tentativas para solucionar a inflação por meio de medidas recessivas, com reformas desse tipo o país abre as comportas para elevar a produção de artigos que são marginais na atual matriz produtiva nacional, mas essenciais para a vida da grande maioria da população. Se formos capazes de conter a ação dos oligopólios, estaremos criando condições não só para reduzir o desemprego, baixar o custo de vida e golpear a inflação, mas também para iniciar um novo processo de crescimento econômico sustentado.

É natural que o papel do Estado nesse processo deva ser equacionado de forma clara. O Estado brasileiro tornou-se um monstro deformado porque foi adaptado pelas classes dominantes para dar-lhes o suporte que necessitavam para realizar a industrialização. O estatismo brasileiro só em parte é fruto das lutas do povo e dos esforços da esquerda, como é o caso da Petrobrás. Na maioria dos outros casos, obedeceu à lógica da privatização da máquina estatal por grandes grupos econômicos. As ferrovias, a distribuição de energia elétrica e muitos outros setores econômicos foram estatizados porque isso correspondia aos interesses do capitalismo. O Estado brasileiro ergueu a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento capitalista e foi obrigado, durante muito tempo, a injetar recursos em empresas privadas.

A privatização do Estado brasileiro permitiu à burguesia concentrar riquezas incomensuráveis, enquanto levava esse mesmo Estado à falência. O atual processo de desestatização é uma continuidade, com sinais trocados, de privatização anterior. Isso ocorre num momento particularmente sensível da reorganização do capitalismo como sistema global multipolarizado. A burguesia brasileira procura aproveitar-se da incontestada necessidade de reformar o Estado brasileiro e redefinir seu papel em relação à economia e às questões sociais, para redesenhar a situação do Brasil na economia mundial, tendo como moeda de barganha o patrimônio público em processo de alienação.

Ninguém duvida da necessidade de reformar o Estado. Ele necessita ser desprivatizado, tanto no sentido de deixar de ser um cartório de grandes grupos econômicos, quanto no sentido de que precisa se livrar de uma série de empresas e negócios que lhe foram impostos pela burguesia e que lhe dão prejuízos ou não são estrategicamente importantes. O Estado pode e deve ser proprietário de setores econômicos e militarmente importantes (fibras óticas, indústria espacial, robótica etc.), de forma total ou em parceria com cooperativas ou com o capital privado. Por outro lado, empresas e negócios não estratégicos poderiam ser vendidos para o setor privado ou para cooperativas de trabalhadores, por preços compatíveis. Os recursos aí obtidos poderiam ser empregados para recuperar a capacidade de investimento do poder público, inclusive para facilitar as negociações de recompra de parte da dívida interna e alongamento do restante.

Um programa de reforma democrática popular do Estado brasileiro,

porém, incluindo processos de alienação ou privatização de parte do patrimônio atualmente em mãos do Estado, deve ser de natureza diferente do atual programa de reforma do Estado e de privatização, gerado no governo Collor. Em primeiro lugar, porque o programa neoliberal pretendia e pretende desmantelar o Estado, tornando-o incapaz de interferir na economia. Em segundo lugar, porque o programa neoliberal pretendia e pretende privatizar todas as empresas estatais, independentemente de serem estratégicas ou não. Em terceiro lugar, porque o programa neoliberal inclui a injeção de recursos bilionários para a revitalização das empresas em processo de alienação e sua venda em geral por preços bem abaixo de seu valor real. Em quarto lugar, porque os recursos obtidos com as privatizações não possuem uma destinação transparente.

O programa de reforma do Estado patrocinado pelo governo democrático popular, ao contrário, deve revitalizá-lo como instrumento eficiente de regulação econômica; deve possuir um processo transparente de desprivatização, colocando a nu os mecanismos de aproveitamento do Estado pelos diversos cartórios privados; deve abrir um amplo debate sobre os projetos de alienação ou privatização de empresas estatais, incluindo sua importância estratégica, seus valores, a destinação dos recursos obtidos e outras questões correlatas. Além disso, os projetos de privatização podem e devem estimular e facilitar a participação acionária dos trabalhadores, inclusive de forma majoritária, no patrimônio e na gestão das empresas alienadas.

Afora isso, o Estado brasileiro precisa abrir-se a um controle social mais intenso, seja democratizando a participação dos funcionários e da sociedade na gestão das empresas estatais, seja estimulando a criação de mecanismos de controle da sociedade civil sobre o conjunto dos órgãos do Estado. Somente dessa forma o Estado poderá estimular, em contrapartida, o controle social sobre as atividades privadas, melhorando a eficiência de seus mecanismos de fiscalização e combatendo com eficácia suas naturais tendências burocráticas.

Coucentrando suas atividades econômicas nos setores estratégicos, o Estado poderá dedicar-se mais racionalmente a realizar um planejamento macroeconômico e macrosocial que leve em conta as condições reais do país e a necessidade de combinar o desenvolvimento tecnológico de ponta, na prática poupador de mão-de-obra, com tecnologias intensivas de trabalho, que permitam combater o desemprego. Esse não é um caminho fácil, mas é uma das poucas opções para continuar desenvolvendo o país com custos sociais suportáveis. Por mais que o Estado possa recuperar sua capacidade de investir em educação, saúde, saneamento básico e em outras áreas sociais, isso de pouco adiantará se a maior parte da população continuar alijada da vida econômica e desprovida das condições mínimas que possam caracterizá-la como população formada por cidadãos.

As reformas agrária e agrícola e a liberação da economia informal poderão desempenhar um importante papel no desenvolvimento das atividades intensivas de mão-de-obra. Mas elas não resolvem o problema do desenvolvimento tecnológico nem da competição internacional. Precisamos ter em conta que nenhum país, nos dias de hoje, consegue se desenvolver de

forma sustentada se se fechar em si mesmo, autarquicamente. É fundamental estar inserido na economia mundial, aproveitar os aportes tecnológicos feitos por outros países e combiná-los com o próprio esforço para não permanecer atrasado. É verdade que essa inserção contém riscos de toda ordem. O problema é que sem dar esse passo, corremos o perigo de ver aumentar o fosso tecnológico que separa o Brasil dos países desenvolvidos, teremos dificuldades de ampliar as exportações, enfrentaremos distorções crescentes nos preços praticados aqui em relação aos dos países mais avançados e nos arriscamos a mergulhar no funil da escassez.

* A bandeira collorida de inserção no Primeiro Mundo tinha a simpatia de largas parcelas da população justamente porque aparentava abrir para o povo brasileiro aquelas perspectivas. Sabemos muito bem que a política de modernização colocada em prática por Collor (e ainda hoje tentada por Itamar), em vez de elevar o Brasil ao patamar do Primeiro Mundo, tendia (e tende) a transformá-lo em simples caudatário da vontade e das políticas dos países capitalistas desenvolvidos.

Isso não significa, entretanto, que devamos nos fechar e tentar seguir um caminho isolado. No passado havia forças que supunham isto possível, mas a experiência histórica se encarregou de mostrar que tal caminho acaba por levar a um beco sem saída, mesmo que se consigam êxitos durante algum tempo. A opção que resta, então, é definir *como* se inserir soberanamente na economia mundial.

Para isso, o Brasil precisará combinar uma boa dose de abertura ao exterior, o que inclui a possibilidade de investimentos estrangeiros de risco no país e a importação de tecnologias de ponta, com uma política de estímulo aos ramos estratégicos da economia nacional, o que compreende a conformação de uma indústria e de serviços capazes de competir em eficiência e preços no mercado internacional. Esse é um dos maiores desafios colocados pelo processo de globalização da economia. Ele obriga os países a participar da corrida tecnológica de forma soberana ou a sucumbir, por omissão ou capitulação, ante a esmagadora superioridade dos países tecnologicamente desenvolvidos. A sabedora nessa disputa está em aproveitar os interesses convergentes na base de trocas equivalentes e escapar do círculo perverso da modernização capitalista neoliberal.

Esta só avança às custas do aumento progressivo da marginalização da força de trabalho. Com as possibilidades de expansão da pequena economia agrícola, da economia informal e de outras atividades intensivas em trabalho, poderemos evitar por um largo período esse tipo de marginalização, ao mesmo tempo que incentivamos o desenvolvimento tecnológico. Mas teremos que criar as condições para um amplo programa futuro de redução da jornada do trabalho, que impeça o desemprego massivo.

A discussão dessas diretrizes, que podem efetivamente tirar o Brasil da crise e eliminar a miséria, devem resultar no Programa de Ação do governo Lula. E não se pode esquecer que esse programa deve conter, ainda, uma forte carga de simbolismo para a maioria da população. O Programa de Ação do governo

democrático popular deve criar uma vontade e uma coesão nacionais de tal ordem, que sejam capazes não só de garantir a vitória eleitoral, como também permitir as condições políticas para sua execução efetiva. Em outras palavras, nosso programa deve conter tanto os elementos para a estratégia de campanha, com vistas a mobilizar grandes massas, quanto os elementos para a estratégia de execução das mudanças ansiadas pelo país.

E o socialismo, cadê o socialismo?

Alguém pode perguntar, com razão, por que vamos nos esforçar tanto para conquistar o governo e aplicar o programa democrático popular se, afinal das contas, todas as mudanças propostas visam, no máximo, modernizar o capitalismo no sentido democrático? Esse programa não conteria uma contradição insanável em relação ao programa de transformações socialistas preconizado pelo PT?

Essas perguntas também são procedentes e deveríamos tentar respondê-las sem subterfúgios. Mentiríamos para nós mesmos se caíssemos na ilusão de que a conquista do governo, através da eleição de Lula presidente, representará o início da construção do socialismo. Não seria uma mentira muito diferente da suposição daqueles que consideram que já vivemos numa democracia por termos conquistado eleições diretas, liberdade de organização partidária e liberdade de imprensa. A experiência tem mostrado que o processo de construção do socialismo e da democracia é muito mais complexo do que imaginavam certas visões românticas comuns entre nós.

Ainda prevalece em certos meios petistas a idéia de que, seguindo um chamado caminho revolucionário de tomada do poder pelos trabalhadores, seria possível, de imediato, expropriar os expropriadores e socializar a propriedade dos meios de produção e comercialização, constituindo assim as bases para a construção plena do socialismo. Depois das tentativas de construção do socialismo nos últimos 70 anos, está evidente que a situação não é tão simples assim. Em primeiro lugar, mesmo que os trabalhadores sejam obrigados a trilhar um dos diversos caminhos revolucionários possíveis, não deverão expropriar todas as propriedades nem socializar (e muito menos estatizar) todos os meios de produção. A absolutização da propriedade estatal tem representado um engessamento, a médio e mesmo a curto prazo, da economia e das relações sociais. O mais adequado é colocar os setores estratégicos sobre propriedade social (estatal ou cooperativa) e permitir que os demais setores evoluam mais ou menos livremente, por um largo período, sob diferentes formas de propriedade.

Diferentes regimes de propriedade (o que deve compreender também, diferentes regimes de gestão econômica), demandam a continuação da existência do mercado, com muitas das mazelas que o mercado capitalista carrega consigo. O Estado, através do planejamento e de suas empresas, pode regular o mercado, reduzindo suas principais distorções, mas não pode eliminá-los de todo, pelo menos por um longo período. Uma das consequências é que não é possível construir o socialismo estabelecendo-se de imediato o igualitarismo. Muitas

desigualdades econômicas e sociais deverão permanecer por um tempo relativamente longo, mesmo que em patamares diferentes dos atuais.

Evidentemente, se falarmos em sentido positivo, o socialismo pode representar a ampliação da propriedade social, uma maior democratização da propriedade; a diminuição da anarquia do mercado capitalista, com a redução de suas distorções econômicas e sociais; o desenvolvimento das forças produtivas sociais, com sua colocação a serviço da melhoria do bem-estar dos trabalhadores e da população; a redução das desigualdades econômicas e sociais; a transformação da população marginalizada numa população com direitos de cidadania e, portanto, com maiores condições de exercer a democracia. Entretanto, superar todas as desigualdades e injustiças historicamente acumuladas vai exigir que a construção do socialismo atravesse diversas fases, realize idas e vindas e siga um caminho que dificilmente será retilíneo.

Ora, se isso deve ser verdade para a construção do socialismo a partir de uma conquista revolucionária do poder, muito mais complexos deverão ser os esforços de construção socialista a partir de uma possível conquista do governo central por meios eleitorais. E, queiramos ou não, é disso que estamos tratando agora: da possibilidade real do PT chegar ao governo do Brasil através da vitória de Lula na campanha presidencial. Por uma conjugação de fatores, a história colocou a esquerda brasileira e o PT, em particular, diante da possibilidade de chegar ao governo central, dentro das regras estabelecidas pela própria burguesia. Essa oportunidade surgiu em 1989 e, embora com nuances importantes, parece repetir-se agora. Já comentamos que tentar fugir desse "destino" talvez represente um risco mais sério do que enfrentá-lo. Num quadro emoldurado por essa hipótese, como fica o nosso socialismo?

Uma vitória do Lula para presidente consistirá, sem dúvida, uma certa ruptura com a tradição, mas nem de longe representará qualquer ruptura na ordem jurídica instituída, ao contrário do que costuma ocorrer nas revoluções. Nessas condições, o PT terá que cumprir a Constituição vigente que, apesar de conter inúmeros avanços sociais e políticos, é um estatuto jurídico que consagra o sistema capitalista. Resta-nos o caminho de colocar em prática as conquistas democráticas e sociais, ampliar o máximo possível a cidadania, fazer experiências bem sucedidas de apropriação social através da democratização das empresas estatais e do apoio a empresas associativas e cooperativas, romper o domínio do monopólio da terra e dos oligopólios e criar novos mecanismos de redistribuição da renda, que conduzam à eliminação da miséria e das desigualdades mais gritantes.

Levar à prática o programa democrático popular e alcançar esses objetivos pode não representar ainda a construção efetiva do socialismo, mas constituirá um avanço nesse rumo, particularmente se as conquistas forem efetivadas através de poderosas mobilizações sociais que levem o povo brasileiro a descobrir, com a própria experiências, as vantagens do socialismo sobre o capitalismo.

O desencadeamento de um processo de rupturas no esquema de dominação da sociedade brasileira, a partir da vitória eleitoral da esquerda, pode ser um novo

caminho na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual. É lógico que a possibilidade de trilharmos esse caminho vai depender, em grande medida, também das atuais classes dominantes, de sua predisposição para ceder parte considerável de seus privilégios e acatar as regras democráticas que até então louvavam no discurso, mas desprezavam e transgrediam na prática.

Pode não ser um caminho linear e isento de perigos (se é que pode haver caminhos lineares e isentos de perigo), mas é certamente um desafio instigante, especialmente neste momento histórico em que há quem proclame a inviabilidade do projeto socialista. Se o povo brasileiro estiver disposto a tentá-lo com a vitória de Lula, por que deixar de correr o risco e enfrentar o desafio?

Carta aos delegados(as) da Articulação*

Em defesa da verdade

Pela primeira vez, a Articulação se apresenta dividida num encontro estadual: duas teses, duas chapas, dois candidatos a presidência.

De um lado estão os defensores da tese *Por um governo democrático e popular*, que lançaram no início do ano o *Manifesto A hora da verdade* e que defendem Arlindo Chinaglia para presidente estadual do PT. De outro lado, estão os signatários da tese *Unidade na Luta*.

Essa divisão criou a expectativa de que o 9º Encontro Estadual seria marcado pelo debate franco das divergências. Não é isso que está acontecendo.

Os mesmos companheiros que há menos de 60 dias propunham que o PT namorasse o governo Itamar, agora fazem discursos de inflamada oposição.

Os mesmos que defendiam uma política de alianças baseada em negociações eleitoreiras, agora disputam para ver quem ataca mais o PSDB.

Os mesmos "notáveis" que ainda ontem tentavam dirigir o partido através da imprensa, agora se apresentam como os campeões da democracia interna.

Os mesmos que hoje dizem defender a unidade da Articulação, ontem propunham formar uma tendência reunindo a Articulação com o Projeto para o Brasil, dos deputados José Genoíno e Eduardo Jorge, na conhecida **Operação Comodoro**.

Os mesmos que criticam a **Articulação Hora da Verdade** por buscar a unidade da esquerda petista, já consumaram um acordo político e eleitoral com a direita petista. Acobertam aqueles que defendiam a ida do Partido para o governo Itamar. Absorvem os que propunham aproximar nosso partido do governo Fleury. Protegem aqueles que chamaram a militância de burra, por ter optado maciçamente pelo presidencialismo. Defendem aqueles que querem levar o PT para a social-democracia.

Esta atitude dos que dirigem a Unidade na Luta está impedindo a discussão política no Encontro. Este jogo de cena, este oportunismo de palanque, destina-se a confundir os delegados e a garantir o controle da direção partidária.

Nós, militantes da Articulação, signatários da tese *Por um governo democrático e popular*, entendemos que a apresentação leal das divergências faz parte

* Esta carta foi distribuída aos delegados do 9º Encontro Estadual do PT-SP. Sua redação é de Candido Vaccarezza, presidente do Diretório Municipal PT-SP, Davi Capistrano, prefeito de Santos e Valter Pomar, da Executiva Estadual do PT-SP

da ética na política. Repudiamos os conchavos de que participa um pequeno número de dirigentes. Preferimos deixar claro o que pensamos.

Achamos que para dirigir a campanha Lula e a ação partidária, num momento em que a burguesia tenta desqualificar nosso partido e nosso candidato a presidente, é necessária uma direção firme, que recuse as ambiguidades e as vacilações.

Uma direção que busque atrair e dirigir nossos aliados, e não seguir a seu reboque. Uma direção que tenha a ousadia de proclamar a falência das elites dirigentes do país, a necessidade de reformas profundas, e que tenha a coragem de assumir os enfrentamentos que a mudança vai exigir de um governo democrático e popular.

Com base nesse programa e num partido democratizado, coerente e revitalizado, se tornará possível realizar uma campanha eleitoral de massas, um verdadeiro movimento por reformas estruturais, que ganhe milhões não apenas para votar mas principalmente para apoiar ativamente um governo comprometido com o fim do apartheid social e com a luta pelo socialismo.

Esses são os motivos pelos quais apresentamos nossa tese, nossa chapa, nossos candidatos. Evitando os acordos de cúpula, garantiremos que a decisão seja realmente dos delegados, das bases. Para que a unidade seja realmente construída na luta.

O melhor ainda está por vir*

A Hora da Verdade
depois do 8º Encontro Nacional do PT

1. A nova direção nacional do PT tem sob sua responsabilidade conduzir o partido nas disputas deste e do próximo ano, dirigir a campanha Lula 94 e enfrentar o quadro pós-eleitoral, que será, em qualquer caso, extremamente complexo.

2. O sucesso no cumprimento destas tarefas dependerá de uma série de fatores, entre os quais destacam-se: a reorganização partidária e a reconstrução de nossa capacidade dirigente; um salto de qualidade nos movimentos sociais; a sincronia entre nossa tática política e a ação das prefeituras e bancadas; um programa de governo, uma política de alianças e uma linha de campanha à altura dos desafios nacionais; e uma postura mais ofensiva e socialista na lta político-ideológica.

3. Desse ponto de vista, o 8º Encontro Nacional foi extremamente positivo, na medida que aprovou resoluções e elegeu uma direção comprometidas com o equacionamento, pela esquerda, de cada um destes elementos. Entretanto, o 8º Encontro deve ser considerado como *um primeiro passo* de um processo de resgate dos princípios partidários, que está longe de se concluir.

4. Com base nas resoluções do Encontro, nas posições conquistadas nos diversos níveis de direção e na injeção de ânimo que o *giro à esquerda* proporcionou à militância, o maior desafio da “nova maioria” partidária será transformar-se em “nova hegemonia”. Ou seja: Uma opção de esquerda deve ser capaz de exercer o papel que, especialmente a partir do 5º Encontro Nacional, foi cumprido pela antiga Articulação. Isso, em condições novas, substancialmente diferentes daquelas em que atuou a antiga Articulação: maioria nos estados, com menores diferenças políticas no interior do partido. Mais que isso: a velha Articulação foi dominante num período histórico marcado pelo surgimento e pela afirmação do PT, como partido de massas, acumulando forças na luta democrática e se credenciando como alternativa nacional. A velha Articulação foi hegemônica porque soube responder a contento aqueles desafios; e deixou de sê-lo na exata medida em que não conseguiu responder aos desafios do novo período histórico, em que o PT já se constitui como alternativa real, obrigado a uma postura mais ofensiva, mais radical, mais socialista e claramente dedicada a conquista e ao exercício do poder.

5. Transformar a nova maioria em nova hegemonia exige a combinação de três qualidades: elaboração política consistente, capacidade de direção e de

* Este texto foi escrito por Valter Pomar, a partir de um debate entre os membros do Diretório Nacional vinculados à Articulação de Esquerda. Colaboraram com sugestões Jorge Branco, da executiva estadual do PT gaúcho, e Candida Vaccarezza.

diálogo com o partido, os movimentos e a sociedade. Trata-se, portanto, de uma tarefa complexa.

6. Em primeiro lugar, a nova maioria surgida do Encontro é relativa (36,5%) e pouco orgânica. Mesmo seu núcleo central, constituído pela Articulação/Hora da Verdade, ainda tem que vencer uma etapa de consolidação de suas propostas e de seu perfil organizativo. Nesse sentido, é urgente reforçar o núcleo que está a frente da Executiva Nacional, consolidando um fórum permanente de consulta entre os integrantes da chapa.

7. Em segundo lugar, as resoluções do 8º Encontro são apenas as diretrizes de uma estratégia para o período. Ainda não constituem o sucedâneo, para o período atual, do que foram as resoluções do 5º Encontro Nacional, responsáveis em grande medida pelo crescimento e pelas vitórias políticas experimentadas pelo partido no período 87/89. Cumpre lembrar, entretanto, que esse caráter ainda preliminar das resoluções do Encontro Nacional deve-se não apenas às dificuldades do Partido (e nossas) em formular política de longo prazo. Pesou nisso, também, a postura dos setores majoritários do Unidade na Luta, que optaram por escamotear o debate de fundo.

8. O próximo Encontro Nacional, responsável por elaborar o Programa de Governo, a política de alianças e a tática da campanha Lula, é o espaço adequado para dar acabamento às nossas reflexões estratégicas. A formulação de uma estratégia para o período exigirá o resgate de uma das qualidades da velha Articulação: o método da elaboração coletiva, envolvendo o conjunto da militância e tomando, como ponto de partida, a difusão e o debate das resoluções do próprio Encontro Nacional. Exige ainda unificar os esforços do conjunto de setores que integram Uma opção de esquerda, um diálogo qualificado com o Na luta PT e setores de Unidade na Luta. Iniciativas concretas devem ser tomadas nesse sentido, como a constituição de um coletivo permanente de debate e a aprovação de um calendário comum de discussões.

9. Em terceiro lugar, convém ressaltar que a nova direção recebe o partido em condições críticas, tanto do ponto de vista operacional (faltam recursos financeiros e humanos) quanto político (dois anos de predomínio de uma concepção que valorizava os centros autônomos de poder, em detrimento das instâncias). Herança que constitui um fator de desgaste para a nova direção, que deve reverter o quadro com iniciativa política, capacidade de direção e sensibilidade democrática.

10. Em quarto lugar, é preciso reconhecer que a visibilidade e a experiência dos setores derrotados no 8º Encontro suplantam a dos setores vitoriosos. No último encontro nacional, não foi derrotada apenas a direita do partido, mas também o núcleo que dirigiu o PT durante os últimos 10 anos. Não foi, portanto, uma derrota da "direita" do partido, ainda que seja plenamente verdadeiro afirmar que as posições do chamado Projeto para o Brasil foram colocadas no seu devido lugar.

11. A derrota do antigo núcleo dirigente do Partido ocorreu porque, especialmente a partir do 1º Congresso, suas principais lideranças realizaram um giro à direita, aproximando-se estratégica e doutrinariamente das concepções do

chamado Projeto para o Brasil, posições estas que foram derrotadas ao longo do Congresso. Ao se afastar das posições da maioria da base partidária, aquelas lideranças perderam não apenas a capacidade de enfrentar a conjuntura política bastante complexa da era Collor. Perderam também, paulatinamente, a legitimidade de que dispunham, já bastante puída pelo inevitável desgaste de quem é maioria por longo tempo. Isso resultou, em 1993, numa impressionante seqüência de derrotas: na discussão sobre o governo Itamar, na eleição do líder da bancada, no plebiscito sobre sistema de governo, nos encontros partidários.

12. Uma conjunção de outros fatores concorreu para a derrota do antigo núcleo dirigente do Partido: o surgimento da Articulação/Hora da Verdade; a evolução da conjuntura política, que dificultou sobremaneira a defesa de teses moderadas; e o profundo desgaste político e orgânico experimentado pelo setor da Articulação majoritário na antiga executiva nacional.

13. Essa conjunção, por sua vez, inviabilizou dois desenlaces que teriam sido prejudiciais para o Partido: a vitória de uma aliança entre Unidade na Luta e Projeto para o Brasil, tentada já no 1º Congresso e, depois, com a conhecida Operação Comodoro; e uma chapa única da Articulação, escamoteando as divergências acumuladas ao longo de pelo menos dois anos, tal como era proposto pela setores de Unidade na Luta mais próximos a nós..

14. O surgimento da Articulação/Hora da Verdade teve papel destacado para impedir aqueles dois desenlaces. Nesse particular, faz-se necessário lembrar que, do surgimento de nosso manifesto, em fevereiro de 1993, até o 8º Encontro, fomos combatidos sem piedade, em nome da “unidade da Articulação”. Dessa ação participaram inclusive aqueles que, no Unidade na Luta, tinham maior proximidade política conosco. Com a legitimidade de quem, durante o 1º Congresso, defendeu posições de esquerda e combateu a aliança com o Projeto para o Brasil, aqueles companheiros propunham, na prática, uma “renovação conservadora”: vitoriosas suas posições, teríamos um repeteco melhorado do 1º Congresso: boas resoluções, mas uma direção que não expressaria isto, passando a impressão, para o Partido, de que as divergências não passavam de teatro. O que esses companheiros — a “esquerda do Unidade na Luta” — não perceberam é que a postura de seus companheiros de viagem era a de escamotear o debate para preservar espaço no aparelho.

15. Tudo indica que o bordão — “não há tantas diferenças entre nós que justifiquem a divisão” — voltará a ser usado. Afinal, a “nova maioria” partidária ainda não está consolidada. É evidente que o antigo núcleo dirigente tentará recuperar espaços perdidos, buscando menos disputar e mais *colaborar* conosco. O que poderá ser tanto um exercício de hegemonia nossa, quanto deles, a depender de quem dirija o processo.

16. Contando com importantes posições na malha partidária e fora dela, favorecidos por uma generosa cobertura da imprensa, dispondo de “máquinas eleitorais” preparadas para enfrentar as eleições de 94 e dispondo da experiência de quem dirigiu o Partido por uma década, Unidade na Luta disputará conosco a condição de centro hegemônico do Partido.

17. Nosso sucesso nesta disputa está vinculado ao sucesso do próprio PT

naquelas metas que foram estabelecidas pelo 8º Encontro. E isto, por sua vez, dependerá da capacidade da Articulação/Hora da Verdade em garantir o cumprimento das resoluções do Encontro, formular políticas, hegemonizar os demais setores do partido. Faz-se necessário dar maior organicidade a Uma opção de esquerda, estabelecer um diálogo constante com o Na Luta PT e atrair setores da Unidade na Luta, isolando sua ala xiita.

18. É evidente que a própria Articulação/Hora da Verdade possui diferenças políticas internas, expressas por exemplo no *timing* com que cada setor se integrou ao nosso movimento, na maior ou menor tolerância frente a Unidade na Luta e Na Luta PT. Até por isso, a nossa consolidação como tendência supõe um debate político sobre as propostas para o próximo Encontro Nacional etc. Será o grau de unidade política em relação as tarefas futuras do Partido que determinará o grau de organicidade que poderemos assumir (ver, a respeito, o outro texto deste caderno).

19. De toda forma, devemos evitar a inorganicidade e a falta de solidariedade que marcaram a experiência da Articulação, especialmente em sua última fase. Importante também é entender que a nova fase da vida interna impõe a construção de campos políticos, mais do que tendências no sentido estrito da palavra. Até porque não há terceira via: ou bem a Opção de Esquerda materializa as aspirações que nos possibilitaram vencer o 8º Encontro, ou será total o nosso descrédito. Por isso, devemos ter abertura para estreitar laços, nos estados e nacionalmente, com setores da Opção de Esquerda ou não.

20. Na mesma linha, tanto como maioria da direção quanto como tendência, devemos acompanhar e interferir no processo que se desenvolve na Articulação Sindical, onde diversos setores têm plena consciência de que a CUT também necessita de uma nova direção. Sem pretender copiar processos que tiveram sucesso no Partido, devemos abrir o debate sobre a questão e colaborar no que for possível. O que, diga-se, é uma tarefa do conjunto do Partido.

21. Finalmente, cabe lembrar que as forças que empurraram o PT para a direita continuam atuando: a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal, as dificuldades dos movimentos sociais, a cooptação pela institucionalidade. Em particular, cumpre recordar que nosso caminho estratégico —cnjo aspecto central é a disputa e o exercício do governo— é extremamente arriscado, sendo que a quase totalidade dos partidos de esquerda que o trilharam abandonaram seus laços com o socialismo e com a revolução. Por isso, como dizia o apóstolo, é preciso orar e vigiar. Porque o melhor (e o pior) ainda estão por vir.

*À militância do Partido dos Trabalhadores**

* O 8º Encontro Nacional do PT foi um marco fundamental para a esquerda brasileira, reafirmando as bases programáticas de um movimento democrático e popular que deverá levar Lula à Presidência da República.

Resgatando os valores mais caros da democracia petista, reafirmando nossos vínculos com o povo, ratificando que o PT não teme governar e implementar as mudanças necessárias para a construção de uma nova sociedade, o 8º Encontro representou uma vitória da militância partidária, de todos aqueles que combateram pela afirmação dos princípios petistas, de nossa estratégia democrática e popular e de nossos objetivos socialistas.

Como expressão da vitória da militância, elegeu-se uma direção e aprovaram-se resoluções comprometidas com um programa de transformações radicais na sociedade brasileira, com uma tática de campanha baseada na mobilização social e nas alianças programáticas. As mudanças no partido já fizeram sentir seus resultados na oposição a Itamar e, de uma maneira mais geral, na reanimação da militância partidária.

Agora, o maior desafio da nova direção nacional, das direções estaduais e do conjunto dos petistas é materializar, em todos os terrenos da ação partidária —nas prefeituras, no parlamento, na comunicação, na vida orgânica, nos movimentos sociais—, as resoluções do 8º Encontro. Desafio que nós, que fomos signatários do manifesto “A hora da verdade” e que integramos a chapa Opção de Esquerda, assumimos como nosso compromisso.

É preciso superar as dificuldades do Partido em mobilizar-se mais amplamente, fora dos períodos eleitorais. É necessária uma ação mais ousada da direção nacional junto aos movimentos sociais, especialmente o sindical, sem o que as novas orientações partidárias não obterão a necessária repercussão.

É preciso responsabilizar o conjunto das personalidades partidárias no cumprimento das orientações coletivas, desestimulando a utilização da grande imprensa como plataforma de combate às resoluções democraticamente construídas.

É preciso envolver a base do Partido na discussão do programa de governo, que deverá orientar-se pela lógica das transformações estruturais, e não pela lógica das chamadas políticas de estabilização.

* A versão final deste manifesto foi elaborada por Rogério Satili, assessor da secretaria agrária nacional; Waldemir Garreto, da executiva municipal do PT-SP, e Valter Pamar.

É preciso garantir que —em temas como a escolha de candidatos, a elaboração do programa de governo e a política de alianças para o primeiro turno— não prevaleça a lógica da chamada unidade da centro-esquerda, cuja fragilidade é evidenciada pela política cada vez mais conservadora adotada pelo PSDB.

Para enfrentar esta situação, inclusive para superar a atual crise financeira do Diretório Nacional, serão necessárias ações ousadas por parte da direção partidária. Ousadia que será tão mais eficaz quanto maior for a articulação mantida com as direções estaduais e municipais comprometidas com as resoluções do 8º Encontro.

Não cabem vacilações: ou o Partido defende suas resoluções, nos movimentos sociais e na luta institucional, nos debates programáticos do 9º Encontro, estimulando um movimento por reformas estruturais, garantindo a eleição de Lula presidente e o início das mudanças radicais na sociedade brasileira, ou voltarão a predominar, na prática, as concepções derrotadas no último encontro nacional.

É com estes objetivos que nós —dando continuidade ao legado de quem sempre defendeu o caráter estratégico do PT; de quem contribuiu na elaboração das resoluções democráticas e populares do 5º Encontro Nacional; de quem colaborou para as vitórias do partido, nas lutas políticas e sociais dos últimos 13 anos; de quem combateu contra a domesticação e o cupulismo que ameaçavam tomar conta do PT—, é com estes objetivos que nós atuaremos no Partido no próximo período.

Seminário Nacional da Articulação de Esquerda
18 e 19 de setembro de 1993